



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FRED REGO BARROS PEDROSA

DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO NA CRIAÇÃO DO COMPLEXO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE

Recife

2017

FRED REGO BARROS PEDROSA

DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO NA CRIAÇÃO DO COMPLEXO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em História da Universidade
Federal Rural de Pernambuco como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Ricardo de Aguiar
Pacheco

Recife

2017

P372d Pedrosa, Fred Rego Barros

Desenvolvimento e preservação na criação do Complexo Industrial Portuário de Suape / Fred Rego Barros Pedrosa. – 2017.

158 f. : il.

Orientador: Ricardo de Aguiar Pacheco.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Recife, BR-PE,
2017.

Inclui referências.

1. Pernambuco – Aspectos ambientais 2. Patrimônio Cultural – Pernambuco
3. Suape Complexo Industrial Portuário 4. Brasil – História – 1964-1985 I. Pacheco,
Ricardo de Aguiar, orient. II. Título

CDD 981.34



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO NA CRIAÇÃO DO COMPLEXO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR:

FRED REGO BARROS PEDROSA

APROVADA EM: 30/03/2017

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Ricardo de Aguiar Pacheco
Orientador – Programa de Pós-graduação em História – UFRPE**

**Prof. Pós-Dr^a. Giselda Brito Silva – UFRPE
Programa de Pós-graduação em História – UFRPE**

**Prof. Dr. Michel Zaidan Filho
Departamento de História – UFPE**

A Maria Celeste Cavalcanti do Rego Barros,
Meu céu azul brilhante, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, ou qualquer que seja o nome da Entidade iluminada que me ajudou a ter consciência e plenitude sobre meus atos e ações. Foi meu conselheiro e confidente para os momentos de maior dificuldade no mestrado.

A minha mãe, Maria Celeste, mulher batalhadora e de enorme coração. Não sei mensurar o quanto sou grato por ser seu filho. Apoiou-me em todos os momentos com seu carinho, atenção e afeto.

Aos meus familiares, em especial, minha avó que não pode acompanhar a minha caminhada acadêmica em materialidade, mas presente em minha alma e meu coração. Agradeço a pessoa que me ajudou a ser e por todos conselhos que recebi em minha vida.

Aos meus amigos e amigas da universidade que trilharam comigo o desafio que é encerrar essa etapa acadêmica. Transmitindo força e bons pensamentos para o desenvolvimento da minha dissertação. Cabe aqui citar essas pessoas maravilhosas que levarei para o resto da vida: Jorge Veloso, Juliana Leite, Karina Ferreira, Rômulo Gonzales, Wilson Chiarelli, Nathalia Cavalcanti e Olívia Tereza. Peço desculpas para aqueles que não citei aqui, mesmo tendo contribuído de alguma forma no meu desenvolvimento acadêmico.

Ao professor doutor Ricardo de Aguiar Pacheco, de quem tive a oportunidade de ser aluno, orientando e amigo. Admiro-o como professor, pesquisador e, principalmente, como ser humano. O senhor foi uma das pessoas que confiou na minha capacidade quando eu mesmo desconfiava. Só tenho a agradecer por todas as orientações, todas as broncas e todos os conselhos.

À Fundação Joaquim Nabuco, principalmente na figura da Dr. Rita de Cássia Barbosa de Araújo, que me orientou durante dois anos e me apresentou a temática que eu abordei nesta dissertação. Agradeço pela confiança que depositou em mim para executar o trabalho.

E, por fim, não menos importante, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento para realização dessa dissertação, através de uma bolsa de incentivo à pesquisa de mestrado. Com a ajuda financeira, tive a oportunidade de me dedicar mais na produção deste trabalho.

"Nenhum homem é mais alto do que o seu chapéu.

A não ser quando levanta os braços.

Isso acontece quando está feliz."

(Afonso Cruz – O livro do ano).

RESUMO

Esta pesquisa propõe analisar uma série de documentos produzidos por intelectuais, por entidades científicas e pelos órgãos do Estado que discutiam a questão ambiental na região de Suape durante os anos de 1973 a 1980, em plena Ditadura Militar em Pernambuco. A questão ecológica foi vista durante a execução do projeto de construção do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) como um empecilho para o desenvolvimento da política de incentivo à industrialização pernambucana. Políticos e técnicos ligados ao Estado creditavam a importância do projeto para o desenvolvimento econômico do estado. Em contrapartida, cientistas e professores universitários faziam uma série de críticas referente a proteção do meio ambiente local. Referenciamos este trabalho na historiografia da Ditadura Militar de 1964-1985, que analisa o modelo econômico de incentivo à exportação com a criação de complexos industriais. Analisamos também a historiografia do pensamento ambiental, tanto no Brasil quanto no mundo, que defendia uma redução dos impactos que o processo de industrialização traz ao meio ambiente apresentando vários casos de desastres ecológicos que causaram doenças e as mortes de milhares de pessoas. Concluimos que as propostas de preservação do patrimônio ambiental de Suape, levantadas pelo ativismo ambiental, dialogavam com o pensamento da época. Concluimos que, mesmo durante o regime autoritário de 1964-1985, o ativismo ambiental pernambucano conseguiu dialogar com o Estado para criar medidas de preservação da área de Suape sem que elas inviabilizassem a execução do projeto inicial.

Palavras-chave: Ações patrimoniais em Pernambuco. Ações Ambientais em Pernambuco. Ditadura Militar em Pernambuco. Patrimônio Ambiental

ABSTRACT

This research proposes to analyze a series of documents produced by intellectuals, scientific entities and government department that discussed the environmental issue in the Suape region during the years 1973 to 1980, in the middle of the Military Dictatorship in Pernambuco. The ecological issue was seen during the execution of the construction project of the Suape Industrial-Port Complex (CIPS) as a hindrance to the development of the policy to encourage industrialization in Pernambuco. Politicians and Politicians and technicians of the State credited the importance of the project to the state's economic development. However, scientists and university professors made a number of criticisms concerning the protection of the local environment. Through these different narratives, we refer to this work in the historiography of the Military Dictatorship of 1964-1985, which analyzes the economic model of incentive to export with the creation of industrial complexes. We also analyze the historiography of environmental thought, both in Brazil and in the world, which defended a reduction of the impacts that the industrialization process brings to the environment presenting several cases of ecological disasters that caused diseases and the deaths of thousands of people. We conclude that the proposals of preservation of Suape, raised by the environmental activism, dialogued with the thought of the time. Even during the authoritarian regime of 1964-1985, environmental activism in Pernambuco was able to dialogue with the State to create measures to preserve the area of Suape without their influence on the execution of the initial project.

Keywords: Heritage Actions in Pernambuco. Environmental Actions in Pernambuco. Military Dictatorship in Pernambuco. Environmental Heritage.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP – Associação Comercial de Pernambuco

ADEFLORA – Associação de Defesa da Fauna e Flora de São Paulo

ADEMASP – Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco

APPN – Associação Paulista de Proteção Natural

ASPAN – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza

BANDEPE – Banco do Estado de Pernambuco

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDL – Clube de Diretores Lojistas

CEC – Conselho Estadual de Cultura

CEHIBRA – Coordenação-geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CIPS – Complexo Industrial-Portuário de Suape

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNRC – Centro Nacional de Referenciais Culturais

CNUMA – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste

CONDEPE – Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco

CPAPPA – Convenção para Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África

CPFFEN – Convenção para a Preservação da Fauna e da Flora em seu Estado Natural

CPPUA – Convenção para a Proteção dos Pássaros úteis à Agricultura

DDT – Diclorodifeniltricloroetano

DIPER – Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco

DP – Diário de Pernambuco

ENCAL – Engenheiros Consultores Associados S.A.

FBBCN – Fundação Brasileira para Conservação da Natureza

FIDEM – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

FUNDARPE – Fundação de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pernambuco

GEI – Grupo de Estudos Interministerial

GEIPOT – Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes

IAHGP – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICIPN – I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza

II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPLAN – Instituto de Planejamento

MAPE – Movimento Arte e Pesamento Ecológico

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PD – Plano Diretor

PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado

PECCIPS – Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial Portuário de Suape

PMAHC – Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti

PPSH – Plano de Preservação dos Sítios Históricos

RMR – Região Metropolitana do Recife

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEMA – Secretária Especial de Meio Ambiente

SEPLAN – Secretária do Planejamento

SIP – Serviço de Imprensa de Pernambuco

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPN – União Protetora da Natureza

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Morfologia da baía de Suape

Figura 2 – Relevo do Cabo de Santo Agostinho

Figura 3 – Território do CIPS

Figura 4 – Engenho Massangana

Figura 5 – Ruínas do Forte do Pontal de Suape

Figura 6 – Ruínas do Forte Castelo Mar

Figura 7 – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré

Figura 8 – Ruínas do Convento Carmelita

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – O MEIO AMBIENTE E AS AÇÕES COLETIVAS.....	30
1.1. O meio ambiente na configuração do Mundo Líquido.....	30
1.2. O surgimento da questão ambiental no cenário global.....	35
1.3 A Declaração de Estocolmo de 1972.....	39
1.4 História dos Movimentos Ambientais no Brasil.....	44
CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA ECONÔMICA DO REGIME MILITAR DO BRASIL. 51	51
2.1. Aspectos morfológicos do Cabo de Santo Agostinho.....	51
2.2. Aspectos econômicos do Cabo de Santo Agostinho.....	56
2.3. A ideia de um porto em Suape.....	57
2.4. A Política Econômica do Governo do Estado na década de 1970.....	59
2.5 A política econômica do Regime Militar.....	63
2.6 Análises sobre o Projeto Suape.....	66
CAPÍTULO 3 O MANIFESTO DO IAHP: SOBRE O VALOR HISTÓRICO E CULTURAL DE SUAPE.....	74
3.1. Manifesto do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.....	74
3.2. Ofício ao Governador.....	77
3.3 Ofício enviado ao IPHAN.....	86
3.4. A reação do Governo de Pernambuco ao manifesto do IAHP.....	89
3.5 Reunião com empresários.....	94
3.6. Gilberto Freyre e a questão de Suape.....	98
CAPÍTULO 4 O MANIFESTO DOS INTELLECTUAIS: SOBRE A LIMITAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO.....	105
4.1. Manifesto Suape: uma nova discussão sobre o CIPS.....	105
4.2. Repercussões sobre o Manifesto Suape.....	113
CAPÍTULO 5 A ASPAN E O PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTI.....	121
5.1 O processo de metropolização do Recife.....	121
5.2. Ação militante da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza.....	126
5.3 A idealização de um parque ecológico em Suape.....	133
5.4. O Tombamento do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	149

INTRODUÇÃO

A idealização de um complexo industrial-portuário na região litorânea do Cabo de Santo Agostinho e do Ipojuca/PE tinha como intuito atrair empresas nacionais e multinacionais para estado pernambucano. Este projeto foi impulsionado durante o Governo de Eraldo Gueiros (1971-1975) que iniciou as ações de implantação do Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS). As primeiras referências à possibilidade de criação de um porto na região de Suape, substituindo as funções antes exercidas pelo Porto do Recife, são ainda da década de 1950. Sendo uma obra de grande impacto no estado, a ampliação desse complexo segue-se até os dias de hoje. Evidenciando que este tema é de grande relevância para a sociedade pernambucana.

Em nosso estudo, recortamos a década de 1970, período de elaboração dos projetos que deram origem as primeiras intervenções na região. A implantação do CIPS gerou uma série de discussões por conta dos riscos ambientais que este grande empreendimento traria para microrregião de Suape. Manifestos e reivindicações de diferentes setores da sociedade pernambucana foram lançados pedindo a preservação da área, atribuindo-lhe um valor histórico, cultural e ecológico.

Por seu turno, o Governo de Pernambuco criou uma série de estratégias para legitimar o Projeto Suape através de relatórios técnicos e de impactos ambientais para assegurar a execução do mesmo. Esses documentos atestavam a necessidade de criar um plano econômico para o desenvolvimento do estado.

Nosso estudo pretende apresentar as reivindicações sociais e as ações do Estado em torno da construção do CIPS e quais as medidas políticas que foram tomadas para preservação do meio ambiente na microrregião de Suape.

Para realização deste estudo foi feito uma pesquisa documental sobre a temática. Grande parte da documentação foi encontrada no acervo em microfilme e de obras raras da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e uma pequena parte dos documentos no acervo da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN) que se encontrava exposta no Memorial da UFRPE. Realizamos a foto digitalização dos jornais, manifestos, pareceres técnicos e a catalogação das fontes, de modo que obtivemos dados referentes ao pensamento

preservacionista vigente e os argumentos apresentados pelo ativismo ambiental pernambucano para legitimar a preservação da microrregião de Suape.

Através dessas narrativas distintas, estabelecemos duas tipologias documentais que dialogam entre si para dimensionar os debates que ocorreram na época. A primeira tipologia está relacionada aos documentos produzidos pelo Estado, são: planos diretores, relatórios de avaliação, leis e estudos de impactos ambientais. A segunda tipologia de documentos são os produzidos pelo ativismo ambiental, são: manifestos, ofícios, relatórios e depoimentos. Estes documentos foram reproduzidos e divulgados dentro dos jornais pernambucanos.

Na literatura consultada, ainda são poucos os trabalhos científicos que versam sobre a temática ambiental em Pernambuco, principalmente trabalhos na área de História. Para abordar a temática definida, apresentarei como principais fontes documentais, notícias publicadas nos jornais vigentes da época sobre as questões do Projeto Suape. Para mapear o debate político-social-econômico, por trás das manifestações ambientais contra o projeto desenvolvimentista de Suape, demos ênfase às notícias que relatam sobre o surgimento e na consolidação dos discursos ambientais em Pernambuco.

Sobre a produção acadêmica referente à questão ambiental em Pernambuco, destacam-se alguns trabalhos como a dissertação de mestrado do educador Laudiélcio Ferreira Maciel da Silva intitulada *A educação ambiental em Pernambuco (1979-1988)*, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, em 2013. Sua dissertação discute a introdução de uma educação ambiental em Pernambuco promovida por organizações não-governamentais que atuavam no estado. Dentre as ações abordadas pelo autor, ele dá destaque à questão de Suape e como as associações ambientais se mobilizaram para conscientizar a população sobre os riscos ambientais que as obras poderiam causar ao meio ambiente local.

Outra produção acadêmica que merece destaque é a dissertação de mestrado da geógrafa Danielle de Melo Rocha intitulada *A dialética do local e do Global: os atores e a metamorfoses dos lugares no litoral do Cabo de Santo Agostinho*, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2000. Seu trabalho relata a relação de pertencimento dos moradores e não moradores da região litorânea do Cabo de Santo Agostinho e como esses atores veem as transformações espaciais advinda das intervenções do CIPS na região.

Como também devo destacar a dissertação de mestrado da engenheira civil Lucíola Perez de Almeida intitulada *Análise da efetividade dos estudos ambientais: o caso do Complexo Industrial Portuário de Suape*, defendida no Programa de Pós-graduação em Engenharia pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2003. Sua dissertação analisa os estudos ambientais contratados pela Empresa Suape para viabilizar a construção do Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS). A autora revela a ineficiência dos estudos ambientais em promover a proteção dos ambientes naturais do estado, principalmente na região de Suape.

As reflexões sobre a questão de Suape tiveram início na graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Enquanto estagiário da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), participei do projeto de pesquisa histórica intitulada *O processo de implantação no Complexo Industrial e Portuário de Suape, 1970-1980*, sob orientação da Dr.^a Rita de Cássia Barbosa de Araújo, coordenadora-geral do Centro de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA). Este projeto tinha como intuito fazer um levantamento bibliográfico no acervo da Biblioteca Central da Fundaj, um levantamento documental das matérias de jornais referentes à questão de Suape nos jornais vigentes da época (Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio) e uma pesquisa no acervo iconográfico da FUNDAJ dando destaque a Coleção Suape produzida pelo fotógrafo Sidney Waisman. No trabalho de Conclusão de Curso, questionamos os processos de desapropriação dos moradores da Vila de Suape destacando os impactos socioambientais que o empreendimento do CIPS traria para região.

A presente dissertação de mestrado, inserida na linha de pesquisa Cultura, Memória e Patrimônio do Programa de Pós-graduação em História da UFRPE, desenvolvida dentro do Laboratório de Estudos e Intervenções em Patrimônio Cultural e Memória Social (LEPAM) tem como proposta analisar os manifestos pela preservação ambiental durante o Regime Militar em Pernambuco que fazia críticas à construção do CIPS e às ações do Estado para deslegitimar as ações ambientais.

Para isto, serão analisados os dois ofícios produzidos pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), um enviado para o Governador do Estado, Eraldo Gueiros Leite, e para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); as respostas do Estado vindas da Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco (DIPER), através de notas e depoimentos de deputados estaduais e líderes comerciais; o depoimento do sociólogo Gilberto Freyre, enquanto presidente do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco; o Manifesto Suape, produzido por diversos cientistas e

professores universitários e o parecer técnico, elaborado pela Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN).

Para iniciarmos o trabalho de análise dos documentos citados, devemos nos questionar se a história é um conhecimento possível? Pergunta complexa e de difícil resposta, contudo é ela que norteia todas as discussões teóricas presentes na historiografia atual. Reis (2010, p. 13-16) levanta cinco questões fundamentais em que os historiadores devem ter ciência durante o processo de produção de seu documento. 1ª) todo conhecimento é indireto; 2ª) utilizamos uma linguagem ordinária; 3ª) não temos a capacidade de prever o futuro; 4ª) atribuímos ao nosso objeto interesses do presente e 5ª) a narrativa história cria uma representação fantasmagórica do próprio processo histórico.

Essa conclusão apresentada por Reis (2010) veio em decorrência às críticas à cientificidade da produção historiográfica levantada nas décadas de 1960 e 1970, que trouxeram uma nova maneira de pensar a prática dos historiadores. Sobre esse processo de crítica ao conhecimento histórico, Paul Veyne (1982, p. 17-23) questionou a cientificidade da história ao defini-la como: uma “narrativa verídica” ou um “romance verdadeiro”. Em seu discurso, o historiador deslegitima a cientificidade da história ao compará-la à produção literária. Contudo, ele ressalva atribuindo certos limites à produção histórica que teria que lidar com o acontecido. Já a produção literária teria uma maior “liberdade” para criar sua realidade através da imaginação do literato.

Essa visão sobre a não cientificidade da história apresentada por Veyne (1982) veio através de seu entendimento sobre a história, no qual atribui como construção de uma intriga:

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamamos uma intriga, uma mescla muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, fins e acasos; uma fatia de vida, em suma, que o historiador corta à vontade e em que os fatos têm suas ligações objetivas e sua importância relativa. (VEYNE, 1982, p. 36).

Através da visão de Veyne (1982) pode-se analisar que o historiador invoca as intrigas como forma de narrar os acontecimentos. O historiador constrói seu itinerário narrativo selecionando suas fontes para que assim os acontecimentos possam ser verificados empiricamente. Contudo, as fontes não estão organizadas sistematicamente, é o historiador que dá um sentido lógico às fontes. E com isso, o autor demonstra que essa construção narrativa passa por questões particulares do pesquisador invés de questões técnicas e “científicas”.

Hayden White (2006) segue o caminho aberto por Veyne com relação a crítica à produção dos historiadores ao afirmar que existe uma inexpugnável relatividade em toda representação do fenômeno histórico. O autor argumenta que os historiadores utilizam uma linguagem natural ou ordinária para descrever e constituir os eventos passados. E, por falta de uma linguagem técnica, o discurso histórico não deveria ser categorizado como a transcrição da realidade.

(...) o discurso histórico não deveria ser considerado primordialmente como um caso especial dos “trabalhos de nossas mentes” em seus esforços para conhecer a realidade ou descrevê-la, mas antes como um tipo especial de uso da linguagem que, como a fala metafórica, a linguagem simbólica e a representação alegórica, sempre significa mais do que literalmente diz, diz algo diferente do que parece significar, e só revela algumas coisas sobre o mundo ao preço de esconder outras tantas (WHITE, 1994, p. 28).

O autor problematiza o uso dos historiadores da linguagem como mediação para apresentar ao leitor o conhecimento histórico, no qual entendiam como algo natural e intrínseco da pesquisa. White (1994) esclarece que a linguagem é uma construção cultural constituída por uma sociedade, portanto os historiadores devem entender a historicidade da própria linguagem.

Ainda sobre a problemática do discurso histórico Michel de Certeau (1982, p. 44-45) entende a escrita histórica como um discurso temporal, no qual analisamos o passado através de nossos filtros contemporâneos. Certeau (1982) estabeleceu uma distinção entre a história entendida como discurso socialmente estabelecido e a história entendida como um conjunto de procedimentos técnicos e regras de escrita.

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita (CERTEAU, 1982, p.66).

Este lugar social proposto pelo autor foi um passo fundamental para compreender os interesses da produção historiográfica, sua organização e seu ordenamento, na criação de metodologias de seleção de fontes e na utilização de referenciais teóricos. O autor alerta que o discurso acadêmico possui um conjunto de regras a serem cumpridas, mesmo elas não sendo explícitas (CERTEAU, 1982). Como também ressalta o peso da instituição na validade do

discurso do historiador que permite ser realizado certos procedimentos durante a pesquisa histórica e impede outros.

Essas dinâmicas do fazer e desfazer da narrativa histórica foram levantadas por Jörn Rüsen (2007) que problematiza o processo de pesquisa realizado pelos historiadores. O autor questiona o procedimento de pesquisa de alguns historiadores que determinam a teoria da história que vão seguir antes mesmo de explorar suas fontes.

[...] a história como ciência se constitui e desfaz em função da pesquisa histórica, e esta, em função de seus métodos. 'Teorias' que não se relacionam (metateoricamente) com a própria ciência da história, mas sim (objetiva e teoricamente) com o campo da experiência histórica, só exercem em papel na ciência da história na medida em que se relacionarem de forma produtiva com a prática da pesquisa. (RÜSEN, 2007, p. 22).

O autor evidencia um fator importante que deve ser levado em consideração na prática da pesquisa histórica. Quando o historiador for analisar suas fontes, ele não deve ir de imediato sob a ótica de uma teoria, pois é pelo documento que o historiador deve basear-se para seguir determinada teoria. As teorias da história não podem supradita as informações fornecidas pelo documento, e sim auxiliar o historiador a construir o conhecimento histórico.

As teorias históricas são referências para perguntas ou construtos de hipóteses com os quais é possível apreender estados de coisas empíricos. Elas fornecem fios condutores de histórias, que são criadas e tecidas por si mesmas, de como que se elabora e apresenta, a partir delas, mediante argumentação fundante, a estrutura de sentido de uma história. (RÜSEN, 2007, p. 78).

O autor analisa que as teorias históricas são construções de processos temporais que auxiliam os historiadores na construção de sua história. Elas têm como base representações gerais dos processos temporais que foram realizados por outros historiadores em tempos distintos que escreveram suas narrativas através de sua compreensão particular sobre o passado.

Elas [teorias da história] fornecem a estrutura da argumentação, o esqueleto da constituição narrativa de sentido, mas não apresentam o próprio sentido construído narrativamente, como se não importasse o preenchimento da estrutura, a 'musculatura' empírica. (RÜSEN, 2007, p. 90).

O autor discute a utilização das teorias da história produzidas pelos historiadores que não problematizam como se deu o processo narrativo de sua concepção e aproveitam de sua estrutura argumentativa para tentar explicar sua hipótese de trabalho. Ao fazer isso, o

historiador poderá estar cometendo um erro, pois a teoria da história escolhida pode não dar o suporte técnico necessário para explorar suas fontes.

O autor discute a utilização dos conceitos históricos na produção textual dos historiadores. Para o autor, é importante que selecione bem os conceitos e que eles estejam atrelados a teoria da História selecionada pelo historiador.

Conceitos históricos são os recursos linguísticos das sentenças históricas. É o material com que são construídas as teorias históricas e constituem o mais importante instrumento linguístico do historiador. Sua formação e utilização decidem se e como o pensamento histórico científico se realiza. Por meio, de sua utilização no manejo interpretativo das fontes decide-se também, portanto, o valor das teorias históricas. (RÜSEN, 2007, p. 91-92).

Como o próprio autor revela, é a partir da relação entre os conceitos históricos e as fontes que vão determinar se a teoria da história vai ser válida na construção de seu texto. A narrativa histórica é uma narrativa ficcional controlada, pois o passado é uma abstração e a verdade é múltipla e contraditória. Por ser ficcional, não quer dizer que a narrativa histórica seja falsa, mas que se utiliza de elementos retóricos para sua construção. Então, para a história se distanciar da literatura, os historiadores devem fazer do documento e da bibliografia uma prova de sua argumentação, descrever sua trajetória na produção do documento mostrando ao leitor como chegou a determinadas hipóteses.

Discutindo sobre o processo metodológico dos historiadores, Sandra Pesavento relata que a produção narrativa:

(...) obedece a uma estratégia, retórica e estética implica fazer uso da linguagem, traduzindo ao leitor os dados em combinações exemplares que procuram dar resposta àquela questão *a priori* formulada. O texto busca convencer, escolhe argumentos e conceitos, palavras e sentidos, e o historiador quase que acaba sua narrativa com um enunciado do tipo teorema: como queríamos demonstrar (PESAVENTO, 2004, p. 67).

Como a autora nos revela, o historiador deve seguir um procedimento narrativo, prestando atenção na historicidade da linguagem e das fontes. Utilizando uma teoria da História que dê suporte argumentativo aos seus documentos. Para assim conseguir ter condições de responder a problemática levantada em sua tese.

Rüsen (2007) apresenta uma maneira diferente de se pensar o método da História, ao evidenciar que durante o processo analítico dos documentos, o historiador deve adaptar o seu método as necessidades da pesquisa histórica.

“Método histórico” é um conceito equívoco. Ele indica, de um lado, o conjunto de todas as regras de procedimento observadas pelo pensamento histórico, quando procede cientificamente. Trata-se da tessitura das diretrizes que conduzem o pensamento histórico à pesquisa empírica, à reflexão sobre os pontos de partida e à teorização conferindo-lhe a dinâmica do progresso cognitivo, da ampliação das perspectivas e do reforço de identidade (RÜSEN, 2007, p. 101).

O autor levanta que o processo de pesquisa vai além da retirada de informações das fontes sob a égide da teoria. Ele continua até a conformação historiográfica dos resultados das pesquisas, porque é nela que, em última análise, se decide que interpretação lhe cabe em relação a outros resultados e como pode ser integrada no saber histórico disponível até então. Por fim, o autor levanta o papel da pesquisa histórica:

[...] é um procedimento de elaboração de histórias. Histórias são narradas, por causa das carências de orientação da vida prática, para cobrir sua realização no tempo. A pesquisa torna-se um momento desse narrar quando a orientação a ser fornecida vincula-se às condições de plausibilidade científica. Ela também é um momento de constituição histórica de sentido, especificamente científica e por conseguinte organizada narrativamente em sua regulação metódica. (RÜSEN, 2007, p. 170).

O autor revela a importância da pesquisa histórica como uma forma de construção identitária do ser humano. Ao produzir narrativas, o historiador está contribuindo para dar sentido ao tempo em que o ser humano passa neste plano físico. E para que haja confiabilidade nas narrativas produzidas pelos historiadores são criados procedimentos técnicos e científicos que orientam a produção acadêmica da História.

Então, entendemos que a história é determinada pela aplicação de seu método e por seguir uma teoria. “A história, para conhecer a sua identidade epistemológica, deve aplicar-se o princípio que aplica a todos os seres e saberes: conhecer as suas mudanças no tempo, fazer uma história de si mesma” (REIS, 2010, p. 22). O autor revela que para compreendermos a natureza da história, é necessário que estudemos a produção historiográfica e como se desenvolveu as narrativas sobre o tempo e sobre a própria ciência histórica.

Sobre a produção historiográfica relacionada aos procedimentos metodológicos, deve-se relatar a contribuição da Escola Metódica na formulação de procedimentos críticos as fontes documentais. Esse tipo de procedimento foi investido como uma forma pedagógica que os historiadores da época tiveram para legitimar a cientificidade da História.

Primeiro, observamos o documento. Está tal qual estava quando foi produzido? Não se deteriorou desde então? Procuramos

saber como foi fabricado, para devolvê-lo, se for preciso, a seu teor original, depois de determinarmos sua origem. Esse primeiro grupo de pesquisas prévias, que tratam da escrita, da língua, das formas, das fontes, etc., constitui o domínio particularíssimo da CRÍTICA EXTERNA ou crítica erudita. Intervém em seguida a CRÍTICA INTERNA: ela se empenha, por meio de raciocínios analógicos, dos quais os principais são emprestados da psicologia geral, em se representar os estados psicológicos por que passou o autor do documento. Sabendo o que disse o autor do documento, perguntamos: 1) que ele quis dizer; 2) se acreditou no que disse; 3) se tinha razões para acreditar no que acreditou. (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1898 apud DOSSE, 2012, p. 34).

Podemos perceber a importância desse procedimento metodológico para a investigação histórica da época, pois ao utilizarmos desse método, os historiadores atestavam a confiabilidade da investigação científica histórica. Ao utilizar da crítica externa como a forma de garantir a autenticidade do documento, em relação ao período produzido, os historiadores metódicos tiveram maior autoridade para descrever sua história sabendo que aqueles documentos pertenciam a determinado período, sob a autoria de determinada pessoa. E ao se utilizar a crítica interna como forma de dar credibilidade aos testemunhos descritos nos documentos, os historiadores metódicos embasavam sua escrita em uma análise empírica.

Contudo, vale levantar que a Escola Metódica não reproduzia o conteúdo dos documentos *ipsis litteris*, eles tinham consciência que a história é uma construção. A rigidez de seu procedimento metódico era uma forma de manter controlada a subjetividade da escrita do historiador. Como nos revela François Dosse (2012):

Langlois e Seignobos têm plena consciência de que os “fatos” sobre os quais trabalham os historiadores resultam de uma construção social que convém pôr em perspectiva, graças ao método crítico dos documentos, tanto do ponto de vista externo de sua autenticação quanto no plano interno, também chamado de “hermenêutico”. (DOSSE, 2012, p. 35-36).

Após essa declaração, podemos compreender que a Escola Metódica contribuiu para ciência histórica formulando um procedimento analítico das fontes documentais como forma de compreender as sociedades passadas e suas mudanças no tempo. Sobre a construção do documento histórico, Eni Samara e Ismênia Tupy (2007) mostram o procedimento utilizado pelos historiadores metódicos durante a pesquisa histórica:

[...] bastaria o comprometimento com o estudo e com a dedicação à pesquisa. Ler muito, principalmente os historiadores consagrados; assimilar os seus métodos de trabalho; acumular conhecimentos sobre os temas trabalhados; levantar novas questões; identificar as fontes disponíveis de pesquisa; e realizar um inquérito metódico cuja natureza

científica – o trabalho com o documento – seria garantida pela isenção do pesquisador. (SAMARA & TUPY, 2007, p. 16).

Um dos principais destaques que as historiadoras fazem é a relação do historiador com o documento, e como os historiadores de gerações posteriores a Escola Metódica vão ampliando a visão de documento com o passar do tempo e do entendimento da prática dos historiadores. Uma das principais mudanças que vai ocorrer com relação à pesquisa histórica foi a consolidação dos historiadores da terceira geração da Escola dos Annales, “a nova história”.

A expressão “a nova história” (*La nouvelle histoire*) veio da França a partir da coleção de ensaios realizada pelo historiador Jacques Le Goff que auxiliou esse novo pensamento com a produção de três volumes que discutia os “novos problemas”, as “novas abordagens” e os “novos objetos” da História.

A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn. Será conveniente descrever este paradigma tradicional como “história rankeana” [...] Poderíamos também chamar este paradigma de a visão do senso comum da história [...] considerado a maneira de se fazer história, em vez de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado. (BURKE, 1992, p. 10).

O autor discorre que é o termo “nova história” é impreciso. Então, o que seria essa “nova história”? Sobre essa questão, alguns historiadores, em vez de categorizar ou definir essa prática historiográfica, escrevem o que não se apropósito. Desta forma, a “nova história” é o não enquadramento da produção desses novos historiadores que não seguiam o “paradigma” tradicional da história.

Burke (1992) enumera seis pontos de discordância com relação à historiografia positivista e as mudanças feitas pela “nova história”. Primeiro ponto apresentado foi com relação à temática. “De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política”. (BURKE, 1992, p. 11). Os historiadores positivistas acreditavam que a “verdade” histórica estava na política e que a política seria a história narrada no presente. Já na perspectiva da “nova história”, toda atividade humana está sujeita a suas observações.

Segundo ponto apresentado pelo Burke foi a divergência entre as concepções paradigmáticas: “[...] os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a

análise das estruturas” (BURKE, 1992, p. 12). A “nova história” analisa os documentos na perspectiva estrutural que podem ser sociais, culturais, econômicas ou geográficas.

Terceiro ponto abordado foi a questão da visão historiográfica. “[...] a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos” (BURKE, 1992, p. 13). A “nova história” evidencia a trajetória das pessoas marginalizadas, das pessoas “subalternas”, protagonizando as pessoas comuns e narrando como elas encaravam as mudanças sociais. Os “novos historiadores” vêm com a ideia de trabalhar a história das mentalidades, do coletivo, dos discursos.

Quarto ponto apresentado foi a utilização das fontes. A “nova história” recorreu a “novos” documentos como inventários, testamentos, certidões, entre outros para fazer sua história. (BURKE, 1992, p. 14). Os “novos historiadores” utilizavam de diversas fontes não-escritas, como os relatos orais e as imagens para realizar seus estudos. Essa ampliação de fontes permitiu que os historiadores fizessem análises de outros temas que os registros oficiais do Estado não abordavam.

O quinto ponto a ser discutido são os modelos explicativos que o historiador faz com relação ao fato. Os historiadores “tradicionais” não dialogam com as ações individuais com os movimentos coletivos. Diferente dos “novos historiadores” que vai dar ênfase em seus estudos no indivíduo e numa perspectiva da micro-história. (BURKE, 1992, p. 15).

E por último, o historiador tem que analisar as fontes sem uma carga simbólica que norteia o olhar do historiador. Dessa forma, o historiador daria credibilidade ao seu trabalho. Contudo, Burke (1992, p. 15) elucida que esse trabalho exigido ao historiador positivista é impraticável:

Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados a cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. O relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos. [...] Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra.

A partir dessa visão, pode-se perceber que o autor revela que toda escrita parte da visão particular do historiador que, através de sua vivência, constrói sua narrativa. Essa visão liberta o historiador da pressão de seguir o método científico das Ciências Naturais, já que produção historiográfica segue uma dinâmica totalmente diferente.

Burke (1992) analisou as práticas historiográficas da Escola Metódica relacionando com a terceira geração dos Annales, podemos perceber a expansão de abordagens e temáticas trabalhadas pela história, como também a ampliação do entendimento sobre as fontes. Contudo, vale destacar que a produção e a conservação de um documento histórico passam por uma série de fatores intencionais que permitiram com que o historiador tivesse acesso àquelas determinadas informações. O historiador Le Goff (2013, p 110) esclarece que:

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não ver ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo.

A ampliação do entendimento sobre documento apresentado pelo autor agrega as contribuições da Escola Metódica sobre a crítica interna do documento. Ao esclarecer sobre as intencionalidades do documento, o autor atribui uma nova responsabilidade para os historiadores que tentaria desvendar a razão da existência dos documentos trabalhados.

Este novo entendimento sobre o documento, permitiu trabalharmos com a abordagem que seguira os princípios da história das mentalidades. Como esclarece Roger Chartier (1991, p. 175), a história das mentalidades:

construiu-se, pois, ao aplicar a novos objetos os princípios de inteligibilidade previamente provados na história das economias e das sociedades. O desafio então lançado à história no final dos anos oitenta, é como o inverso do precedente. Não se ancora mais numa crítica dos hábitos da disciplina em nome das inovações das ciências sociais, mas numa crítica dos postulados das próprias ciências sociais. (CHARTIER, 1991, p. 175).

Essa nova modalidade da História propõe focar a dimensão da sociedade relacionando com o mundo mental e aos modos de sentir, através da qual os objetos e temáticas não convencionais da História podem ser exploradas e debatidas pelos historiadores. A história das mentalidades relaciona a consciência e o pensamento dos indivíduos mostrando como se esquematiza os sistemas de valores e de representações de grupos.

[...] a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo ou então o nível da história das mentalidades é o do cotidiano e do automático, é aquilo que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento (CHARTIER, 2002, p. 41).

Essa perspectiva de análise histórica é importante para entendermos as dinâmicas em torno das discussões ambientais no Brasil, tendo em vista que os atores sociais têm ideias diversas sobre os usos do meio ambiente. A história das mentalidades dá suporte teórico para compreendermos como se configurou o pensamento preservacionista em Pernambuco e através desse compartilhamento de valores ecológicos que se constituiu as primeiras ações coletivas em defesa do meio ambiente em Suape.

Os valores preservacionistas do meio ambiente estão interligados ao imaginário dos manifestantes. Para entendermos a estrutura de pensamento dos manifestantes, precisamos compreender um pouco da História do imaginário. Sandra Pesavento (1995, p 24) esclarece que:

O imaginário é representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto.

A História do Imaginário auxilia na análise das imagens produzidas por uma sociedade. Consideramos que os atores sociais produzem imagens que podem ser visuais, verbais ou mentais que falam de como ele interpreta o mundo que vive. Através dessas imagens, o Imaginário será visto aqui como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos categorizar de material. Esta perspectiva sustenta-se na hipótese de que os seres humanos organizam suas ações com base nas estruturas simbólicas presentes no imaginário. O imaginário evidencia uma nova dimensão tão significativa das sociedades humanas do que a própria “realidade natural”.

Partindo da ideia do campo do imaginário como representações e práticas sociais, entendemos que os agentes dos movimentos ambientais produzem representações e práticas sobre o meio ambiente como sendo um espaço natural. Esse instrumento argumentativo serve para criar uma ideia de resgate do passado mítico de uma natureza intocada pelos seres humanos. Contudo, há divergências sobre a utilização do meio ambiente, como é o caso do Governo de Pernambuco que enxerga o meio ambiente de Suape como uma forma de exploração econômica, e através de suas ações tentam deslegitimar os discursos dos manifestantes ambientais. Esse conflito de interesses sobre os usos do meio ambiente desencadeará em uma série de discussões sobre a preservação e a exploração do meio ambiente de Suape.

No primeiro capítulo, analisamos a historicidade das ações sociais que tinham como objetivo a preservação ambiental. Para isso, discutimos como o meio ambiente tornou-se tema de grande apreciação nos debates internacionais durante a década de 1970. Os impactos ambientais advindos do processo de industrialização mundial refletiram numa série de problemas referentes a poluição das águas e do ar, o desmatamento e a matança de várias espécies de animais. Esses problemas tornaram-se pauta de conferências internacionais produzidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) que escreveram uma série de recomendações aos países para diminuir os danos ambientais. No caso do Brasil, os impactos ambientais também foram amplamente questionados por intelectuais e entidades não governamentais e científicas da época que criticavam as ações dos governos (federal e estadual) sobre a exploração dos espaços naturais. Esses intelectuais reuniam-se em atos coletivos que causaram grande impacto nas dinâmicas sociopolíticas do Estado.

No segundo capítulo, traçamos um panorama sociopolítico do Regime Militar em Pernambuco no período da década de 1970, atrelado à implantação do projeto econômico de Suape. O Projeto Suape estava relacionado a uma política econômica nacional e estadual que pode ser vista pela inclusão do projeto em vários programas políticos da época, como: I Plano de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (1973), II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975) e o Polonordeste (1975). Através da análise dessa conjuntura político-econômico atestaremos como a construção do Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS) foi uma das temáticas mais debatidas em Pernambuco em função dos impactos socioambientais que o empreendimento traria para a região litorâneo do Cabo de Santo Agostinho.

No terceiro capítulo, analisamos os dois ofícios produzidos pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) em 1973, um enviado ao Governo de Pernambuco e para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Procuramos analisar os argumentos que o IAHGP levantou para legitimar a ação de proteção dos monumentos históricos e culturais da microrregião de Suape. Na sequência, mostraremos a repercussão nos jornais sobre os ofícios, dando destaque as entrevistas de agentes do Governo que vão tentar deslegitimar a ação do IAHGP questionando a motivação que levou os pesquisadores do IAHGP a pedirem a preservação de Suape. E por fim, apresentaremos o depoimento do sociólogo Gilberto Freyre que veio com uma proposta de criar um espaço de preservação ambiental que não interferisse no andamento do Projeto Suape.

No quarto capítulo, apresentamos o Manifesto dos Intelectuais produzido por cientistas e professores universitários pernambucanos, em 1975. Neste manifesto foi apresentada uma série de problemas socioeconômicos que a implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) poderia trazer para a economia estadual. Os intelectuais analisaram os custos que o empreendimento traria para os cofres públicos, a falta de consulta pública para implantação do CIPS e a destruição da paisagem de Suape. O Governo de Pernambuco rebateu as acusações dos intelectuais reforçando a preocupação do Estado em preservar o seu patrimônio natural e afirmando o desconhecimento dos manifestantes sobre o Projeto Suape.

No quinto capítulo, discutimos como o processo de metropolização do Recife influenciou na criação do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti como uma medida compensatória aos impactos ambientais na microrregião de Suape. A metropolização do Recife proporcionou a criação de novos espaços de investimento econômico que não se centrasse na capital pernambucana. O CIPS atendia esses requisitos, já que o empreendimento estimularia o desenvolvimento regional e ajudava na interação dos municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR). Em outra medida, os habitantes da metrópole necessitavam de espaços de lazer e cultura para a preservação e manutenção dos seus costumes. Então a criação de um parque ecológico em Suape supria com essa demanda social e ao mesmo tempo que rebatia as denúncias realizadas pelos opositores do Projeto Suape.

Por fim, entendemos que a construção do CIPS foi uma medida impositiva do Governo de Pernambuco dentro de um sistema autoritário em que as ações contrárias aos interesses do Estado são renegadas ou rejeitadas. Mesmo os atores sociais envolvidos tiveram acesso aos veículos midiáticos pernambucanos para expor seus argumentos contrários ao Projeto Suape. O Governo de Pernambuco, através de seus agentes, criava narrativas favoráveis ao CIPS e que deslegitimava as reivindicações dos manifestantes ambientais.

CAPÍTULO 1 – O MEIO AMBIENTE E AS AÇÕES COLETIVAS

1.1. O meio ambiente na configuração do Mundo Líquido

A crise ecológica é considerada um dos principais problemas humanitários de nosso tempo, não há consenso quanto às suas implicações políticas e sociais. Nesse sentido, o ambiente constitui um vasto âmbito de disputas simbólicas e materiais, amplamente dominados por abordagens reducionistas (tecnicistas ou economicistas), muitas vezes alheias à dimensão social e cultural das questões ecológicas.

As questões ambientais ganharam maior notoriedade no cenário internacional através da série de discussões realizada por intelectuais e políticos a partir das décadas de 1960-1970. Os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) prepararam conferências para abordar os temas ecológicos; em vários países foi implementada uma série de medidas preventivas para amenizar os impactos ambientais.

No meio acadêmico, intelectuais ativistas das questões ambientais, de forma organizada ou localizada, passaram a investigar as relações entre a sociedade e a natureza, ressaltando a necessidade de um planejamento sustentável. Essas questões tinham como principal objetivo garantir a sobrevivência humana e um meio ambiente saudável para as gerações futuras.

As demandas de cunho ambiental se formam junto ao processo de transformação da sociedade com a “perda” da realidade moderna sólida para uma modernidade líquida. Bauman (2013, p. 16) analisa essa mudança paradigmática ao afirmar que:

[...] a expressão “modernidade líquida” para denominar o formato atual da condição moderna, descrita por outros autores como “pós-modernidade”, “modernidade tardia”, “segunda modernidade” ou “hipermodernidade”. O que torna “líquida” a modernidade, e assim justifica a escolha do nome, é sua “modernização” compulsiva e obsessiva, capaz de impulsionar e intensificar a si mesma, em consequências do que, como ocorre com os líquidos, nenhuma das formas consecutivas de vida social é capaz de manter seu aspecto por muito tempo.

Os movimentos ambientais podem ser entendidos dentro do paradigma da modernidade líquida, pois a sua formação e suas táticas diferem entre si e são constantemente modificadas através das estruturas de oportunidades políticas. O surgimento dos novos

movimentos sociais fragmentou as transformações sociais em setores específicos através de interesses pessoais dos ativistas. Esta nova dinâmica social permitiu que esses indivíduos do mundo líquido conseguissem, de certa forma, que suas reivindicações sejam ouvidas pelos órgãos de poder.

Bauman (2003) nos revela que no processo de liquidez da sociedade contemporânea não existe mais um único caminho a seguir, mas vários e múltiplos caminhos que variam de acordo com os interesses dos grupos. Podemos fazer um paralelo com as discussões ocorridas na década de 1960-1970 sobre as questões ambientais, que antes eram menosprezadas pelos governos mundiais, e que se tornaram um ponto de grande discussão no cenário político internacional, após avaliações sobre os danos ambientais que ocorreram pelas políticas capitalistas.

Podemos entender que o conjunto de processos interativos elaborados e utilizados por um movimento social e por seus representantes para mobilizar ou influenciar outros grupos na busca de interesses coletivos ou comuns em micromobilizações sociais (SNOW et al, 1986). As micromobilizações sociais produzidas pelos movimentos ambientais são diversas. Gonçalves (1989, p. 12) relata algumas pautas de discussão que abordam esses grupos sociais:

[...] extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração do poder, entre outras.

Gonçalves (1989) relata a multiplicidade de temas abordados pelos movimentos ambientais e como essas temáticas abordadas estão interligadas a questionamentos das condições de vida que esses indivíduos do mundo líquido vivem. Os manifestantes ambientais através de suas pautas ecológicas criticavam os posicionamentos políticos e econômicos dos países que prezavam pelo enriquecimento e ampliação do poder em detrimento da destruição do meio ambiente.

Podemos apresentar como marco temporal desse novo paradigma a Conferência Mundial de Estocolmo sobre Meio Ambiente (1972) que discutiu a crescente degradação ambiental que estava ocorrendo no mundo. Essa iniciativa tinha como proposta repensar a atuação dos governos, principalmente sobre o setor econômico, na adequação de um desenvolvimento industrial sem que haja grandes prejuízos ao meio ambiente. O conceito cunhado na conferência foi o de Ecodesenvolvimento que seria o:

Desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio. (RAYNAUT & ZANONI, 1993 apud MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 132).

O ecodesenvolvimento tem como princípios a integração entre a conservação da natureza e o processo de desenvolvimento, na satisfação das necessidades humanas essenciais, na busca pela equidade, justiça e autodeterminação social, bem como no respeito pela diversidade cultural e manutenção da integridade ecológica. Seguindo esse modelo econômico, a sociedade poderia usufruir dos benefícios do processo econômico sem que haja um risco iminente da destruição excessiva dos recursos naturais (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Essas mudanças no cenário político-ambiental ocorreram pela presença marcante de aliados das causas ambientais que se articularam com os governos e exigiram uma série de medidas socioeducativas e sociopolíticas para a preservação ou conservação do meio ambiente mundial. Esses grupos mobilizavam-se através de protestos e manifestos para garantir juridicamente a criação de políticas públicas que preservassem os ambientes naturais. Tendo em vista esse cenário de disputa de interesses, podemos configurar essas ações coletivas como o início da história dos movimentos ambientais.

O paradigma teórico de Touraine alicerça-se no que se convencionou chamar de “ciência da ação social”, também denominada por alguns teóricos como acionalismo [...]. Sabemos que o acionalismo tem como um dos supostos básicos que toda ação é uma resposta a um estímulo social. O axioma implícito enfatiza o comportamento social, ou seja, a conduta dos indivíduos e grupos em termos de conflito ou de integração. (GOHN, 2008, p. 93).

O paradigma teórico de Touraine alicerça-se na teoria da ação social. Este conceito é fundamental para entender as dinâmicas das relações sociais, e tendo como tema a dominação. O autor elabora uma teoria das condutas e comportamentos sociais a partir da análise dos movimentos sociais. Vimos que as ações predatórias dos governos mundiais estimularam intelectuais a criticarem essa conduta e lutar por um ideal.

Um movimento social é sempre um protesto moral, coloca-se por cima da sociedade para julgá-la ou transformá-la, e não no centro para manejá-la e orientá-la no sentido que exige a Razão ou a História [...] o sujeito não é portador de um modelo ideal de sociedade, temos de encontrar o sujeito pessoal no sujeito histórico [...] que sempre está presente no centro das visões de sociedade e de mundo. (TOURAINÉ, 1997, p. 79).

A teoria dos movimentos sociais deve ser constituída, para Touraine, ao redor das ações coletivas, das lutas, dos atores. O autor enfatiza o papel do ator social como sujeito histórico, agente dinâmico e produtor de reivindicações e demandas públicas. E que a moral é o elo aglutinador para que as classes dominadas se reúnam e protestam-se sobre a sua realidade. Isso pode ser comprovado, no caso dos ambientalistas, na participação e divulgação das sugestões descritas nos protocolos e declarações elaboradas nos eventos ambientais.

Mesmo apresentando um caráter moral, as ações coletivas realizadas pelos ambientalistas diferem da proposta de Touraine por não apresentar um elemento totalizante já que cada ambientalista tem uma visão particular sobre a proteção do meio ambiente através de sua experiência e conhecimento. Este tipo de problemática é relatado por Alberto Melucci (1994, p. 190) ao afirmar que:

Parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido (...) eles são uma lente por intermédio da qual problemas mais gerais podem ser abordados, e estudá-los significa questionar a teoria social e tratar questões epistemológicas como: o que é a ação social.

O autor revela a fluidez das estruturas sociais ao apresentar sua visão sobre a ação social que diferente da proposta do Touraine que analisa os sistemas macrosociais. Para Melucci, a ação social deve ser investigada no plano micro, nas ações coletivas de indivíduos. Com isso pode-se apresentar que os movimentos sociais transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. O autor define a ação social como:

Um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo. (MELUCCI, 1996 apud GOHN, 1997, p. 154).

Através desse enfoque psicossocial, o autor combinou a análise da subjetividade das pessoas com a análise das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico. Fazendo com que os aspectos simbólicos ganhassem destaque em sua análise permitindo com que analisemos o meio ambiente na perspectiva do imaginário social.

Para a realização desse estudo, também versaremos sobre a Teoria do Processo Político que analisa os movimentos sociais através de sua maior interação durante as

mudanças das oportunidades políticas, nas dimensões formais e informais, do ambiente político, abrindo ou criando novos canais para expressão de suas reivindicações.

As estruturas de oportunidades políticas são sinais para atores sociais ou políticos encorajarem-se, ou não, para o uso de seus recursos internos a fim de formar movimentos sociais. Meu conceito de oportunidades políticas enfatiza não somente estruturas formais como instituições estatais, mas estruturas de conflito e de aliança que proveem recursos e opõem constrangimentos externos aos grupos. Os mais evidentes sinais são quatro: a abertura de acesso ao poder, mudanças de alinhamentos, viabilidade de aliados influentes e clivagens dentro das próprias elites. (TARROW, 2009, p. 54).

As mudanças de oportunidades políticas podem ser nítidas através da presença de aliados potenciais, como associações de ambientalistas, partidos políticos, mídia e elites dissidentes. Para Tarrow (2009, p. 18), toda ação coletiva é marcada pelo confronto político. “O confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente as elites, autoridades e opositores”. O que desencadeia o confronto é um arranjo contingente de oportunidades e restrições políticas, que informam os atores sociais em disputa sobre como utilizar repertórios de confronto disponíveis para então ampliá-los e criar inovações pontuais.

Neste sentido, o meio ambiente deve ser entendido não como uma abstração, pois ele representa o espaço vital, a qualidade de vida e a própria saúde dos seres humanos inclusive das gerações que ainda estão por vir. (FREELAND, 2005, p. 119). Por isso sua proteção é, na visão dos agentes ambientais, essencial para manter o desenvolvimento social das próximas gerações, para assim garantir a manutenção da vida.

Partindo da ideia do imaginário, compreendemos as práticas ambientais como sendo representações dos agentes sociais sobre o meio ambiente. Neste sentido, o meio ambiente deve ser analisado como um semióforo, algo que foi retirado de seu uso habitual e ganha um valor simbólico, capaz de relacionar entre o visível e invisível, seja no tempo, e de celebrar a unidade indivisa dos que compartilham uma crença comum ou passado comum.

Um semióforo é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituições retiradas do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser sagrado (um espaço além de todo espaço) ou o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou eternidade, e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência. (CHAUÍ, 2000, p. 12).

O meio ambiente também pode ser entendido como um elemento simbólico do campo do imaginário. Uma imagem que produz e conservar um sistema de crenças ou sistemas de instituições que lhes permite interpretar um campo social. A representação do meio ambiente, através do significado destes objetos no campo do imaginário é disputada tanto pelos ambientalistas, que utilizam de argumentos paisagísticos e ecológicos como justificativa de preservação da área, como também pelo governo, que utiliza argumentos geomorfológicos qualificando determinadas áreas como recursos econômicos para a criação de grandes empreendimentos.

Ou seja, utilizando o conceito de imaginário estamos diante de uma disputa simbólica pelo significado do espaço natural de Suape. Será ele um espaço econômico a ser transformado para a geração de riqueza, ou será ele uma paisagem a ser preservada para fruição?

1.2. O surgimento da questão ambiental no cenário global

A temática ambiental, no ponto de vista das relações internacionais, expede-se ao início do século XX, quando surgiram os primeiros encontros e palestras sobre a questão ambiental pelo mundo. Esses encontros tiveram a intenção de conter a ação predatória dos seres humanos sobre o meio ambiente tendo início no período da colonização africana em que as potências europeias destruíram o ambiente africano para o acúmulo de riquezas.

Contudo, os primeiros acordos internacionais não tiveram êxito. A depredação ambiental continuou desenfreada e seus impactos cada vez mais visíveis. O Tratado Antártico foi o grande marco simbólico das investidas ambientais, pois conseguiu, de certo modo, que o meio ambiente do continente Antártico fosse preservado através de um acordo internacional. Ele foi constituído a partir da iniciativa das potências do período da Guerra Fria que disputavam áreas de influência. O Tratado Antártico foi criado sem a participação da ONU, mesmo tendo uma grande influência nas questões ambientais, a organização internacional não interviu nas discussões sobre a preservação ambiental do continente Antártico.

As discussões sobre a temática ambiental no cenário internacional foram acompanhadas pela atuação e a influência da ONU. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), um dos segmentos da ONU, passou a empregar parte de seus esforços pela preservação ambiental, conseguindo construir um sistema de conservação ambiental que, apesar das dificuldades, está sendo implementado (RIBEIRO, 2001, p.53).

Segundo Ribeiro (2001), as primeiras tentativas de se estabelecer acordos internacionais que regulassem a ação predatória dos seres humanos sobre o meio ambiente remontam o início do século XX. Uma das primeiras ações que foram questionadas por intelectuais da época foi a caça esportiva. Essa atividade foi amplamente praticada na Inglaterra principalmente por nobres e que foi levada às colônias inglesas no continente africano. Essa atividade colocava em risco uma série de espécies nativas e prejudicavam todo o ecossistema local. Com o processo de colonização dos países africanos, os colonizadores, que não possuíam terras para praticar a caça, exageraram em seus novos domínios promovendo uma matança indiscriminada de animais. Tendo como alvo predileto os elefantes por causa das suas presas que tinham um alto valor econômico.

Para tentar sanar os danos que os colonizadores estavam fazendo no continente africano, a Coroa inglesa organizou, em 1900, em Londres, uma reunião internacional com o objetivo de discutir a caça indiscriminada de animais nas colônias africanas. Foram convidados a participar da reunião os países que possuíam terras no continente africano: Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Itália e Portugal. Esse encontro ficou conhecido como a Convenção para Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África (CPAPPA), que visava conter a ação dos caçadores e manter animais vivos para a prática da caça no futuro. Podemos perceber que o interesse da reunião não é a proteção dos animais e sim a manutenção de uma prática social. Mesmo assim, essa convenção foi o primeiro passo para pensarmos a proteção ambiental a nível internacional.

Segundo Ribeiro (2001), as propostas levantadas pela CPAPPA estavam a elaboração de um calendário para a prática da caça. Sendo proibida a caça em período de reprodução de certas espécies de pássaros e de peixes. O acordo foi inovador ao retratar o primeiro documento internacional que discute a proteção dos animais mesmo não tendo seus objetivos alcançados.

O segundo encontro internacional visando a proteção dos animais foi a Convenção para a Proteção dos Pássaros Úteis à Agricultura (CPPUA). O encontro foi realizado em 1902 tendo a presença de 12 países europeus que tinha como objetivo proteção de aves que seriam úteis para agricultura local. Segundo o conhecimento da época, algumas espécies de aves eram úteis para as práticas agrícolas já que transportavam sementes em seus bicos e assim auxiliavam na produção agrícola. Novamente o foco do encontro era a manutenção de uma prática esportiva de caça.

Como ocorreu com o primeiro acordo internacional, os resultados do CPPUA não foram satisfatórios. Poucos países respeitaram as determinações contidas nos documentos formulados e assinados. Não houve punições para as pessoas que infringiam as determinações acordadas. Isso levou a uma outra iniciativa vinda dos intelectuais ingleses, que convocaram os países que mantinham colônias na África para um novo encontro internacional, que ocorreu em Londres em 1933. Neste acordo, foi possível ver resultados positivos, já que se conseguiu, pela primeira vez, elaborar um documento que almejava preservar não só espécies específicas, mas a fauna e a flora. A Convenção para a Preservação da Fauna e da Flora em seu Estado Natural (CPFFEN) foi assinada pelos países europeus que mantinham territórios no continente africano e proporcionou um novo modelo de preservação ambiental na forma de parques naturais. Esse modelo foi elaborado nos Estados Unidos e foi reproduzido pelos diversos países da Europa para tentar preservar, pelo menos, algumas determinadas áreas que através de estudos técnicos merecem ser preservadas (RIBEIRO, 2001).

Além dos encontros descritos acima, vários outros eventos ocorreram tentando implementar uma consciência ambiental e alertar sobre os riscos ambientais que uma série de ações humanas causaram no futuro e no bem-estar da sociedade mundial. Esses encontros geraram um grande número de documentos, mas sem que se chegasse a bons resultados práticos. Todos esses encontros ambientais têm caráter de recomendações e que dependem do interesse dos países envolvidos seguirem essas afirmativas. Todavia, os acordos internacionais foram importantes iniciativas para se discutir os impactos ambientais que os seres humanos estavam praticando no meio ambiente. E assim criar estratégias socioeducativas para amenizar os danos ambientais e estruturar uma política internacional de proteção ao meio ambiente.

1.3 A Declaração de Estocolmo de 1972

As questões ambientais constituem um componente importante para os direitos essenciais aos seres humanos. A Declaração de Estocolmo foi subscrita em 1972 e relatava que: “O ser humano tem o direito fundamental a [...] um ambiente de qualidade tal que lhe permite levar uma vida digna, gozar de bem-estar [...]” (ONU, 1972). A Conferência realizada em Estocolmo tinha como cenário político os conflitos setoriais da Guerra Fria. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMA) apresentava uma discussão sobre modelos de desenvolvimento ocidentais e socialistas e suas ações sobre o meio ambiente.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi convocada para examinar as ações nos níveis nacional e internacional que poderiam limitar e, na medida do possível, eliminar os obstáculos ao meio ambiente humano e fornecer um quadro para a ampla consideração dentro das Nações Unidas dos problemas do meio ambiente humano, de maneira a dirigir a atenção dos governos e da opinião pública sobre a importância e a urgência dessa questão. (LAGO, 2007, p. 25).

Como podemos perceber no trecho descrito acima, a CNUMA permitiu que ampliasse a discussão sobre a temática ambiental a nível internacional mostrando a importância da discussão sobre as consequências danosas que poderá ocorrer no meio ambiente humano se não houver o controle de danos ambientais e a estruturação de uma política internacional de preservação do meio ambiente.

Vale destacar o período histórico em que a CNUMA foi realizada, já que os conflitos ideológicos promovidos pela Guerra Fria e sua política desenvolvimentista fez com que o meio ambiente mundial sofresse grandes transformações e trouxe uma série de questionamentos na sociedade civil sobre essas ações predatórias.

Enquanto os demais movimentos nascidos em 1968 amorteceram-se nas décadas de setenta e, sobretudo de oitenta, até mesmo em razão de seu relativo êxito, o movimento ecológico pode ter fôlego mais longo, porque a crítica que propunha não podia se esgotar com mudanças comportamentais imediatas, já que implicava, em sua dimensão mais profunda, revisão de todo um modelo de civilização. (ALMINO, 1993, p. 23-24).

Desde o início da década de 1950, os impactos do desenvolvimento industrial sobre o meio ambiente já começavam a ser percebidos como questão ambiental. Neste momento, o fenômeno dos “Smog”, palavra formada pela contração das palavras “smoke” e “fog”, que seria a poluição atmosférica promovida pelas indústrias ocasionando a morte de oito mil pessoas na Inglaterra. Outros desastres ambientais também foram relatados em várias partes do mundo, como a poluição pelo despejo de mercúrio na cidade de Niigata, no Japão e a questão do DDT (diclorodifeniltricloetano), inseticida utilizado pela indústria agrícola no período da Segunda Guerra Mundial que foi descoberto que causava câncer, como também a mortandade de pássaros. (PORTO, 1996; CZAPSKI, 1998).

Os movimentos ambientais começaram a se consolidar através dos impactos negativos do processo de industrialização, o aumento exponencial da poluição atmosférica, hídrica e sonora causando grandes transtornos para os habitantes dos grandes centros urbanos. As

peças dos grandes centros industriais reuniam-se em atos públicos como forma de reivindicação para almejar uma melhor qualidade de vida.

[...] a força do movimento ecológico, nos anos 60, vem, sobretudo, do fato de as consequências negativas da industrialização, como poluição, tráfego e barulho, terem passado a afetar a maior faixa da população dos países ricos - a classe média, cuja educação e cujo grau de liberdade permitiam explorar alternativas políticas para expressar sua insatisfação. (LAGO, 2007, p. 27-8).

Mesmo tendo como interesse o seu próprio bem-estar, as pessoas que se envolviam nas pautas ambientais estavam também preocupadas com o futuro do planeta e das gerações futuras. A ONU, acompanhado dos Estados e a comunidade científica, realizou a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, visando discutir e propor ações para amenizar a problemática: ser humano versus natureza.

A CNUMA, conhecida popularmente como Conferência de Estocolmo, foi realizada entre os dias 5 de junho de 1972 a 16 de junho de 1972, e marcou uma etapa muito importante na ecopolítica internacional. Esta foi a primeira grande reunião organizada para dedicar-se às questões ambientais e a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente, visto que a ação antrópica gera séria degradação ambiental, criando severos riscos para o bem-estar e sobrevivência da humanidade (RIBEIRO, 2010).

A convocação da CNUMA visava amenizar a problemática: ser humano versus natureza. Princípios e conceitos tornaram-se base para a evolução na área do meio ambiente a partir da Conferência de Estocolmo e desta resultaram inúmeras questões que continuam a influenciar e a motivar as relações entre os atores internacionais, colaborando para a notável evolução que eclodiu após a Conferência.

[...] a Conferência de Estocolmo constituiu etapa histórica para a evolução do tratamento das questões ligadas ao meio ambiente no plano internacional e também no plano interno de grande número de países (LAGO, 2007, p. 32).

A CNUMA visou buscar uma solução para tais problemas criando uma nova consciência sobre os impactos ambientais tanto para os Governos Internacionais quanto para a sociedade como um todo. Dessa forma, a temática ambiental entraria nas políticas públicas internacionais como forma de preservação do bem-estar social da população e como direito das gerações futuras.

A CNUMA foi marcada pelo confronto entre as diferentes perspectivas propostas por países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os países desenvolvidos preocupavam-se com

os efeitos da devastação ambiental sobre o planeta, propondo um programa voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos, ou seja, consideravam a ideia de medida preventiva imediata. Por outro lado, os países em desenvolvimento argumentavam o fato de estarem desolados pela miséria, com problema de moradia, saneamento básico, com riscos de doenças infecciosas, propondo assim desenvolvimento econômico rápido, devido às claras necessidades (MACHADO, 2006).

No caso do Brasil, a delegação brasileira mostrava-se intransigente as propostas da CNUMA: “O Brasil prefere ter um ar menos puro, um solo menos puro, águas menos puras, mas uma indústria que dê condições econômicas ao povo e ao governo para se desenvolver” (CARNEIRO, 2003, p. 65). Tendo uma visão economicista sobre a utilização dos espaços naturais, o país visava uma competitividade com as grandes potências econômicas da época mesmo que isso causasse a destruição da natureza.

Ao final das discussões, a CNUMA aprovou setes pontos, referentes às responsabilidades e comportamentos ideais para guiar as questões relativas ao meio ambiente. Estes pontos compõem o preâmbulo da Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, também conhecida como Declaração de Estocolmo (ONU, 1972).

1. O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma.

2. A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos.

Nos itens 1 e 2 da Declaração de Estocolmo, fica consagrado que o ser humano é responsável pelo meio ambiente, e este lhe oferece o sustento material e a possibilidade de evoluir de forma moral, social e espiritual. Ao longo da evolução humana, o ser humano tornou-se capaz de transformar o meio ambiente da maneira que achava conveniente. Por isso, a manutenção dos ambientes naturais e artificiais é essencial para a real fruição dos direitos

humanos fundamentais. Essa manutenção é fundamental para manter o bem-estar social e o desenvolvimento econômico mundial.

3. O homem deve fazer constante avaliação de sua experiência e continuar descobrindo, inventando, criando e progredindo. Hoje em dia, a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicado errônea e imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio ambiente. Em nosso redor, vemos multiplicar-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos; grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, nocivas para a saúde física, mental e social do homem, no meio ambiente por ele criado, especialmente naquele em que vive e trabalha (ONU, 1972).

O item 3 discute a capacidade do ser humano em transformar o meio ambiente carregando consigo a responsabilidade de saber usá-la. Quaisquer transformações podem trazer benefícios e desenvolvimentos, ou causar danos ao próprio ser humano e ao meio ambiente. Quando esses danos ocorrem, o seu rastro de destruição é visível na forma de degradação das fontes de recursos naturais, da poluição do ar e da água, dos desequilíbrios ambientais.

4. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico (ONU, 1972).

O item 4 convencionou que para ocorrer um desenvolvimento socioeconômico, nos países em desenvolvimento, são necessárias medidas que amenizem as desigualdades sociais, sem deixar de se preocupar com as questões ambientais. Enquanto que para os países industrializados têm por responsabilidade diminuir as diferenças com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Este ponto também alerta que nesses países os

problemas ambientais estão ligados ao desenvolvimento de novas tecnologias aos processos de industrialização.

5. O crescimento natural da população coloca continuamente, problemas relativos à preservação do meio ambiente, e devem-se adotar as normas e medidas apropriadas para enfrentar esses problemas. De todas as coisas do mundo, os seres humanos são a mais valiosa. Eles são os que promovem o progresso social, criam riqueza social, desenvolvem a ciência e a tecnologia e, com seu árduo trabalho, transformam continuamente o meio ambiente humano. Com o progresso social e os avanços da produção, da ciência e da tecnologia, a capacidade do homem de melhorar o meio ambiente aumenta a cada dia que passa (ONU, 1972).

O item 5 reconhece que o crescimento populacional gera problemas ao meio ambiente. Como foi ressaltado no item 3, a poluição das águas, do ar e terra e a degradação do solo são alguns dos problemas que acarreta um crescimento populacional desordenado e por isso devem-se criar medidas a fim de evitar tais problemas ou que ocorram em menor gravidade.

6. Chegamos a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às consequências que podem ter para o meio ambiente. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar. Ao contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, podemos conseguir para nós mesmos e para nossa posteridade, condições melhores de vida, em um meio ambiente mais de acordo com as necessidades e aspirações do homem. As perspectivas de elevar a qualidade do meio ambiente e de criar uma vida satisfatória são grandes. É preciso entusiasmo, mas, por outro lado, serenidade de ânimo, trabalho duro e sistemático. Para chegar à plenitude de sua liberdade dentro da natureza, e, em harmonia com ela, o homem deve aplicar seus conhecimentos para criar um meio ambiente melhor. A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas.

7. Para se chegar a esta meta será necessário que cidadãos e comunidades, empresas e instituições, em todos os planos, aceitem as responsabilidades que possuem e que todos eles participem equitativamente, nesse esforço comum. Homens de toda condição e organizações de diferentes tipos plasmarão o meio ambiente do futuro, integrando seus próprios valores e a soma de suas atividades. As administrações locais e nacionais, e suas respectivas jurisdições são as responsáveis pela maior parte do estabelecimento de normas e aplicações de medidas em grande escala sobre o meio ambiente. Também se requer a

cooperação internacional com o fim de conseguir recursos que ajudem aos países em desenvolvimento a cumprir sua parte nesta esfera. Há um número cada vez maior de problemas relativos ao meio ambiente que, por ser de alcance regional ou mundial ou por repercutir no âmbito internacional comum, exigem uma ampla colaboração entre as nações e a adoção de medidas para as organizações internacionais, no interesse de todos. A Conferência encarece aos governos e aos povos que unam esforços para preservar e melhorar o meio ambiente humano em benefício do homem e de sua posteridade (ONU, 1972).

Por fim, os dois últimos itens da Declaração relatam que o ser humano deve ter atenção às consequências de seus atos no meio ambiente. O ser humano é capaz de causar danos imensuráveis e irreversíveis ao meio ambiente, mas também é capaz de criar condições adequadas de bem-estar social. Por isso, o ser humano deve estar em harmonia com a natureza, para que possa se desenvolver socioeconomicamente e de maneira que mantenha o meio ambiente equilibrado e a qualidade de vida humana.

O planejamento racional constitui importante tema na Declaração de Estocolmo, pois é por meio de ações planejadas que se podem verificar os impactos ambientais decorrentes e estabelecer as necessárias medidas para evitar a ocorrência de danos (GRANZIERA, 2009, p. 34).

Neste documento, vemos o esforço por criar uma representação do meio ambiente como propriedade coletiva da humanidade, e não um recurso econômico dos países. A disputa simbólica apresentada na Declaração de Estocolmo refere-se aos usos do meio ambiente, visto no documento como elemento fundamental para sobrevivência humana. Qualificando dessa forma o meio ambiente, a Declaração critica as apropriações de espaços naturais para atividades industriais vistas nesse momento como predatórias.

Por fim, o documento relata que a responsabilidade pelas mudanças e pela manutenção de um meio ambiente saudável e de todos, Governos e sociedade civil agindo em um esforço conjunto. Cabe aos poderes do Estado a criação de leis e normas para a preservação e o melhoramento do meio ambiente humano, mas também cabe a todos os cidadãos deveres de que estas leis e normas sejam exercidas.

1.4 História dos Movimentos Ambientais no Brasil

O moderno conceito de conservação da natureza se constituiu no Brasil, a partir de formulações e práticas sociais. As preocupações relacionadas a um cuidado com a natureza podem ser encontradas em tempos mais remotos, remontando aos fins do período colonial.

Mas, trata-se de outro contexto, que suscitou preocupações em torno de uma relação mais pragmática com a natureza e os recursos dela advindos.

O impacto que a natureza tropical causou nos primeiros europeus que aqui chegaram nas épocas das viagens de navegação não foi pequeno. Desavisados da abundância e da orgia germinativa de nossa fauna e flora, os europeus surpreenderam-se, e muito, com a quantidade e variedade de novas formas e tamanhos de animais e vegetais (PRESTES, 2000, p. 23).

No Brasil surge uma tradição voltada para o cuidado com a natureza no qual parece ter tido como uma constante o fato dos sujeitos, na sua maioria cientistas ou técnicos ligados às instituições governamentais, serem os principais articuladores de entidades civis que visavam pressionar os governos a tomar posições mais decisivas a favor da preservação da natureza. Warren Dean, ao comentar as primeiras iniciativas governamentais com esse propósito, no estado de São Paulo, durante a República Velha, mostra as dificuldades e resistências presentes no interior da esfera governamental:

Os cientistas empregados por essas novas instituições assumiram suas tarefas com dedicação, mas seu próprio mandato de eficiência os levou a levantar a bandeira da conservação. O conceito de contradição estrutural parece aqui inteiramente aplicável. Funcionários públicos, membros de uma classe média emergente, geralmente de origem imigrante, passaram a experimentar uma relação conflituosa com os governos que os empregavam, dominados como eram pelos grandes proprietários de terra, cujas premências especulativas, técnicas destrutivas de manejo e zelo por seus direitos de propriedade iriam constituir barreiras à implementação de políticas conservacionistas. Uma grande batalha, de resultados incertos, seria travada. (DEAN, 1996, p. 247).

Uma prática recorrente, no que se refere à proteção da natureza, referente à mentalidade de técnicos e cientistas atuantes em órgãos do governo se chocarem com os interesses do Estado. Este embate de pensamentos revela uma série de acordos e negociações que esses atores sociais fazem para usufruir dos espaços naturais. Pois, os militantes ambientais inseridos dentro do governo têm maiores condições de pleitear a criação de políticas de proteção aos espaços naturais.

Tal dinâmica acaba fazendo com que estes técnicos e cientistas empregados pelos governos busquem respaldo na sociedade civil, criando associações atuantes no seu âmbito. Já os governos, quando interessados na conservação da natureza, procuram assessoria e mesmo pessoal especializado nessas associações. Pode-se entender este tipo de articulação política examinando a trajetória das enunciações e práticas ligadas à proteção da natureza, por meio

das ideias de cooperação e conflitos interinstitucionais e interburocráticos. (FRANCO & DRUMMOND, 2009).

Segundo Franco e Drummond (2009) formulações mais próximas do moderno discurso conservacionista só aparecem no Brasil nos finais do século XIX e princípios do XX. Podemos dizer que as preocupações e mobilizações que levaram à adoção de leis de proteção à natureza e principalmente à criação dos primeiros parques nacionais, na década de 1930, espelhavam conceitos caros aos modernos conservacionistas.

De maneira mais descentralizada, existia, ainda, uma série de instituições ligadas aos governos estaduais ou ao governo federal. Existiam ONGs de cunho conservacionista, como é o caso das pioneiras Sociedade de Amigos das Árvores fundada, no Rio de Janeiro, em 1931, por Alberto José Sampaio e Sociedade de Amigos da Flora Brasileira fundada, em São Paulo, em 1939, por Frederico Carlos Hoehne, e da Associação de Defesa da Fauna e Flora de São Paulo (ADEFLORA) fundada, em São Paulo, em 1956, por Paulo Nogueira Neto, Lauro Travassos Filho e José Carlos Magalhães; mais tarde teve o nome mudado para Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo (ADEMASP), mas na maioria das vezes elas surgiram a partir da década de 1970.

Embora se possa descrever que os grupos ambientalistas brasileiros surgidos na década de 1930 são compostos por membros da intelectualidade, a sua posição social comum não é suficiente para caracterizá-los. A variação entre os grupos se deve mais aos distintos “contextos de micromobilização” nos quais se formaram do que propriamente conflitos ideológicos. Isto é, a microcontextos de interação social, tais como instituições profissionais, grupos culturais e redes de amizade, nos quais cidadãos comuns se convertem em ativistas ambientais. A conexão entre ativistas é, antes de mais nada, uma interação sociocultural e pessoal, por meio da qual interpretações comuns, laços afetivos, lealdades comunitárias e o sentimento de pertencimento a grupos se constroem (GAMSON, 1992 apud ALONSO et al, 2007, p. 154-155).

As identidades coletivas proporcionam um princípio de integração social. Outro princípio é constituído pelos interesses. Há uma complementariedade teórica específica a ser identificada na relação entre identidades e interesses. As identidades definem fronteiras em relação ao mundo exterior; excluem os outros. Os interesses conduzem a estratégias que incluem os outros mediante um cálculo racional, ou seja, levam a prover um mundo de pessoas suficientes para dele se beneficiarem. As identidades definem as fronteiras de um espaço em que se incluirão os interesses (EDER, 2003, p.7).

As identidades coletivas são processos de construção de um sistema de ação, sendo este processo interativo e compartilhado produzido por muitos indivíduos ou grupos. As percepções de distinção, fronteiras e interesses são os elos aglutinadores para os indivíduos pertencerem a determinada comunidade.

Segundo Franco e Drummond (2009) a resposta estatal a construção simbólica do meio ambiente se pautou pela criação de um conjunto de instituições e de lugares de fala. Podemos distinguir essas instituições em dois grandes blocos; as que eram científicas, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo (USP) a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Museu Paraense Emílio Goeldi. E as governamentais, como o Serviço Florestal Federal, vinculado ao Ministério da Agricultura, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que o substituiu em 1967; mais tarde, em 1973, temos a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior; por fim, no final da década de 1980, criou-se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), que incorporou o IBDF e a SEMA.

Foi, no entanto, somente com surgimento da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), que o discurso conservacionista ganha um corpo conceitual mais bem definido, assumindo a si próprio como conservacionista. Principalmente, a partir de 1966, quando é reestruturada e começa a editar o seu boletim (uma revista sobre conservação da natureza), a FBCN se configurou em espaço de convergência da ideia de conservação da natureza.

Os objetivos da FBCN eram o estímulo e o desenvolvimento das atividades relativas à: a) criação e estabilização de parques, reservas, monumentos e semelhantes, com especial atenção para as espécies raras ou ameaçadas de extinção; b) cooperação entre os governos e as organizações nacionais, estrangeiras e internacionais interessadas na conservação da natureza e dos recursos naturais; c) estudos e pesquisas concernentes à conservação dos recursos naturais; d) difusão dos conhecimentos conservacionistas. (FRANCO & DRUMMOND, 2009).

Um expoente na proteção ambiental surge ao sul do país, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) foi também responsável pela divulgação do pensamento ambiental no Brasil. Ela foi constituída por um grupo de pessoas cujos nomes mais conhecidos são o engenheiro agrônomo José Antônio Lutzenberger (1926-2002), o

advogado Augusto Cunha Carneiro, Hilda Emma Wrasse Zimmermann e também por outros sujeitos ainda anônimos na história escrita.

A presença de fenômenos como Gabeira, Lutzenberger - Pensamento Ecológico - cria um novo patamar de debate no movimento ecológico. A posição ambientalista até esse momento predominando claramente começa a ser criticada desde uma posição que enfatiza os vínculos entre os desequilíbrios na relação sociedade/natureza e os desequilíbrios no interior da sociedade (VIOLA, 1987, p. 95).

A AGAPAN inspirou-se nas ideias e ações individuais do padre jesuíta Balduino Rambo (1905-1961), nas propostas e atitudes de Henrique Luís Roessler (1896-1963) que em 1955 fundou a União Protetora da Natureza (UPN) na cidade de São Leopoldo-RS (PEREIRA, 2010) e no movimento ecológico internacional.

No primeiro dia de janeiro de 1955, em São Leopoldo, Roessler fundou a UPN. Reunindo seus companheiros de perseguição aos desmatadores e passarinheiros, funcionários públicos, jornalistas, comerciantes e advogados, em 1957, a instituição já contava com 280 sócios (PEREIRA, 2010, p. 118).

Sua fundação está ligada ao conceito de crise ambiental, elaborado na década de 1970, baseado na compreensão da ação humana como a principal responsável por graves danos ambientais que podiam ser claramente observados e que levariam ao esgotamento irreversível dos bens naturais e à inviabilidade da vida humana.

O movimento conservacionista surgiu de uma ideia nova: a Ecologia, e, em sua forma e filosofia atuais, é muito recente. O que é novo, é a crise ambiental e, quando esta começou a se tornar explícita e generalizada, aparecem os idealistas que compreenderam que a luta seria global e que teriam que entrar em ação (CARNEIRO, 2003, p. 17).

O contexto daquela década é completado pela emergente crítica à sociedade urbana e industrial, baseada no crescimento econômico ilimitado e na primazia da ciência e da tecnologia na organização social, que se evidenciava desde o início do século XIX. Completam o quadro daquele período, a fundação da ONG internacional Greenpeace em 1971, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo na Suécia, no ano de 1972, considerada uma referência inicial no debate internacional sobre os problemas ambientais e, em 1973, a constituição do “primeiro partido político explicitamente identificado com a ecologia – o ‘Ecology Party’ inglês” (PÁDUA, 1991, p. 135). Na mesma década de fundação da AGAPAN foram criados outros grupos ecologistas em diversos locais do Brasil.

Existe uma série de semelhanças com relação às ONGs de cunho ecológico que surgem no Brasil, a AGAPAN, fundada em 1971, em Porto Alegre era formada por pesquisadores de ciências naturais com interesse profissional no tema e muitos deles com contato prévio com associações conservacionistas locais. Este perfil assemelha-se com a FBCN, contudo a AGAPAN se engajou na constituição da burocracia ambiental, influenciando na formulação de leis e na implementação de políticas públicas ambientais em nível estadual (BONES E HASSE, 2002).

As estratégias de mobilização utilizadas pela AGAPAN se diferenciavam da FBCN, pois o grupo utilizava especialmente de campanhas de difusão de informação, palestras e formas simbólicas de manifestação. Por meio delas, a AGAPAN atraiu jovens ativistas da seara estudantil foi progressivamente se aproximando do movimento pela Redemocratização. Associando, no campo simbólico, o pensamento ambiental à luta política (ALONSO ET AL, 2007).

Outra associação de grande destaque na década de 1970 foi o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE) que surgiu em São Paulo, em 1973, formado por artistas plásticos, escritores e jornalistas vinculados aos movimentos contraculturais e preocupados com a poluição urbana. O MAPE apropriou-se de estratégias expressivas e simbólicas dos novos movimentos sociais europeus e recorreu especialmente à linguagem artística como forma de expressão, organizando vernissages, happenings literários e atos lúdicos (URBAN, 2001).

[...] o movimento ganhou uma sede, na praça da República, e se expandiu rapidamente. Nomes importantes do cenário das artes plásticas brasileiras participavam em número cada vez maior das "Cruzadas Ecológicas" que percorreram dezenas de cidades. Em abril de 1977, em Curitiba, a exposição "Arte e pensamento ecológico" reuniu obras de 94 artistas plásticos de diversos Estados brasileiros, como nomes de peso do cenário nacional, como Darcy Penteado, Aldemir Martins, Juarez Machado e Tito Batini. Paralelamente à exposição foram realizados painéis de debates, que trouxeram à cidade o cartunista Caulos, o arquiteto Jorge Wilhelm, o agrônomo José Lutzenberger e o secretário do Meio Ambiente do governo federal Paulo Nogueira Neto (URBAN, 2001, p. 49).

O perfil de seus membros, sem conhecimento técnico das ciências da natureza, fez com que o MAPE se mantivesse distante dos cargos públicos ambientais e se voltasse mais intensamente para a sociedade civil, inclusive para a mobilização em prol da Redemocratização. Através de suas exposições artísticas, o grupo reivindicava uma melhor qualidade de vida para a população urbana com a redução dos poluentes.

Também em São Paulo formou-se a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), em 1976, tendo por membros profissionais liberais e pequenos empresários, com experiência associativa ou política anterior. A APPN nasceu como um protesto comunitário, reativo, contra uma obra governamental que impactava a área de residência de vários de seus ativistas: a construção de um aeroporto internacional na região sudoeste da Grande São Paulo (ALONSO et al., 2007).

Por meio de estratégias de mobilização convencionais, como abaixo-assinados, a APPN mobilizou moradores da área potencialmente afetada e, como a Universidade de São Paulo (USP) estava ali situada, professores universitários de esquerda, que estabeleceram uma conexão com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (ANTUNIASSI, 1989, p.26). Assim, o protesto local ganhou uma nacionalização não-intencional, sendo encampado pelo movimento pela Redemocratização. Nesse sentido, a APPN sedimentou o vínculo, até então tênue, entre o ativismo ambientalista e os protestos políticos contra o governo autoritário.

Em cada um desses contextos de micromobilização, os atores sociais pertencentes aos grupos ambientais descritos emergiram de diferentes gêneros de identidades coletivas como “ambientalistas”: os técnicos, baseados em vínculos profissionais entre cientistas naturais, já incorporados à burocracia de Estado por profissão, e os políticos, de formação humanística e conectados aos movimentos pela Redemocratização.

A emergência do pensamento ambiental implica em disputas simbólicas pelos significados dos espaços naturais, suas funções e usos. Podemos ver que os diferentes grupos de ambientalistas tinham pensamentos distintos sobre a proteção do meio ambiente, e com isso criavam estratégias distintas de conscientização sobre as ações do Estado perante os ambientes naturais.

O imaginário ambiental construído por esses diversos atores converge num cenário de crise ambiental, no qual se questiona as ações do Estado pedindo uma proteção ao meio ambiente para uma melhor qualidade de vida e mesmo pela manutenção dos seres humanos.

Vimos também a eleição de um elemento que seria responsável por boa parte dos males que o meio ambiente global estava sofrendo que é a industrialização, mais precisamente a poluição industrial. Como foi apresentado através da Declaração de Estocolmo, foram criadas uma série de recomendações para redução dos resíduos industriais atendendo a ideia de um ecodesenvolvimento.

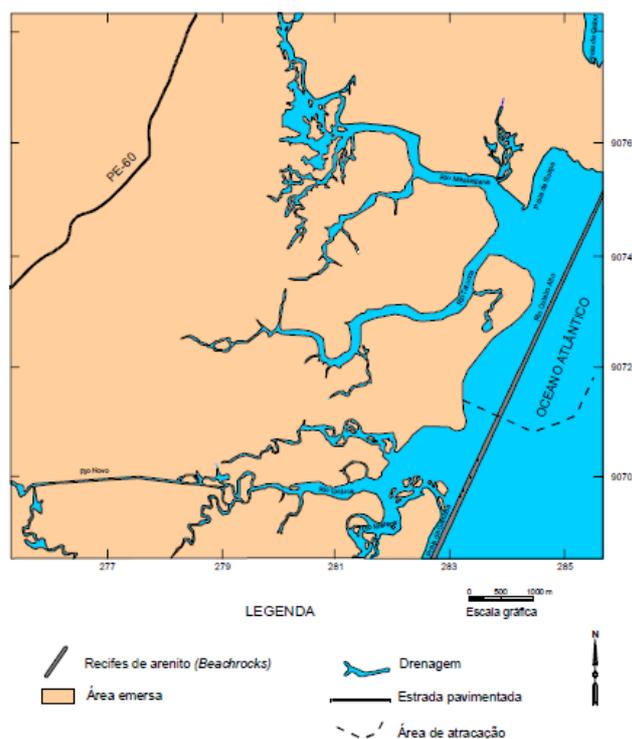
CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA ECONÔMICA DO REGIME MILITAR DO BRASIL

2.1. Aspectos morfológicos do Cabo de Santo Agostinho

Desde meados do século XX constatou-se a necessidade de uma ampliação da estrutura portuária de Pernambuco, pois com o processo de industrialização do Estado aumentou o escoamento de produtos a serem exportados e o Porto do Recife que, na década de 1950 já não dava conta de atender as necessidades dos exportadores. A implantação do Porto do Recife deu-se sem um Plano Diretor e a cidade passou a sofrer impactos em função de sua operação, dragagem e transporte em área urbana.

Dentro desse contexto que surge um projeto de criação de um novo sistema portuário no estado. Ele teria que atender as necessidades do Estado e dos exportadores apresentando algumas características fundamentais para sua formação. Esse sistema portuário teria que ser próximo a capital e deveria ter uma estrutura moderna para equiparar-se aos portos mundiais. (SÁ, 2008).

Figura 01 – Morfologia da baía de Suape



Fonte: CPRM/FIDEM, 1971

A grande parte dos 7.408 km de extensão (ou 9.198 km considerados todas as saliências e reentrâncias) do litoral brasileiro é composta por faixas de restingas, dunas e mangues, com praias, que são utilizadas para diferentes atividades socioeconômicas como o turismo e a pesca. A construção de portos, em sua linha de costa, é um investimento altamente consumidor de meio ambiente e de capital. Contudo, considerada necessária para o desenvolvimento econômico do país tendo em vista a formação geográfica do país que propícia a atividade portuária.

Desde o século XVI a região do Cabo de Santo Agostinho, local escolhido para construção do Complexo Industrial-Portuário de Suape, vem sendo ocupada em função da cana-de-açúcar. A população local desempenhava, em sua maioria, atividades voltadas à agricultura ou a pesca e coleta de peixes e frutos do mar. Sobre a história local marca-se um processo de ocupação do espaço fundamentado na implantação dos engenhos de açúcar e posterior substituição pelas usinas (MOTTA, 1979; FELIPE, 1962).

A partir da planície do Recife até o extremo sul do litoral pernambucano, a superfície das barreiras não existe em faixa contínua. Dela se encontram apenas duas manchas já bastante retalhadas: uma ao sul do Recife, próxima ao aeroporto, onde se acham os históricos montes Guararapes; outra, ao sul do Rio Pirapama, entre a cidade do Cabo e o Cabo de Santo Agostinho. Daí, até quase o extremo sul do litoral de Pernambuco, as praias, terraços marinhos, manguezais e restingas atuais e antigas dão as feições topográficas encontradas na franja marinha de formação recente, fazendo, a oeste, contato direto com o cristalino. Convém lembrar que essa área é a maior pluviosidade de todo o litoral nordestino. (MELO, 2004, p. 57-58).

A descrição do geógrafo Mário Lacerda de Melo apresenta as principais características geográficas do litoral sul pernambucano, no qual a região de Suape está inserida. O autor relata sobre o relevo da região destacando aspectos de sua formação, os principais elementos que compõe a região dando destaque ao alto índice de chuva.

Figura 02: Relevo do Cabo de Santo Agostinho

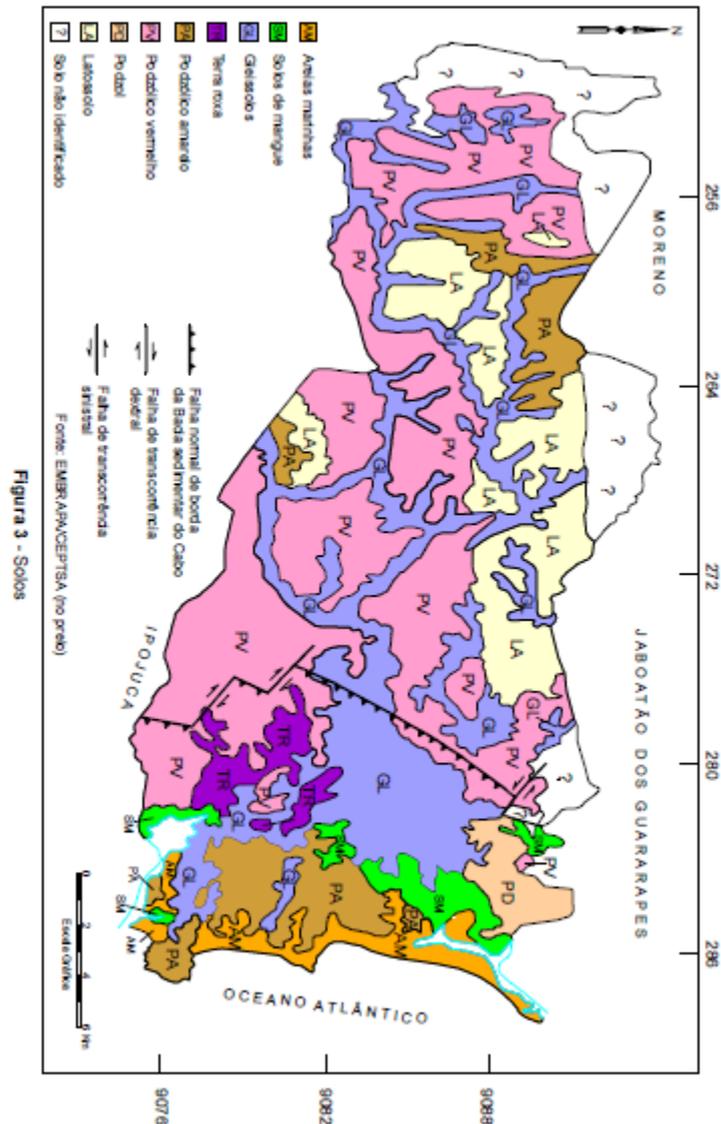


Figura 3 - Solos

Fonte: CPRM/FIDEM, 1999

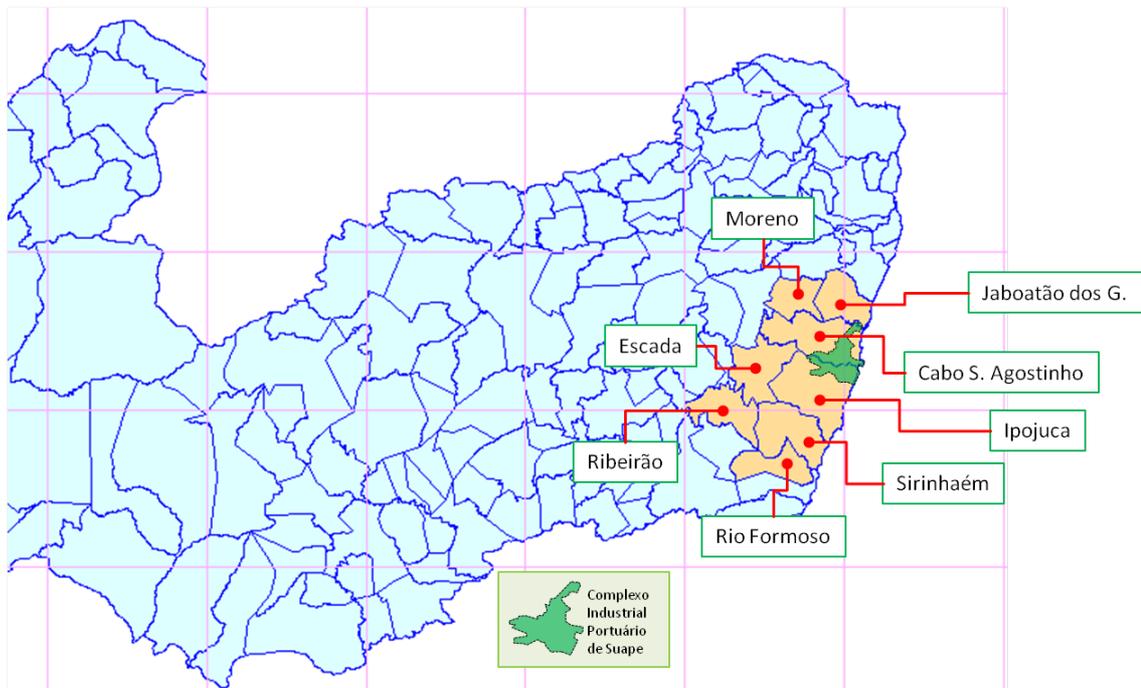
A delimitação territorial do Projeto Suape se estende sem interrupção desde as vertentes meridionais do Cabo de Santo Agostinho até além da localidade de Porto de Galinhas. Nesta área, observa-se uma paisagem recortada e agreste de uma extrusão vulcânica à beira-mar, também pode ser analisada uma estreita área de praias e restingas, que se estende a ponta do Gaibu até os mangues e planícies da bacia fluvial Pirapama – Gurjaú – Jabotão, cuja margem direita assinala o limite norte da área do CIPS.

Toda esta área, de relevo ondulado, limitava-se, no rumo oeste, com os morros do Cristalino Meridional, na qual predominava a lavoura de cana-de-açúcar, e para onde se previa uma série de assentamentos industriais, habitacionais e de preservação ecológica e

cultural. Esses terrenos apresentavam significativos ecossistemas vegetais, característicos das formações secundárias da Floresta Tropical Costeira e que tinham como proposta concorrer à formação de importantes estruturas para o desenvolvimento ecológico de Suape, como a barreira florestal projetada, que deveria proteger as áreas habitacionais, da eventual poluição atmosférica (ASSIS, 1999).

O clima da região de Suape é quente e úmido, amenizado pela brisa marinha, tendo período com bastante chuva, situando-se as precipitações entre as marcas dos 1.800 a 2.200mm/ano. Com relação às formações hídricas da região, temos a presença dos rios Merepe, Ipojuca, Jaboatão, Massangana e Tatuoca. Todos eles atendem a população da Região Metropolitana do Recife (RMR).

Figura 03 – Território do CIPS



Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2008.

Observando a área destinada ao CIPS, vemos que ela era originalmente coberta em quase sua totalidade pela Floresta Tropical Costeira, abrangendo as Florestas de Restingas e Terraços Litorâneos, os Mangues e as Florestas Costeiras. Toda esta paisagem foi profundamente modificada pela ação da humanidade, restando na época testemunhos esparsos de sua existência: matas do Cupe, Muro Alto e Zumbi, os mangues já referidos e uma mancha de cerrado no Cabo de Santo Agostinho (CONDEPE, 1978).

A área apresenta grandes extensões de canavieiros, algumas manchas de lavoura de subsistência, coqueirais, sítios de fruteiras e amplas áreas de capoeira, que vêm se desenvolvendo nos campos de cultura abandonados. Esta diversidade ecológica conferia uma área de riqueza paisagístico cultural. A fauna de maior expressão concentra-se nas águas, representadas por peixes e crustáceos, embora bastantes desgastada pela poluição (BERNARDES, 1980).

O Programa Ecológico Cultural do Complexo Industrial Portuário de Suape (PECCIPS) levantou uma estimativa de 100 mil habitantes encontram-se na área que está prevista o Projeto Suape. Essas regiões são divididas em oito núcleos urbanos e pela área rural. Os núcleos urbanos são as cidades de Cabo de Santo Agostinho (26,6 mil habitantes em 1970) e Ipojuca (3,4 mil habitantes em 1970), as vilas de Ponte dos Carvalhos (12,9 mil hab.), Nossa Senhora do Ó (3,1 mil hab.) e Nazareh (0,1 mil hab.), e os povoados de Suape 90,8 mil hab.), Gaibu (0,6 mil hab.) e Porto de Galinhas (cerca de 0,6 mil hab.) (CONDEPE, 1978).

2.2. Aspectos econômicos do Cabo de Santo Agostinho

Sobre as atividades econômicas exercidas pela população das regiões destinadas a construção do CIPS pode-se relatar algumas dezenas de indústrias que foram instaladas na Vila de Ponte dos Carvalhos e na cidade do Cabo de Santo Agostinho, inclusive no seu Distrito Industrial implantado na década de 1960, proporcionando a uma parte desse município as características de área industrial. Mas a principal atividade econômica da quase totalidade do território da região em destaque é o cultivo da cana e a produção do açúcar. As dezenas de engenhos banguês que existiam foram substituídos por usinas de açúcar. Entre outras atividades econômicas da região estão a pesca e o artesanato de pequena escala (MOTTA, 1979).

Figura 04 – Engenho Massangana



Fonte: IBGE, 19--

Na cidade do Cabo de Santo Agostinho e na vila de Ponte dos Carvalhos ocorreu uma grande expansão imobiliária advindas do “futuro” crescimento urbano com a construção do CIPS, integradas ao Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife (PDI-RMR). A faixa litorânea vinha sendo progressivamente ocupada por loteamentos visando oferecer locais de veraneio à população metropolitana de renda mais elevada, como também a ocupação da futura mão de obra advindas de regiões próximas ao projeto (SOUZA, 2012).

Com relação ao patrimônio histórico, a região do Projeto possuía significativos monumentos, sobretudo no Cabo de Santo Agostinho, onde existiam edificações do século XVII, como o Forte do Castelo do Mar e o quartel adjacente, o Forte de São Francisco Xavier ou de Gaibu, as Baterias de São Jorge e da Praia da Calheta, a Igreja de Nossa Senhora de Nazareth e as ruínas do Convento Carmelita. No pontal de Suape, situa-se o forte de mesmo nome. Na área canavieira encontravam-se diversos remanescentes dos antigos engenhos,

como as capelas dos engenhos Garapu e Trapiche, a capela e a senzala do engenho Jurissaca, a casa-grande, a capela e a senzala do engenho Massangana.

2.3. A ideia de um porto em Suape

A ideia de se estruturar um complexo portuário na região de Suape surgiu, em 1954, através dos estudos produzidos pelo padre dominicano Louis Joseph Lebret (1897-1966). Lebret era economista e engenheiro especialista em portos. Através de seus estudos, o economista analisou um potencial na região para implantação de um porto e, próximo dele, uma refinaria de petróleo. A visão de Lebret começou a criar forma no início dos anos 1970, quando iniciou o processo de implantação do CIPS, inovador para a época, contemporizada com o que se fazia em alguns países.

Segundo Lebret (1955), o futuro de Pernambuco deveria partir da criação de um polo industrial portuário na região de Cabo de Santo Agostinho, que concentrasse industriais motrizes e, ao seu redor, empreendimentos de logística e industriais subsidiárias e de serviços assessórios.

[...] o terreno colocado pela natureza, oferecido pelo Criador, a cêrca de 40 km do Recife e lá é que é necessário estabelecer o grande Recife. Não se deve aceitar a idéia de um Recife como São Paulo ou o Rio, que são máquinas de fabricar homens, necessariamente são sub-produtos humanos. (LEBRET, 1955, p.54 apud GODOY, 2014).

A ideia do clérigo envolvia a criação de uma série de indústrias que expandisse o mercado brasileiro de exportação. Dentre as indústrias apontadas pelo padre estão: uma refinaria de petróleo, de um grande estaleiro, de indústrias química, petroquímica, farmacêutica, siderúrgica, têxtil para tecidos de alta titulação, indústrias do setor metalomecânico e automobilístico, assim como fábricas de cimento e borracha e um polo logístico e de distribuição de grãos e farinhas para toda a região. Ao redor destas, seriam estimuladas indústrias de bens duráveis e de consumo. Para criar esse complexo industrial, Lebret questionava a necessidade de grandes espaços naturais para instalação dessas indústrias (GODOY, 2014).

Há um terreno extremamente favorável para um estaleiro naval e para receber provisoriamente os tanques de combustível, aguardando a construção de uma refinaria, cuja localização deveria ser talvez ao sul da Bacia do Pina onde o porto deve se expandir (...) os trabalhos deverão ser fáceis, podendo-se dragar a areia dessa zona e colocá-la n'outra, em parte atualmente inundada, para assegurar o terrapleno na retaguarda do cais.

Adiante existe um terrapleno magnífico para todas as grandes indústrias planejadas. No ponto onde atualmente há mocambos seriam os entrepostos e armazéns. (LEBRET, 1955, p. 62 apud GODOY, 2014).

Para Lebret (1955) seria fundamental planejar adequadamente a migração e a ocupação do território de forma a equilibrar o crescimento industrial com a equidade e o bem-estar social. Para isso, o autor destaca a necessidade de ações urbanas que auxiliassem no processo de transformação condicionado pela mudança na estrutura socioeconômica local, em detrimento da implantação de um complexo industrial portuário, especialmente em uma região com tradições rurais ligadas à cultura da cana-de-açúcar.

Lebret (1955) também discute sobre a questão do transporte dos trabalhadores desse novo sistema industrial. Para isso, o autor relata a reserva de terrenos próximos às áreas industriais para a construção de futuras moradias. Sugeria-se a criação de sistemas de transporte de troleibus por corredores exclusivos para permitir a mobilidade dos trabalhadores, e também o aproveitamento do eixo ferroviário já existente, ampliando-o de forma a conectar a área portuária aos demais polos econômicos no estado (GODOY, 2014).

Comunicando-se com os terrenos industriais e com as radiais de saída da cidade ou de acesso, uma grande radial permitindo atingir a zona industrial ao Sul (...) Há possibilidade de comunicações rápidas por meio de trens elétricos, em que será preciso pensar também, se a saída da cidade por ‘trolley-bus’ e ‘auto-bus’ não for suficiente. (...) Quanto tudo isso estiver organizado, será necessário encontrar um traçado que permita conexões ainda mais amplas e assim ver-se-á como a cidade será descongestionada, porque de outro modo, se chegaria a uma circulação impossível, com tais engarrafamentos por toda parte, que qualquer movimento seria inviável. (LEBRET, 1955, p. 63 apud GODOY, 2014).

Lebret (1955) ainda destacava a necessidade de um arco rodoviário que permitisse a circulação entre a zona da mata Sul com o litoral Norte de Pernambuco, evitando assim os prejuízos para a mobilidade urbana no centro do Recife, favorecendo o escoamento e o fluxo de mercadorias entre as diversas regiões do estado e o restante do Nordeste.

Contudo, o projeto proposto por Lebret não pode ser realizado na época. Mesmo assim, sua ideia visionária deixou no imaginário dos políticos pernambucanos que a região de Suape era um local propício para o desenvolvimento industrial de Pernambuco. Isso pode ser confirmado na década de 1970 quando as discussões sobre Suape e a criação de complexo industrial portuário retomam com grande força pelo governador da época Eraldo Gueiros.

2.4. A Política Econômica do Governo do Estado na década de 1970

A criação do CIPS constituiu-se através de Decreto Estadual N.º 2845, do governador Eraldo Gueiros Leite, em 27 de junho de 1973, com a proposta de implantação de um superporto ao longo da área litorânea do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, em 500 km² de área localizada próxima a orla de Suape, na microrregião de Mata Úmida, ao sul de Recife, de cuja malha hídrica fazem parte os rios Massangana, Ipojuca, Merepe e Tatuoca.

O território que deverá servir de suporte ao Complexo de Suape tem uma superfície de cerca de quinhentos quilômetros quadrados, segundo os limites estabelecidos pelos Decretos do Estado n.ºs 2845 (27.07.73) e 4433 (18.02.77), medindo 27 km de largura máxima no sentido leste-oeste, perpendicular à costa. Localiza-se ao sul do Recife, distando cerca de 40 km. A assim definida região-programa se distribui pelo território dos municípios de Cabo e Ipojuca, abrangendo inclusive suas sedes, sendo o primeiro pertencente à Região Metropolitana do Recife e o segundo à Microrregião da Mata Úmida. Conta atualmente com uma população estimada de 100.000 pessoas e prevê-se que, com a instalação do Complexo, passará a abrigar um contingente demográfico superior a 250.000 habitantes. (CONDEPE, 1978, p. 7).

O CIPS foi uma iniciativa do governo estadual que dialogava com a proposta política regional que promovia o desenvolvimento do Nordeste para equiparar-se ao Sudeste do país. A criação de complexos industriais era uma das medidas que o Governo Federal previa para estimular a economia nacional e assim ampliar o seu mercado.

O governador Eraldo Gueiros Leite encomendou ao almirante Paulo de Castro Moreira e Silva, presidente da Fundação de Estudos do Mar e do Instituto de Pesquisas da Marinha, um estudo sobre a viabilidade da construção do Distrito Industrial de exportação e o Parque Sucroquímico para região de Suape. Com a validação desse estudo, a criação do CIPS sairia do campo das ideias e ganhava uma materialidade, pois o Governo de Pernambuco poderia se beneficiar da política pública de incentivos federais no que tange a isenção ou redução dos impostos sob os produtos importados.

Para iniciar os trabalhos de intervenção em Suape, o Governo de Pernambuco firmou contrato com a empresa Engenheiros Consultores Associados S.A., - ENCAL, para execução dos serviços de sondagem batimétrica e geofísica na costa de Suape e no Pontal do Cupe, no Litoral Sul do Estado. Este estudo tinha como propósito elaborar cartas, plantas e relatórios interpretativos da execução da malha do levantamento geofísico de perfis acústicos e batimétricos contínuos na área a ser sondada, para localização de rochas e arenitos situados

acima da costa negativa de 35 m de profundidade. O levantamento hidrográfico realizado pela ENCAL determinou a dragagem de um canal de até 30 metros de profundidade na região para possibilitar a passagem de navios de grande calado (DIARIO DE PERNAMBUCO, 06/01/1973).

A posição positiva que o relatório final da ENCAL possibilitou que o Governo de Pernambuco desse uma investida industrial para a região de Suape. Vale reforçar a ideia que o projeto econômico federal coadunava com o investimento de complexos industriais portuários, principalmente com a política de isenção de imposto sob os produtos importados.

As exportações foram estimuladas com isenções de impostos e crédito abundante. O Brasil começou a exportar produtos manufaturados, como têxtil, calçados e até motores, algo impensável nas décadas anteriores durante as quais o país dependia da monocultura exportadora de café. O governo adotou a política de minidesvalorização cambiais, evitando mudanças bruscas no valor da moeda, o que tornava o planejamento das exportações mais fácil. (FICO, 2015, p. 81).

Podemos perceber que ocorreu uma mudança no pensamento econômico brasileiro, em que se dependia quase que exclusivamente da monocultura exportadora (cana-de-açúcar, cacau e café) e agora há um grande incentivo na criação de indústrias para assim ampliar o poder exportador do país. Então o Brasil começou a investir no setor portuário modernizando e ampliando os portos existentes e criando novos sistemas como foi o caso do CIPS.

O primeiro estudo sobre a viabilidade do CIPS foi finalizado com sucesso através do levantamento técnico preliminar da baía de Suape. Após o resultado, o Governo de Pernambuco abriu concorrência pública para empresas de engenharia que ficassem responsáveis pela execução do Plano Diretor de Suape.

Munido de mapas com levantamentos topográficos e acompanhados de assessores, o governador Eraldo Gueiros Leite percorreu ontem, por três horas, as áreas onde será implantado o terminal oceânico e o centro industrial adjacente - o Complexo de Suape. 'Já estamos com 16 firmas, das mais categorizadas em engenharia de consultoria, interessadas na concorrência que mandei abrir há pouco, com vistas à preparação de Suape' - anunciou o governador. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 01/09/1973).

Podemos perceber o interesse da mídia pernambucana em relatar o desenvolvimento do Projeto Suape, principalmente trazendo a fala de políticos e funcionários públicos que estavam envolvidos no Projeto. Sobre a participação da mídia na execução do Projeto Suape e, principalmente, sobre as contestações ambientais que ocorreram na época, trabalharemos

no próximo capítulo. Contudo, deve-se constatar que a propaganda foi um instrumento para aceitação do empreendimento.

A propaganda da Aerp [Assessoria Especial de Relações Públicas] foi produzida para a televisão e fez sucesso. Os militares tinham um projeto de desenvolvimento em grande escala, pretendiam realizar a integração completa do território nacional, e o Brasil se transformou num imenso canteiro de obras verde-oliva – tudo devidamente registrado e festejado por aquela assessoria. (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 454).

A campanha de marketing político foi uma estratégia do Governo Médici para criar uma imagem de otimismo com relação à situação econômica do país. Elevar o espírito nacionalista nos brasileiros foi uma estratégia do Estado para criar uma imagem positiva do Governo. Deve-se lembrar que, durante o Governo Castello Branco, foi estabelecida uma política de controle salarial, redução da idade legal mínima de trabalho, fim da estabilidade no emprego, repressão aos sindicatos e proibições de greves. Essas medidas impopulares tiveram que ser contidas por uma grande repressão policial e disfarçadas por uma campanha de marketing no Governo Médici (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 451).

Voltando a questão do Projeto Suape, o Governo de Pernambuco, apoiado financeiramente pelo Governo Federal, firmou contrato com a empresa vencedora da concorrência pública, a Transcon S/A Consultoria Técnica, sob a responsabilidade do engenheiro José Lafayette Silviano Prado para a elaboração do Plano Diretor (PD) com o propósito de iniciar os estudos de viabilização do CIPS, com funções industriais e comerciais (de trânsito e distribuição) de âmbito regional e nacional, o projeto procedeu pelos anos de 1973 a 1975.

Cinco especialistas em oceanografia e aerofotogrametria, coordenados pelo técnico Benito Bruno (...) chegam hoje ao Recife. Com a chegada deles começam os estudos do Plano Diretor de Suape, que custarão ao Estado Cr\$ 11.756.456,00 e ficarão concluídos em 180 dias. O governador Eraldo Gueiros Leite, em solenidade no Palácio dos Despachos, assinou como testemunha o contrato de Desenvolvimento de Pernambuco (Diper) e a Transcon S.A. Consultoria Técnica – empresa vencedora da concorrência aberta para elaboração do Plano Diretor (DIARIO DE PERNAMBUCO, 21/11/1973).

O PD recomendou à implantação do CIPS na faixa que se estende ao longo da costa sul de Recife, da foz do rio Jaboatão até o Pontal do Cupe, em Ipojuca, atingindo cerca de 325 km² atribuídos ao distrito industrial articulado a um porto de grande calado e o restante destinado a zonas residenciais, agrícolas, de turismo, lazer e preservação ecológico cultural. O PD demarca para zona industrial e o porto a área contida entre o Cabo de Santo Agostinho e o

Ipojuca, a cerca de 35 km de Recife. Nessa delimitação, o CIPS ocuparia uma área protegida de mar aberto por arrecifes de arenito, cuja profundidade é de cerca de 10 m e cuja retroterra é plana, entrecortada por rios, canais e depressões alagadiças (ROCHA, 2015).

A elaboração do PD tinha como proposta disciplinar o uso do solo para implantação do CIPS de forma que este comportasse diversas atividades industriais de grande porte voltadas à exportação internacional e atendidas por um porto de calado compatível às suas necessidades. O CIPS teria a função fundamental de estimular o desenvolvimento do Nordeste, inspirado em modelos internacionais.

Para realização do PD, o Governo do Estado e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) assinaram, no Palácio Frei Caneca, um convênio no valor de CR\$ 10.580.808,00, destinado ao custeio de estudos e projetos para implantação do CIPS. O empréstimo, que teve a interferência do Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE) seria pago em sete anos com juros de 10% ao ano e dois de carência. Na oportunidade, o governador Eraldo Gueiros enalteceu a equipe da DIPER pelo trabalho realizado e agradeceu aos diretores do BNB pelo financiamento concedido ao Projeto Suape. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 8/12/1974).

Com a implantação do CIPS, algumas funções desempenhadas pelo Porto do Recife seriam complementadas ou substituídas, sugerindo-se a implantação de um terminal coletivo.

Durante muito tempo, e na maior parte do século XX, o distrito industrial de Pernambuco concentrou-se no município do Cabo, na região Metropolitana do Recife, porque a capital do Estado não dispunha de um espaço adequado para tal finalidade. O crescimento das regiões urbanas, entretanto, veio provocar uma maior sobrecarga no porto do Recife, o que contribuiu para se pensar em alternativas portuárias ao sul do litoral. O recôncavo do Cabo de Santo Agostinho, e uma área ao seu redor, foram escolhidos como a melhor e mais próxima opção (VAINSENER, 2009, n.p.).

Podemos analisar que o projeto econômico onde está inserido a construção do CIPS estava interligado as concepções econômicas dos governos estaduais e federais, que seriam políticas de incentivo econômico para regiões pouco exploradas economicamente. Devemos também evidenciar que o Projeto Suape assemelha-se a projetos portuários industriais construídos no mundo mostrando como o governo estava interligado nas inovações tecnológicas e econômicas estabelecidas nos países subdesenvolvidos subordinados a transferências das indústrias sujas dos países centrais para os países periféricos (FAUSTO, 2012; HOBBSAWM, 1995).

2.5 A política econômica do Regime Militar

A política econômica nacional durante o Regime Militar tinha pretensões de combater a inflação, proteger a empresa privada, principalmente as nacionais, estimular às indústrias de base e ampliar a oferta de emprego. A crise econômica que o país se encontrava estava internamente ligada ao grande índice inflacionário que o país enfrentava. Com isso, havia um declínio das atividades econômicas e os altos índices de desemprego, só com o controle da inflação que o país poderia ter condições de crescimento econômico.

A inflação, asseguravam as fontes oficiais, subvertia a ordem e a hierarquia social; desorganizava o mercado de crédito e de capitais; distorcia o mercado cambial; mascarava os coeficientes de rentabilidade através de lucros ilusórios; desestimulavam os investimentos nos setores de base; penalizava os investimentos do mercado imobiliário, ensejando um grave desequilíbrio habitacional; dissolvia a função orientadora do sistema de preços, premiando a especulação e a ineficiência, ao mesmo tempo em que incentivava a escalada do estatismo (ALMEIDA, 1980, p. 2).

Como podemos analisar no trecho acima, a inflação brasileira apresentava uma série de problemas socioeconômicos que refletia em vários setores da sociedade. Por ser um fenômeno complexo, as medidas políticas tomadas pelo Governo afetaram diretamente os trabalhadores brasileiros. Dentre as medidas adotadas a restrição de moeda e crédito levando à queda dos níveis de produção e emprego, redução drástica do deficit orçamentário e, principalmente, através do arrocho salarial.

Contudo, esta política anti-inflacionária dos governos militares surtiu com bons resultados no setor econômico do país. No início dos anos 1970, o presidente da República da época, Garrastazu Médici, intitulou este período de “milagre econômico brasileiro” pelo aumento percentual do PIB e pelo crescimento do setor industrial.

Em 1972, o presidente da República apontava um conjunto de bons resultados no campo econômico, aliás, como já fazia antes, ao mencionar o Movimento de 1964. Em 1972, no entanto, segundo o Chefe de Estado, a situação da economia do país apresentava-se bem prometedora. Existia alto nível no crescimento da produção, tinha-se gerado poupança e assegurado razoável estabilidade monetária, diminuindo-se os efeitos da inflação. Neste rol de sucessos, o presidente chamava atenção para o crescimento do emprego da mão de obra, enquanto se restringiam as diferenças regionais (VIEIRA, 2014, p. 79).

Diante desse contexto, percebemos que a construção do CIPS estava apoiada pelo Governo Federal, a partir de sua conjectura macroeconômica elaborada a partir do Centro-sul

do país de industrialização acelerada das regiões entendidas como subdesenvolvidas do país. A concepção adotada para a construção do CIPS tem como pano de fundo a teoria dos polos de desenvolvimento, originalmente elaborada pelo economista François Perroux (1955).

O pólo de desenvolvimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades que exercem efeitos de expansão, para cima e para baixo, sobre outras unidades que com ela estão em relação. [...] a noção de pólo só tem valor a partir do momento em que se torna instrumento de análise e meio de ação de política, ou seja, o mesmo só pode ser entendido como uma visão abstrata de espaço. (LIMA & SIMÕES, 2009, p.8).

De acordo com a citada teoria, a economia capitalista tenderia a produzir polos que se constituiriam a partir da localização de indústrias num determinado espaço econômica. A partir dessas características, o polo industrial desempenharia uma força centrípeta na atração de novos investimentos para região. Esta visão gerou a legislação de desoneração da importação de maquinário utilizado nas indústrias voltadas a importação.

O regime aduaneiro especial de drawback, instituído em 1966 pelo Decreto lei nº 37, de 21/11/66, consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produtos exportado. O mecanismo funciona como um incentivo às exportações, pois reduz os custos de produção de produtos exportáveis, tornando-os mais competitivos no mercado internacional. (BRASIL, 2014, n.p.).

O projeto de desenvolvimento econômico do Regime Militar brasileiro pretendia facilitar o investimento estrangeiro, reduzindo o papel ativo do Estado e elevar o ritmo de crescimento. E isso tudo foi realizado sem intervenções de forças políticas, nem legislativa, nem judiciária. O legislativo tinha poder de decisão irrestrito e nenhum dos outros poderes poderiam se contrapor a esse comando econômico.

[...] A importação ampliada de determinados bens era necessária para sustentar o crescimento econômico. As exportações se diversificaram com os incentivos dados pelo governo à exportações de produtos industriais: créditos em condições favoráveis, isenção ou redução de tributos e outras medidas semelhantes. (FAUSTO, 2012, p. 485).

Este tipo de política econômica realizada pelo ministro da fazenda Antônio Delfim Netto durante o Governo Médici chamou-se de desenvolvimento capitalista aplicado, na qual o Estado atuaria como interventor de larga escala indexando salários, concedendo créditos, isentando tributos aos exportadores entre outras atividades que beneficiava muitos setores da grande indústria, dos serviços e da agricultura.

Contudo, essas medidas possuíam um lado negativo, pois essa política econômica brasileira dependia do sistema financeiro e do comércio internacional para facilitar os empréstimos a bancos internacionais, a inversão de capitais estrangeiros e a expansão das exportações.

O Governo Castello Branco ergueu as bases econômicas e financeiras que serviram para deslanchar o modelo de desenvolvimento, e deu prioridade a um programa de estímulo ao investimento estrangeiro e de incentivo às exportações por meio da desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 251).

A política econômica do Delfim Netto privilegiou a acumulação de capitais através das facilitações que o Governo criou para o desenvolvimento econômico do país, e também pela criação de um índice prévio de aumento salarial em níveis que subestimavam a inflação. Essa medida trazia à tona a disparidade social que estava em vigor no Brasil, pois a expansão industrial favoreceu as pessoas das camadas mais abastadas que tiveram largo acesso aos bens de consumo. Em outras palavras, vemos as camadas sociais menos abastadas com salários diminutos e que eram negados acesso a serviços públicos de qualidade, como saúde, educação e habitação.

2.6 Análises sobre o Projeto Suape

Na visão dos políticos e gestores do Estado, a instalação de um complexo industrial seria a atividade motriz capaz de promover o desenvolvimento econômico da região. Neste caso, o Projeto Suape era justificado sob inspiração de implantações similares que ocorreram na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, entre elas destacam-se as áreas portuárias e industriais de Maasvlakte, em Roterdã; o porto de Fos a oeste de Marseille; Kashima, no Japão, entre outros.

Nesta linha de raciocínio, fica evidente que o Governo de Pernambuco consultasse técnicos estrangeiros para estudarem a viabilidade do Projeto Suape.

Uma missão japonesa integrada por dez técnicos e que estudará a viabilidade de instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape chegará hoje ao Recife, após contatos com o Ministro do Interior, em Brasília. A missão permanecerá dez dias nesta capital, cumprindo longa programação, que inclui visitas à área já desapropriada do complexo. (JORNAL DO COMÉRCIO, 17/01/1976).

Os técnicos japoneses são especialistas em unidades portuárias em sistemas de transportes e em política de desenvolvimento. Eles deram assistência técnica aos engenheiros

brasileiros analisando os dados obtidos através do PD. A principal pauta de discussão foi a concepção de porto recomendada no PD, já que ele previa um sistema para embarcações de grande porte, superior a 125 mil tdw e com profundidade de 15 m ao longo da bacia do rio Massangana.

Através de intermédio do cônsul francês no Recife, dois técnicos pernambucanos visitaram as instalações do Complexo Industrial Portuário de Fos com o objetivo de procederem estudos analíticos e manterem contatos com as equipes técnicas francesas que trabalhavam na construção do Porto de Fos. As características geomorfológicas da baía de Fos se assemelhava a enseada de Suape, então a visita a Marselha, na França, do diretor-técnico da Diper, o engenheiro Henrique Malheiros e o coordenador do projeto Suape, Erick Figueredo, foi um meio de estreitar os laços comerciais com a empresa executora do empreendimento em Fos. Em contrapartida, dois engenheiros franceses vieram avaliar as condições técnicas do CIPS.

Os engenheiros franceses George Vicent e Louis Grealous, representando a Societé Grenobloise d'Études et d'Applications Hydrauliques – SOGRÉAH –, vieram ao Recife assinar contrato para a realização de estudos de um modelo reduzido que irão definir a configuração do Porto de Suape. (JORNAL DO COMÉRCIO, 17/11/1974).

Este estudo teve como objetivo verificar as condições naturais da bacia de Suape com relação ao acesso ao ancoradouro para assim garantir a navegabilidade de navios de grande calado. Dentre os aspectos estudados pelos técnicos franceses estavam o levantamento da propagação das marés, a ação dos ventos na região e a agitação marítima provocada pelas ondas.

Para acompanhar o desenvolvimento dos estudos do CIPS foi criado pelo Governo de José Francisco de Moura Cavalcanti (1975-1979), através do decreto estadual N.º 3514 de 2 de abril de 1975, uma comissão especial que tinha como finalidade acompanhar, coordenar e fiscalizar a realização dos estudos referentes à concretização deste empreendimento. Dentre as pessoas que compunham essa Comissão estavam presentes o presidente da Transcon, Lafayette Prado, os secretários Luiz Otávio de Melo Cavalcanti (Planejamento), José Anchieta Hécias (Indústria e Comércio), Abelardo Bartolomeu Soares Neves (Transportes e Comunicações), Erasmo José de Almeida (Obras e Serviços Públicos) e Gustavo Krause (Fazenda), além de técnicos da DIPER.

Após a conclusão do PD, em março de 1975, foram realizados relatórios de avaliação do CIPS. Foram elaborados durante os anos de 1975 a 1976 quatro relatórios de avaliação: o

Relatório de Avaliação do professor Modesto Viguera Gonzales, da Escola Técnica Superior de Estradas, Canais e Portos, de Madrid a pedido do Governo de Pernambuco (1975); o Relatório de Avaliação elaborado pela Missão do Porto Autônomo de Marselha-Fos, a pedido do Governo de Pernambuco (1975); o Relatório de Avaliação elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a pedido da Secretaria do Planejamento de Pernambuco (SEPLAN) (1976) e o Relatório de Avaliação elaborado pela Japan International Cooperation Agency, a pedido do Ministério do Interior e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ao governo japonês (1976) (ROCHA, 2000).

Todos relatórios produzidos pelos órgãos do Estado e seus contratados foram unânimes em considerar o CIPS fundamental para o desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (RMR), de Pernambuco e do Nordeste Setentrional. Aprovaram também a sua localização, considerando as condições adequadas para a construção de um porto, pelas vantagens geomorfológicas citadas anteriormente e pela situação estratégica frente as rotas marítimas.

Estes estudos de viabilidade realizados por técnicos e empresas estrangeiras tinham como propósito assegurar aos potenciais investidores que o Projeto Suape era um empreendimento confiável. Essas medidas de segurança eram necessárias, já que o Nordeste não tinha uma grande tradição industrial se compararmos a região Centro-sul do país. Os estudos de viabilidade do CIPS não analisaram os impactos ambientais que a obra causaria na região de Suape, pois a principal preocupação da época era se o empreendimento seria economicamente viável e se seria possível executar uma obra de tal magnitude naquele espaço.

A busca de áreas adequadas para a implantação de portos à altura dos requisitos futuros, infelizmente, não encontra em nosso território um elenco amplo de alternativas. Fora de São Sebastião, em São Paulo, de Suape, em Pernambuco e de Ponta do Espadarte, no Pará, não se conhecem outras localidades que ressaltam tantos pontos a favor e características tão convidativas. Trata-se, portanto, em cada caso, de tirar o melhor partido das dádivas da natureza, afeiçoando-a segundo nossas necessidades e despertando-a para atividade profícua. (PRADO, 1974 apud CAVALCANTI, 2008, p. 5).

Os relatórios de avaliação serviam de promoção para a vinda de indústrias nacionais e internacionais para Pernambuco. Eles atestariam que a região tinha condições, pelo menos geográficas, de atender as necessidades de uma infraestrutura moderna que uma indústria de grande porte necessitaria. Outra constatação que os relatórios de avaliação apresentariam aos

investidores em potencial seria que a região está próxima da rota comercial dos grandes mercados econômicos que facilitaria a comercialização de seus produtos.

Situado em Ipojuca, na área do Complexo Industrial de Suape, o pólo de fertilizantes disporá de toda infra-estrutura necessária, segundo os itens abordados na carta-consulta: proximidade de porto marítimo (Terminal Marítimo Industrial de Suape), indispensável à importação de matérias-primas e exportação de produtos finais, ambos a baixo custo; abundância de energia elétrica; disponibilidade de água marinha e doce, necessária ao processo produtivo; amplo mercado, uma vez que a lavoura da cana-de-açúcar detém a primeira posição na procura efetiva de adubos no Nordeste; acesso rodoferroviário às principais regiões consumidoras de fertilizantes do País; comunicação com o resto do mundo; tradição empresarial no fabrico dos insumos agrícolas; capacitação de recursos humanos de grau superior; excesso de mão-de-obra não qualificada, porém facilmente adestrável; interação com as economias externas, já existente no Grande Recife (DIARIO DE PERNAMBUCO, 13/10/1973).

Dentre as avaliações realizadas em Suape, uma das equipes do Instituto de Planejamento da Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes (IPLAN-GEIPOT) sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para intermediar os entendimentos com os Órgãos Federais e Estaduais e para concluir a viabilidade técnica e econômica de Suape, para subsidiar a decisão da implantação do CIPS. Atendendo à sugestão, o Governo Federal instituiu, em 1976, o Grupo de Estudos Interministerial através da Portaria Interministerial nº 27 no dia 1 de abril de 1976, sendo publicado no Diário Oficial da União dia 6 de abril de 1976. O GEI examinou a viabilidade técnica, econômica e financeira do CIPS (baseado no PD elaborado pela Transcon S.A.) e propôs coordenar estudos complementares necessários. O GEI analisaria as inter-relações do CIPS com o Porto do Recife e com a RMR para assim apresentar um relatório conclusivo apontando as medidas necessárias à sua implantação (ROCHA & CAVALCANTI, 2015).

O GEI analisou o PD e os quatro relatórios de avaliação apontando muitos aspectos concordantes ou complementares, como por exemplo, a necessidade de aprofundamento dos estudos para que se chegasse a um anteprojeto mais detalhado. No tocante ao planejamento da infraestrutura não portuária é afirmado, na referida síntese, que todos os relatórios o aprovam, recomendando o início dos projetos e obras tão logo fosse aprovada a implantação do CIPS (ROCHA, 2000).

Em seu relatório final, que inclui pareceres de especialistas nacionais e estrangeiros, o referido GEI concluiu que o empreendimento era compatível e oportuno, tendo em vista

estratégias, diretrizes e decisões incorporadas ao atual processo de planejamento do país, pois este avança na mesma direção para a qual aponta a ação direta do Governo, de disciplinamento setorial espacial do esforço produtivo nacional e de promoção do desenvolvimento regional, também pela via da descentralização dos investimentos industriais de maior vulto (ROCHA, 2000).

A consonância da implantação do CIPS com a política econômica nacional veio com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que foi lançado em 1977 que: “determina a formação de complexos industriais integrados, vertical e espacialmente, em escalas compatíveis com as imprescindíveis condições de competitividade, em nível nacional e, mesmo, internacional” (BRASIL, 1977, p.11). Estas concepções respaldadas no II PND, onde estava apontado entre outras a seguinte linha de atuação:

[...] adoção explícita do objetivo de descentralização, nacionalmente, como um critério de julgamento, para efeito de concessão de incentivos do CDI, financiamento de BNDE e outros estímulos oficiais a projetos industriais; formação de complexos industriais de caráter regional, aproveitando economias de escala e de aglomeração e garantindo-se o funcionamento articulado de grandes, médias e pequenas industriais e política, através de planejamento nacional e regional e dos bancos oficiais, de identificação de oportunidades de programas e projetos industriais no Nordeste e na Amazônia, inclusive com a preocupação de melhor integração entre industriais no Nordeste e na Amazônia, inclusive com a preocupação de melhor integração entre indústria e Agricultura e entre indústrias e Mineração (BRASIL, 1977, p. 84-85).

A política de desenvolvimento econômico do país, no tocante ao Nordeste, estimula a promoção do desenvolvimento da região com a conseqüente redução das disparidades regionais de renda, especialmente em relação ao Sudeste do país, pautado por um processo de caráter autônomo e de base regionalista, embora, a rigor, a política de industrialização do Nordeste, desde meados dos anos sessenta já vinha privilegiando os grandes empreendimentos industriais, articulados de forma complementar e dependente do Sudeste do país.

Com a instituição do II PND, a política de industrialização do Nordeste inclina-se preponderantemente para a construção de grandes e modernos complexos industriais e agroindustriais, dando certa prioridade aos complexos químicos e petroquímicos, em função da vantajosa dotação de recursos naturais, pode-se destacar o Complexo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, que consolidou a economia regional nordestina à economia nacional, em

atendimento aos interesses do Estado autoritário e da grande empresa oligopolista (ARAÚJO & ALMEIDA, 2004).

[...] O II PND buscava completar o processo de substituição de importações instalado há décadas no país, mudando o seu conteúdo. Não se dizia com todas as letras, mas é o que se deduz dos objetivos propostos. Já não se tratava agora de substituir a importação de bens de consumo, mas de avançar no caminho da autonomia no terreno dos insumos básicos (petróleo, aço, alumínio, fertilizantes, etc.) e da indústria de bens de capital. (FAUSTO, 2012, p. 495).

Contudo, o II PND não incluía em suas ações o financiamento das obras do CIPS, pois a formulação do PD não estava concluída até o lançamento do Plano. Mesmo assim, um representante da DIPER relatou que o programa governamental poderia ser alterado e que mesmo não recebendo apoio financeiro federal era provável que empresas estrangeiras custeassem o projeto.

O sr. Maia Lira, que representou a Diretoria da Diper na entrevista que diretores da UEB e Ataka concederam à imprensa, referindo-se à indagação preliminar, afirmou que o II Plano Nacional de Desenvolvimento é de caráter flexível. A não inclusão do Complexo Suape se deveu ao fato de que o Plano Diretor de Suape não está ainda concluído, o que ocorrerá até o final de outubro, para que em janeiro seja feita a concorrência para a construção das obras de infra-estrutura. A essa altura, concluiu o PND contemplará Suape, mas se isso não ocorrer não faltará empresas estrangeiras para financiar a execução do complexo do super porto. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 17/08/1974).

É evidente que a afirmativa referente ao financiamento estrangeiro era especulativa. Até o momento, a obra estava em fase de planejamento e o projeto sofreu um grande revés, já que um grupo empresarial japonês que tinha interesse em instalar um estaleiro naval em Suape optou pela costa da África do Sul. Podemos perceber que não existiam garantias que empresas estrangeiras iriam realmente se interessar em investir no CIPS, pois todos os acordos realizados no momento foram verbais e/ou informais (DIARIO DE PERNAMBUCO, 02/09/1974).

Para garantir que os investimentos federais chegassem a Suape, entidades comerciais de Pernambuco articularam-se para solicitar ao presidente Geisel que interceda pelo Projeto Suape, mesmo antes o resultado da viabilidade do mesmo.

A Associação Comercial de Pernambuco deverá realizar, na próxima semana, um novo encontro com os técnicos do Governo do Estado para definir a elaboração do memorial que as classes produtoras encaminharão ao presidente Geisel e

outras autoridades, defendendo a inclusão do Complexo do Suape no II PND e a atração para o nosso Estado dos polos mecânico-metalúrgico, petroquímico e de fertilizantes (DIARIO DE PERNAMBUCO, 07-08/09/1974).

Poucos dias após o apelo feito pela ACP, o CIPS foi incluído no II PND, mesmo com o PD em processo de conclusão. Com isso a DIPER teria condições de abrir concorrência para a realização das obras de infraestrutura como a construção de estradas, abastecimento elétrico e de água na região.

Podemos perceber que foi decisivo para o desenvolvimento da obra a participação do Governo Federal, pois como o deputado estadual José Emídio Fernandes ressaltou: “[...] o Porto de Suape só poderá ser construído pelo Governo Federal, pois o Estadual não tem dinheiro sequer para pagar ao funcionalismo” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 13/09/1974). Esta afirmativa do deputado revela que o Governo de Pernambuco não tinha condições financeiras para assegurar a execução do CIPS. Sem a participação do Governo Federal, os recursos investidos na elaboração do PD seriam desperdiçados. Outro ponto importante que o deputado toca é referente a má administração do dinheiro público do governador, já que ele denuncia a falta comprometimento com o pagamento do funcionalismo público.

A preocupação do II PND com o problema energético era evidente, pois propunha-se o avanço na pesquisa do petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidroelétricas, cujo exemplo mais expressivo foi a de Itaipu. (FAUSTO, 2012, p. 495).

Do ponto de vista territorial, o II PND buscava a descentralização do crescimento econômico e a redução dos desníveis regionais, alcançados por meio das políticas de concessão de incentivos, financiamentos e outros estímulos oficiais a projetos industriais que visassem a formação de complexos industriais de caráter regional, aproveitando economias de escalas e de aglomeração.

Pernambuco, diante da crescente estagnação da economia, principalmente frente as demais economias nordestinas, durante a década de 1970, assistiu-se às primeiras tentativas do Governo para a implantação de uma infraestrutura que justificasse o investimento na estação portuária, que possibilitasse a retomada do crescimento econômico do estado frente a nova competitividade regional, recuperando sua função de entreposto comercial e centro distribuidor do Nordeste.

Para isso, o novo sistema portuário do estado deveria estar próximo de um complexo industrial que não interferisse no sistema urbano. O município de Cabo de Santo Agostinho já

despontava com sua tendência industrial. No entanto, com o fim do regime de crescimento nacional desenvolvimentista já no final da década de 1970, o sistema portuário nacional inicia um período de queda sucessiva de investimentos com recursos da União, com consequência direta para o CIPS, não conseguindo, por mais de uma década, concluir sua infraestrutura necessária à atração de grandes empreendimentos estruturadores.

Em 1977 ocorreu a desapropriação de uma área de 13,5 mil hectares, distante 40 Km ao sul de Recife, entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, para a implantação do complexo industrial portuário de Suape. Neste mesmo ano foram iniciadas as obras de infraestrutura, envolvendo a construção do porto e do sistema viário, de abastecimento de água, energia elétrica e de telecomunicações.

A empresa Suape Complexo Industrial Portuário foi criada pouco depois, por meio da Lei Nº 7.763, de 7 de novembro de 1978, "com finalidade de administrar a implantação do distrito industrial, a execução das obras de infraestrutura e a exploração das atividades portuárias" (PERNAMBUCO, 1978). A organização do CIPS deu-se através desse instrumento jurídico que centralizava as ações administrativas do Projeto Suape.

Por fim, entendemos que existiu uma criação imagética sobre a microrregião de Suape, no qual ela seria a solução dos problemas socioeconômicos de Pernambuco. Para isso, foram criados uma série de signos e símbolos para representar o Projeto Suape como sendo o marco da retomada política do estado. Essa estrutura política foi concebida através do contexto histórico do Regime Militar, que através de sua política centralizadora e autoritária possibilitou a implementação de um investimento no setor industrial portuário em Pernambuco na década de 1970.

CAPÍTULO 3 – O MANIFESTO DO IAHPG SOBRE O VALOR HISTÓRICO E CULTURAL DE SUAPE

Neste capítulo, falaremos sobre as reivindicações sociais de cunho ambiental e as ações do Estado em torno da construção do CIPS. Esses manifestos tinham como intuito questionar a prática de degradação dos espaços naturais em prol do desenvolvimento industrial do estado. A história do CIPS é importante meio para observar, redefinir e consolidar informações sobre a história das ações coletivas pernambucanas em torno da questão ambiental. Também nos permite conhecer as estratégias que esses atores sociais trouxeram a debate sobre a preservação ambiental na esfera pública.

3.1. Manifesto do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco

O Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco é um dos centros de pesquisa maior prestígio do estado. Sendo fundada em 1862, o IAHPG foi pioneiro na sistematização de estudos sobre a História de Pernambuco. O IAHPG tem um caráter preservacionista tendo um acervo bibliográfico e museológico de grande importância na preservação da memória pernambucana (MELLO, 1985).

Antes de ser lançado efetivamente o Projeto Suape, o IAHPG fazia um trabalho de prospecção no município do Cabo de Santo Agostinho tendo como objetivo resgatar objetos da cultura material que pudessem remeter a presença holandesa em Pernambuco durante o século XVII.

Num trabalho realizado pelos pesquisadores Ulysses Pernambucano de Melo e Virginia Maria de Mendonça, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, foi encontrado no forte seiscentista do Pontal de Suape valiosos objetos de cerâmica, chumbo, ferro e moedas, que pertenciam aos portugueses, na fase inicial da colonização de Pernambuco, aos holandeses, após a invasão do Recife, em 1630. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1973).

Esta prospecção realizada pelo IAHPG resgatou vestígios matérias do período holandês em Pernambuco trazendo mais informações do processo de ocupação dos comerciantes holandeses nas terras pernambucanas. A descoberta desses materiais no forte seiscentista revela que tipo de material era consumido pelos habitantes da época.

Figura 05 – Ruínas do Forte do Pontal de Suape



Fonte: CONDEPE/PECCIPS, 1979.

Sobre o material arqueológico encontrado deve-se destacar a presença de objetos de cerâmica.

Da cerâmica portuguesa, foram recolhidas amostras de dois tipos e de dois períodos. A mais antiga, de esmalte verde, pesada e grosseira é de princípios do século XVI e do início da colonização portuguesa em Pernambuco. A segunda, uma cerâmica branca com pintura em dois tons de azul, consta sobretudo de louça de refeição: pratos, xícaras, tigelas, etc. Trata-se de falança imitando a porcelana da dinastia Ming. A imitação segundo dados explicativos do Instituto, está patente não apenas nas tonalidades do azul, como nas suas características decorativas, "aranhões" e os "laços". (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1973).

Como vemos, o IAHGP definiu que as louças encontradas eram de refeição, pois elas apresentavam arranhões e rachaduras referentes ao uso. Este material levanta questões aos historiadores sobre o cotidiano pernambucano no século XVII, através desses utensílios domésticos. Outro ponto que deve ser evidenciado é a inspiração chinesa que os portugueses tinham ao reproduzir réplicas das porcelanas produzidas na Dinastia Ming. Ter uma cerâmica chinesa na época era algo muito difícil pelo seu alto preço, então a reprodução portuguesa desse material evidencia como os pernambucanos também queriam reafirmar sua posição social. A louça, neste sentido, tem um caráter distintivo.

Para Bourdieu (2007), a distinção é um modelo explicativo dos mecanismos socioculturais que retira os fatores econômicos do foco das análises da sociedade. O autor remete as práticas de consumo culturais em uma estrutura relacional. Com isso, ele estabelece que as práticas culturais são apreendidas através de acúmulo de capitais em nível de instrução que aproxima ou afasta os sujeitos dos bens culturais. Podemos perceber que a cerâmica portuguesa foi qualificada por uma estrutura social como sendo um objeto de grande valor simbólico.

Na prospecção realizada pelos pesquisadores do IAHGP, foram encontrados materiais à base de chumbo:

[...] diversas balas de armas de mão, fabricadas em chumbo, de vários tipos e calibres. É possível que algumas dessas sejam das que se convencionou, entre luso-brasileiros e holandeses, em 1633, ser chamadas de cruéis. Do mesmo material são selos que fechavam os fardos de fazenda provenientes da metrópole, os quais apresentavam de um lado a esfera armilar e, do outro, o escudo de Portugal, com as quinas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1973).

Os pesquisadores do IAHGP acreditam que essas balas foram provenientes do conflito armado entre os luso-brasileiros e holandeses, em 1633. Mostrando que havia uma grande variedade de armas à disposição dos participantes desse conflito. Com relação aos selos, mostram como eram transmitidos os símbolos do Império português em Pernambuco.

Este material recolhido pelo IAHGP foi exposto em visita pública entre os dias 31 de março de 1973 ao dia 10 de abril de 1973 no próprio instituto localizado na Rua do Hospício, no bairro da Boa Vista. A exposição apresentava mapas holandeses do Cabo de Santo Agostinho, um deles produzido pelo famoso cartógrafo Johannes Vingboons em 1665, como também dezenas de fotografias tiradas durante a escavação do Pontal de Suape e do Cabo de

Santo Agostinho. Este registro fotográfico foi realizado pelo fotógrafo Gilvan Silva, funcionário do IAHGP (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1973).

Após finalizada a exposição do acervo encontrado nas escavações do Pontal de Suape, o IAHGP recebe a visita do secretário de Estado, Marcos Vinícius Vilaça no dia 11 de abril de 1973. Sua visita tinha como propósito verificar os estudos realizados pelo Instituto. O secretário foi recepcionado pelos historiadores José Antônio Gonçalves Mello e Pedro Camelo, respectivamente presidente e secretário do IAHGP. Durante a visita, Vilaça destacou a importância do material produzido e recolhido pelo IAHGP dando destaque à coleção fotográfica da baía de Suape e à cerâmica portuguesa encontrada nas escavações.

O sr. Marcos Vilaça deveu-se na observação de fotografia da praia de Suape e do Cabo de Santo Agostinho e na exposição de fragmentos de louça portuguesa do século XVII, encontradas nas ruínas de edificações da época existentes naquela parte do litoral-sul do Estado. Destacou o secretário do Governo a importância que atribui às realizações que objetivam a valorização do patrimônio artístico e histórico de Pernambuco [...] (DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/04/1973).

Como lemos nesse trecho acima, o secretário do Governo ressaltou a importância do IAHGP como entidade de pesquisa e relatando sua função social em preservar o patrimônio artístico e histórico de Pernambuco. Sendo um agente do estado, seu posicionamento reflete a opinião do Governo sobre a atuação e valoração do IAHGP.

O governador Eraldo Gueiros entrega, hoje à noite, ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, a Medalha do Mérito de Pernambuco, classe ouro, quando o Instituto inicia as festividades comemorativas do Sesquicentenário da Confederação do Equador que ocorrerá em 1974. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

Para reforçar a importância do IAHGP como entidade responsável pela salvaguarda da história e da memória pernambucana, o Estado condecora o instituto com a medalha do Mérito de Pernambuco, título de maior honra que o Governo de Pernambuco pode conceder a intelectuais e entidades. Esta cerimônia ocorreu no próprio Instituto e contou com a presença do governador Eraldo Gueiros Leite.

3.2. Ofício ao Governador

No mesmo dia em que o IAHGP recebe o título de prestígio do Estado por sua contribuição científica, o instituto lança um ofício direcionado ao governador solicitando a revisão dos estudos para construção do Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS). Para

os membros do IAHGP, a região prevista pelo Projeto Suape merece ser preservada e o Estado deveria repensar suas ações.

O Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano em ofício enviado ao governador Eraldo Gueiros solicitou “a reconsideração dos estudos” que estão sendo elaborados pelo Estado para o Complexo Industrial de Suape. Alega o Instituto que “aquela área deve ser preservada para as gerações futuras de brasileiros e pernambucanos.”(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

O ofício do IAHGP foi destaque de capa do Diário de Pernambuco, no dia 02 de julho de 1973, o jornal reservou a terceira página transcrevendo todo o conteúdo dos dois ofícios enviados ao governador Eraldo Gueiros e ao IPHAN. O conteúdo dos ofícios proporcionou um grande mal-estar com o Governo, pois pediam o tombamento da região alegando interesses históricos, culturais e paisagísticos para sua proteção. Esta ação do IAHGP era desfavorável aos interesses do estado que tinha objetivos de explorar a microrregião de Suape para interesses econômicos.

O pronunciamento do IAHGP trazia uma discussão importante sobre quais são as medidas que o Governo de Pernambuco está tomando para proteção e preservação dos monumentos históricos e naturais do estado? Este questionamento vai nortear todas as discussões presentes no texto, pois o Estado vai tentar dar andamento ao Projeto Suape respondendo as acusações dos intelectuais que eram contra o CIPS mantendo seu compromisso como governo de preservar os seus lugares de memória.

É importante evidenciar o contexto histórico que essa publicação está sendo lançada. Na década 1970, no Brasil, vivíamos um regime autoritário, no qual os movimentos sociais e suas ações foram fortemente reprimidas e perseguidas pelo Estado. Dentro desse cenário sociopolítico é de se estranhar, até certo ponto, que uma publicação que faça uma crítica indireta à política econômica do estado tenha sido publicada num dos maiores jornais de circulação do estado e que tenha dado o maior destaque ao ocorrido.

No Brasil, o movimento ecológico emerge na década de 1970 em um contexto muito específico. Vivia-se sob uma ditadura que se abateu de maneira cruel sobre diversos movimentos como o sindical e o estudantil. (GONÇALVES, 1989, p. 13).

Gonçalves relata que as ações ambientais surgem num contexto de repressão política, sendo que outras ações sociais foram fortemente reprimidas. Aqui lançaremos uma hipótese, na qual, certas ações coletivas foram permitidas dentro do contexto de repressão, pois as

reivindicações que não criticavam diretamente as questões ideológicas do Estado passavam pelo crivo da censura.

Sobre a matéria em específico, não só a demanda social foi responsável pela permissão de sua vinculação nos jornais, mas também os atores sociais que participaram desse processo. O IAHGP, como vimos anteriormente, é um instituto de grande prestígio no estado, seus representantes são pessoas com posições sociais privilegiadas que circulam pela sociedade abastada pernambucana. O prestígio que o instituto tinha, acompanhado das relações interpessoais que os membros do IAHGP tinham com políticos da época e com a própria imprensa, fez com que o manifesto tomasse destaque no jornal e que eles fossem ouvidos pelo Estado.

O ofício enviado ao governador do Estado inicia contando sobre como o documento foi produzido e como o IAHGP conseguiu informações sobre os estudos realizados na microrregião de Suape.

Pelas informações que me foram gentilmente prestadas pelo Diretor do DIPER e seus colaboradores, os planos preliminares daquele Complexo preveem uma área recreativa e habitacional que se estende ao longo do litoral desde a margem sul da Barra de Jangada até o Cabo de Santo Agostinho inclusive, não incluindo, portanto, a baía de Suape que fica imediatamente no sul deste. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

O IAHGP pede a preservação do meio ambiente de Suape ressaltando a beleza paisagística da região. O Instituto relata que teve acesso às informações dos primeiros estudos realizados na região pela DIPER e seus colaboradores que descreveram a região como uma área recreativa e habitacional que se estende ao longo do litoral desde a margem sul da Barra de Jangadas até o Cabo de Santo Agostinho. Podemos perceber que as relações interpessoais dos agentes do IAHGP foram fundamentais para conseguir informações sobre o Projeto Suape e com isso ter subsídios para escrever esse ofício contrário ao mesmo.

[...] a baía de Suape pareceu a todos os sócios deste Instituto presentes àquela sessão, unanimemente, digna de ser preservada de ocupação industrial, por se tratar de paisagem natural notável e, como tal, devendo merecer a proteção que estabelece o parágrafo único do artigo 180 da Constituição Federal. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

Todos os membros do IAHGP, após a reunião, acordaram que a baía de Suape seria um local de preservação ambiental, por ser considerada pelos sócios uma paisagem natural notável e, como tal, deveria se tornar uma área de proteção natural. Para justificar seu pedido

de tombamento, os cientistas do Instituto recorrem a legislação brasileira, mas especificamente ao parágrafo único do artigo 180 da Constituição Federal de 1967.

Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas. (BRASIL, 1967).

Como podemos perceber, as reivindicações levantadas pelo IAHGP estavam respaldadas pela lei que tem como princípio a proteção das paisagens naturais notáveis. O grande problema deste artigo é a própria adjetivação da paisagem, pois quais são os critérios que determinam se uma paisagem é notável ou não?

Retornando ao Ofício enviado ao governador, analisamos que o IAHGP se utiliza de recursos conotativos para sensibilizar a proteção da microrregião de Suape. Isso é perceptível quando o ofício descreve a baía de Suape. Os cientistas utilizam de figuras de linguagem como hipérboles para caracterizá-la:

Quem quer que tenha visitado o Cabo de Santo Agostinho e contemplado do alto a paisagem que dali se descortina em direção ao sul, abrangendo o litoral da praia de Suape até a do Cupe, tem recolhido a mesma impressão: a de ser esta a mais bela paisagem em amplidão da área costeira de Pernambuco e uma das mais belas paisagens dos trópicos brasileiros. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

A utilização de hipérboles tem como intenção dramatizar a perda desta paisagem em detrimento de um empreendimento público questionável. Para tentar solucionar essa questão, o Instituto propõe que, em vez de se investir no setor industrial e com isso a destruição do ambiente natural de Suape, o governador poderia aproveitar a beleza paisagística da região e investir no setor turístico:

Oferece ela condições excepcionais para se transformar numa área turística, pois abrange os requisitos do turismo-lazer, do turismo-esporte e do turismo-cultura. (...) Suape merece ser reservada para um projeto turístico que poderá oferecer resultados econômicos e empregos diretos tão ou mais importantes e numerosos quanto à construção de fábricas ou de obras portuárias (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

O Instituto recorre ao argumento apresentado pelo Governo para construir o CIPS que seria estimular a economia local e diminuir o índice de desemprego no estado. A partir dessas informações, o Instituto qualifica sua reivindicação, já que a solução proposta também atingiria os objetivos apresentados pelo Governo e ainda não causaria grandes impactos ao meio ambiente de Suape.

Após apresentar ao governador Eraldo Gueiros uma contraproposta de investimento para região de Suape, o ofício descreve os monumentos históricos que estariam presentes na área que seria construído o CIPS. O ofício ressalta o valor simbólico que os monumentos representam para a sociedade pernambucana, criando uma série de narrativas históricas para reforçar o seu argumento de tombamento da região.

Dentre os monumentos citados, o instituto classificou as edificações militares: as fortificações de Nazaré, o Castelo do Mar, o Reduto de São Jorge e o Forte do Pontal.

Figura 06 – Ruínas do Forte Castelo Mar



Fonte: IBGE, 19--

Eles utilizaram de argumento para proteção dessas edificações a preservar da história do Exército Brasileiro. Podemos analisar que o tombamento dessas edificações servia aos interesses do Estado, já que o patrimônio como lugar de memória constrói narrativas que reforçam a ideia de soberania do Estado.

[...] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

A memória precisa ser estimulada no cotidiano, pois a lembrança necessita desse suporte para não ser esquecida. Para Nora (1993, p. 9), a história só se liga a continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história, o relativo. A memória não é um dado natural, mas sim uma construção humana no tempo, razão pela qual a memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto. Aqui vemos o uso de um espaço, transformado em paisagem, sendo utilizado para a consolidação de uma memória.

O IAHGP utiliza o culto à memória das forças armadas para constituir as edificações militares como patrimônio afetivo da nação, como parte constituinte da identidade nacional. Neste sentido, a noção de patrimônio assume o status de instrumento que cumpre inúmeras funções simbólicas, tais como:

[...] a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real, essa entidade ideal que é a nação [...]. A necessidade de proteger esse patrimônio comum reforça a coesão nacional; os bens patrimoniais [...] funcionam como documentos das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual; a conservação desses bens – onerosa, complexa e frequentemente contrária a outros interesses públicos e privados – é justificada por seu alcance pedagógico, a serviço da instrução dos cidadãos (FONSECA, 2005, p. 59-60).

O sentido de preservação do patrimônio e dos lugares de memória é uma forma de documentar a história de uma nação. Então, não era só interesse do IAHGP em preservar os monumentos históricos do estado, mas o próprio Governo de Pernambuco via os monumentos históricos como algo útil para manutenção de seu poder.

Retornando a catalogação do IAHGP sobre os monumentos históricos da área prevista pelo Projeto Suape foram as edificações religiosas. Dentre as edificações religiosas destaca-se a Igreja de Nazaré que foi construída nos anos finais do século XVI, e que foi reconstruída em 1632, que foi envolvida por fortificações construídas em terra e madeira. A Igreja de Nazaré possui um frontispício com frontão triangular com óculo no centro. A porta central com

portada em pedra e ladeada por duas janelas ao nível do coro. Ela possui uma galeria lateral avançada além da fachada, onde se localiza os sinos (NASCIMENTO & SOUZA, 2005).

Figura 07 – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré



Fonte: Débora Costa e Silva/UOL, 20--

Outra edificação que foi ressaltada são as ruínas do convento Carmelita que ainda apresenta parte do claustro. Sua construção foi iniciada em 1692 e foi concluída em 1731. A consolidação das ruínas, com a marcação dos antigos espaços, estabilização de arcos e outros elementos construtivos possibilitam a leitura da planta do antigo Convento. Tanto a Igreja quanto o Convento foram restaurados e tombados pelo IPHAN em 1961.

Figura 08 – Ruínas do Convento Carmelita



Fonte: Débora Costa e Silva/UOL, 20--

Como foi o caso dos monumentos militares, as edificações religiosas estão atreladas ao patrimônio afetivo, pois a religião católica era muito forte e presente na sociedade pernambucana e suas edificações remetiam ao pertencimento dessa sociedade a uma prática religiosa.

A terceira categoria classificada pelo IAHGP foram as edificações rurais. Dentre eles, destaca-se o Engenho Massangana, que tem suas origens no início do século XVI, situado nas margens do rio Ipojuca. O Engenho Massangana tem um valor histórico, pois fez parte da infância do escritor Joaquim Nabuco. Em 1972, o Engenho foi desapropriado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária que, depois de restaurá-lo, inaugurou no local o Museu Massangana. Em 1984, o Governo do Estado de Pernambuco tombou o Engenho Massangana declarando-o como Monumento Histórico de Pernambuco e, no mesmo ano, o então

governador Roberto Magalhães passou a responsabilidade de administrar o Engenho à Fundação Joaquim Nabuco (GASPAR, 2009).

Sobre as edificações rurais, sua preservação está atrelada à manutenção da memória da tradição canavieira que foi de grande importância socioeconômica do Estado. A história dessas edificações mantém o discurso de como Pernambuco foi uma grande potência econômica para o país.

No final do ofício, o IAHGP retoma o argumento de preservação ambiental utilizando de recurso jurídico, o Compromisso de Brasília, que foi organizado pelo Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Gonçalves Passarinho, junto aos Governadores de Estados e representantes destes. Este documento, subscrito pelo secretário de Educação e Cultura, Roberto Magalhães Melo, que diz em seu item 16:

Recomenda-se a preservação do patrimônio paisagístico e arqueológico dos terrenos da marinha, sugerindo-se oportuna legislação que subordine as concessões nessas áreas à audiência prévia dos órgãos incumbidos da defesa dos bens históricos e artísticos. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

O Instituto utiliza-se de documentos oficiais produzidos pelo Estado que atestam que o Governo de Pernambuco se comprometeu em preservar o patrimônio natural. Ao apresentar o Compromisso de Brasília, o IAHGP constrói um argumento em que o Estado deveria preservar a microrregião de Suape, pois ela atende as recomendações que foram acordadas em Brasília.

Para sustentar mais o argumento de preservação da área de Suape, o IAHGP apresenta o Compromisso de Salvador, documento redigido durante o II Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural nacional. O evento foi realizado em 29 de outubro de 1971 e contou com a presença do acadêmico Mauro Mota representando o governador de Pernambuco que subscreveu concordando com as recomendações:

Apoio à política de proteção aos bens naturais e de valor cultural, principalmente paisagens, parques naturais, praias, acervos arqueológicos, conjuntos urbanos, monumentos arquitetônicos, bens móveis, documentos e livros. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

O ofício reforça a ideia de preservação da microrregião de Suape com o envio de solicitação de tombamento do local e dos monumentos históricos do Cabo de Santo Agostinho, da baía de Suape e da paisagem natural da região ao IPHAN, segundo os termos do parágrafo único do artigo 180 da Constituição Federal de 1967.

Na referida sessão de 9 de junho corrente este Instituto decidiu que se solicitasse de imediato ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o tombamento da área e dos monumentos do Cabo de Santo Agostinho, da baía de Suape e da paisagem natural do lugar, com cuja solicitação procura evitar que, de futuro, quando da elaboração dos estudos finais de aproveitamento industrial daquela zona, venham estes a sofrer modificações eventualmente decorrentes de um tombamento feito no último momento. Assim tendo decidido, nesta data estou dirigindo ao Ilmo. Sr. Diretor do IPHAN o pedido de tombamento daqueles monumentos, das áreas e da paisagem referidos, nos termos do parágrafo único do artigo 180 da Constituição Federal. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

O IAHGP articula-se para que o meio ambiente de Suape seja preservado e mesmo enviando esse pedido para o governador Eraldo Gueiros, eles formalizaram o pedido enviando um ofício para o IPHAN, que seria o órgão responsável pelo tombamento dos monumentos históricos e naturais do país para oficializar esse pedido.

3.3 Ofício enviado ao IPHAN

No mesmo dia do envio do ofício destinado ao governador do Estado Eraldo Gueiros, o IAHGP envia um ofício ao diretor do IPHAN, Renato Soeiro, solicitando o tombamento da área do Cabo de Santo Agostinho e da baía de Suape. O conteúdo deste ofício foi transcrito pelo Diário de Pernambuco, no dia 02 de julho de 1973.

No ofício, o IAHGP retoma os argumentos apresentados no ofício enviado ao governador. Ou seja, expressa a necessidade da proteção do meio ambiente e dos monumentos históricos presentes na região que será afetada pelo Projeto Suape. Contudo, vimos uma preocupação maior na descrição dos monumentos para dar maiores subsídios para o IPHAN aceitar a solicitação de tombamento.

O IAHGP inicia o ofício ressaltando os princípios de preservação dos dois Institutos e o compromisso de proteção aos monumentos históricos e artísticos do estado. Como estratégia de arguição para a preservação de Suape, o IAHGP cita outros casos que passaram pelo processo de tombamento como forma de preservar a história local.

Não faz muitos anos dirigiu memorial ao Exmo. Sr. Presidente da República, do qual resultou o tombamento do campo das batalhas dos Guararapes – no justo momento em que a comunidade Beneditina de Olinda, no ano de Tricentenário da Restauração Pernambucana em 1954, dava entrada na Prefeitura Municipal de Jaboatão, a um pedido do loteamento daquela área. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

Neste trecho, entendemos que o IAHGP recorre à ameaça da perda como argumento central para a preservação do Cabo do Santo Agostinho, a baía de Suape e do conjunto de monumentos históricos e paisagísticos. Mostrando que os estudos para construção do CIPS estão em fase inicial e que poderiam ser revertidos caso o IPHAN aceitasse o pedido de tombamento.

[...] uma concepção moderna de História, em que esta aparece como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma “cultura”, “tradição”, “identidade” ou “memória” nacional tendem a se perder. Os remanescentes do passado, assim como as diferenças entre culturas, tenderiam a ser apagadas e substituídas por um espaço marcado pela uniformidade. [...] Na medida em que esse processo é tomado como um dado, e que o presente é narrado como uma situação de perda progressiva, estruturam-se e legitimam-se aquelas práticas de colecionamento, restauração e preservação de ‘patrimônios culturais’ representativos de categorias e grupos sociais diversos. (GONÇALVES, 1996, p. 22).

Os discursos sobre o patrimônio no Brasil estão permeados pela retórica da perda, um recurso narrativo que evidencia a ameaça do desaparecimento de um objeto, monumento ou prática que teria um valor afetivo para uma parcela da sociedade. No caso específico, o IAHGP utilizou desse recurso linguístico como forma de expressar a importância do tombamento da região de Suape.

Para justificar o processo de tombamento da região, o IAHGP recorre à história do Cabo de Santo Agostinho para endossar seu argumento de preservação. O primeiro documento apresentado foi a descrição do piloto e cosmógrafo-mor do Reino de Portugal, Manuel de Figueiredo, em 1614, no qual descreve geograficamente o Cabo de Santo Agostinho e tendo como referencial central a ermita de Nossa Senhora de Nazaré que se localiza no ponto mais alto do Cabo de Santo Agostinho.

O segundo documento histórico apresentado pelo IAHGP foi o desenho de Frans Post que ilustrou o livro Barlaeus que narra o Governo de Maurício de Nassau (1637-44). A obra retrata a perspectiva do artista sobre a Ilha de Borges olhando a encosta sul do Cabo de Santo Agostinho.

O último documento histórico apresentado pelo IAHGP foi o Roteiro da Costa do Brasil - do Rio Mossoró ao Rio de São Francisco do Norte, escrito por Manuel Antonio Vital de Oliveira, que descreveu a beleza paisagística do Cabo de Santo Agostinho, em 1864.

Nesta parte do ofício, o IAHGP faz uma descrição densa sobre a história de cada monumento histórico presente na região do Cabo de Santo Agostinho dando destaque ao Porto do Cabo ou de Nazaré, o Forte de Nazaré, o Castelo do Mar, o Forte do Pontal, a Ermita de Nossa Senhora de Nazaré e o Convento Carmelita. Contudo, irei me atear aos argumentos que o IAHGP utilizou referente à paisagem do Cabo de Santo Agostinho.

Após os argumentos de valor históricos apresentados no ofício é feita a transcrição geográfica da baía de Suape. O IAHGP reforça a ideia de beleza paisagística descrita no ofício enviado ao governador do Estado. Contudo, neste ofício o IAHGP amplia sua discussão elencando os elementos naturais que eles consideram de grande beleza:

A paisagem que dessa baía se descortina da encosta sul do Cabo é considerada, por todos que têm tido a oportunidade de a conhecer, a mais bela paisagem em amplidão da área costeira de Pernambuco, e uma das mais belas paisagens dos trópicos brasileiros. Do alto, a vista alcança vasta perspectiva, com elementos característicos da zona litorânea nordestina: praias de areia branca, coqueiros, mar verde-azul, rios, arrecifes, espuma branca a chocar-se contra as pedras. Cena de uma beleza sem par (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/07/1973).

Como podemos perceber desta transcrição, o argumento referente à preservação do meio ambiente tem fortes conotações contemplativas, no qual o meio ambiente deve ser admirado e seria uma “ofensa” algo tão belo ser destruído. O argumento paisagístico torna-se elemento fundamental para preservação do meio ambiente, para isso devemos compreender um pouco sobre o que seria uma paisagem?

Segundo Ulpiano Meneses (2002, p. 29), o termo paisagem é extremamente amplo e polissêmico dificultando traçar uma historicidade do conceito. O autor afirma que: “certamente tal flexibilidade traz vantagens, mas também banaliza e pode fazer perder o fio da meada, o risco maior sobretudo, é a desistoricização do conceito.”

Como Meneses nos informa, existe uma dificuldade em determinar o que seria uma paisagem, mas ele nos alerta que seu significado possui elementos temporais que ajudam a conceituá-lo. Outro ponto importante a ser apresentado sobre a paisagem é a sua leitura. Para isso James Duncan (1990, p. 64) argumenta que:

[...] as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextricavelmente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder da sociedade.

Podemos perceber através do pensamento do Duncan que a qualificação de uma paisagem depende diretamente do interesse político de uma sociedade em reconhecer aquele determinado ambiente como paisagem. Por isso a resistência do Governo de Pernambuco em recolher a área de Suape como sendo uma paisagem notável, já que existia um interesse político-econômico na região que sobrepunha a visão paisagística.

Sobre a questão da observação, é importante ressaltar a construção da subjetividade humana, em que as percepções de mundo estão influenciadas por determinações sociais, culturais e históricas. Neste sentido, não basta compreender morfologicamente os componentes de um determinado ambiente para qualificá-lo como paisagem (BERQUE, 1994).

Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou outro – atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (AB’SABER, 2003, p. 9).

Então a demanda levantada pelo IAHGP com relação à preservação da área de Suape seria válida já que ela se configura como uma paisagem. Suape atende todos os princípios expostos referentes a ter uma história que é compartilhada pelos seus habitantes que foi exposta no ofício do IAHGP. “A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza” (SANTOS, 2006, p. 66). E os processos fisiográficos e biológicos foram evidenciados ao se referir a beleza paisagista da região elencando elementos naturais como as praias de areia branca, coqueiros, mar verde-azul, rios, arrecifes, entre outros.

Por fim, o IAHGP utiliza o argumento jurídico apresentando novamente o parágrafo único do artigo 180 da Constituição Federal de 1967 como base jurídica para o pedido de tombamento. O IAHGP quer incluir o Cabo de Santo Agostinho ao programa de reconstrução dos monumentos históricos do Nordeste que tinha como objetivo a utilização para fins turísticos.

3.4. A reação do Governo de Pernambuco ao manifesto do IAHGP

A publicação dos ofícios do IAHGP contra o Projeto Suape em um dos principais jornais do estado trouxe a público a discordância de setores sociais com o projeto de

desenvolvimento econômico do estado. Isso também fez com que o Governo do Estado se posicionasse sobre as alegações levantadas pelo Instituto, já que eles apontaram uma série de comprometerimentos que o Governo fez relacionados à preservação do patrimônio histórico e natural e com o andamento do Projeto Suape infringiria os acordos firmados.

O Governo de Pernambuco teve que contra argumentar sobre a sua política de proteção e a preservação do patrimônio do estado questionada pelo IAHPG. Através da entrevista que o presidente da DIPER, Anchieta Hércias, concedeu ao Diário de Pernambuco, o agente do estado exerceu o papel de interlocutor do Governo contestando as afirmativas lançadas pelos membros do IAHPG.

Esta entrevista foi divulgada pelo Diário de Pernambuco no dia 03 de julho de 1973, um dia após a divulgação do conteúdo dos dois ofícios produzidos pelo IAHPG. A entrevista teve destaque na capa e uma matéria extensa na terceira folha do jornal. O presidente da DIPER afirma a preocupação do Governo do Estado em preservar os monumentos históricos do Cabo de Santo Agostinho, contudo ele revela que não acredita no tombamento da paisagem de Suape.

Durante o depoimento, Hércias revela que a falta de informações concretas e detalhadas do Projeto Suape pode ter acarretado no posicionamento negativo do IAHPG. E ainda revela que o presidente do IAHPG, José Antônio Gonsalves de Mello, participou da reunião com os dirigentes da DIPER e ocasião da discussão sobre o zoneamento preliminar do CIPS o historiador estava de acordo.

Em recente reunião com os diretores da Diper, o diretor daquele Instituto, José Antonio Gonçalves de Melo, revelou-se satisfeito com o zoneamento industrial que ali será instalado, uma vez que toda a área histórica de Suape será preservada. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/07/1973).

Esta revelação feita pelo Hércias foi uma tentativa de deslegitimar as intenções do IAHPG através de dois pontos. O primeiro ponto foi que o Hércias afirma que o diretor do IAHPG tinha concordado com o zoneamento do projeto na reunião que ocorreu para apresentação dos estudos preliminares realizados em Suape pela DIPER. E o segundo ponto que seria deslegitimar o protesto do IAHPG com a afirmativa que o Governo do Estado estava comprometido em preservar os monumentos históricos presentes na região.

Para contrapor o posicionamento do IAHPG, a DIPER utiliza-se de argumentos econômicos para realização do Projeto Suape. Este investimento econômico que o Estado faria com a construção do CIPS traria um retorno financeiro necessário para Pernambuco.

O total de investimentos que o Complexo de Suape vai absorver para o Estado e para a Região será superior a um bilhão de dólares, devendo modificar sensivelmente a projeção atual da economia de Pernambuco e do Nordeste (DIARIO DE PERNAMBUCO, 03/07/1973).

Hélcias apresenta um valor financeiro expressivo para que não haja dúvidas sobre os benefícios da instalação do CIPS. Sendo que não existia nada concreto em sua projeção. Outro argumento que vai ser recorrente no discurso dos que são a favor da construção do CIPS é relacionar o empreendimento com a identidade pernambucana para que haja certa aproximação do leitor pernambucano com a proposta do Governo.

Outro ponto que é apresentado pela DIPER foi a escolha do local para instalação do CIPS. Através de uma pesquisa realizada pela Fundação de Estudos do Mar, sob a coordenação do almirante Paulo Moreira da Silva, que abrangia toda a costa nordestina. Suape apresentava condições favoráveis e tecnicamente viáveis para o empreendimento de tal porte.

(...) capaz de receber a infra-estrutura para instalação do terminal marítimo e industrial com capacidade para navios de grande calado; distrito industrial para exportação; polo de fertilizantes e sucro-química; estaleiro para reparos navais; além de empreendimentos industriais de outras áreas, como por exemplo, alumínio e petróleo. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 03/07/1973).

Um dos primeiros pontos que devem ser destacados é que a baía de Suape não tinha a infraestrutura geográfica adequada para receber um complexo portuário. A região foi modificada para atender as demandas previstas do Projeto. Sobre a questão da instalação das indústrias na região, tudo que se tinha eram acordos informais e a propaganda do Estado para incentivar iniciativas privadas a se instalarem na região.

Por fim, o Hélcias utiliza-se de argumentos retóricos ao afirmar que grandes empreendimentos japoneses e norte-americanos podem se instalar na região do CIPS e com isso traria uma nova dinâmica econômica para Pernambuco de abastecimento do mercado nacional e colocaria o estado dentro do mercado internacional.

Podemos analisar nesses argumentos do agente do governo que a questão ambiental não estava em pauta das discussões do Estado. Estudos sobre os impactos ambientais que um empreendimento como a construção de um complexo industrial-portuário não tinha sido realizado até o momento. O que deixa claro é que o Governo de Pernambuco, aqui representado pela DIPER, não pensava numa política pública de salvaguarda do meio ambiente de Suape. O único ponto que o Estado teve que se posicionar foi sobre os

monumentos históricos que tinham maior apelo pela preservação por ter uma maior ligação afetiva de determinados grupos como também por atender aos interesses políticos do Estado.

As críticas ao ofício da IAHGP tiveram repercussão negativa principalmente aos aliados políticos do Governo que apoiaram a construção do CIPS. Em 06 de julho de 1973 foi a vez do vereador e presidente da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, Benedito Alves dos Santos, se posicionar a favor da construção do CIPS.

Sobre o depoimento do vereador Benedito Alves dos Santos existem três pontos que devem ser analisados. Primeiramente, a forma enérgica e agressiva que o vereador retrata o Instituto. Segundo ponto é a forma como o vereador tenta deslegitimar a reivindicação do IAHGP apresentando o argumento de que eles nunca presaram em proteger o meio ambiente de Suape. Por fim, ele insinua que o IAHGP está trabalhando contra o desenvolvimento econômico do Estado.

A agressividade do vereador fica evidente em trechos como este:

O vereador Benedito Alves dos Santos, presidente da Câmara Municipal do Cabo, defendeu no plenário, as obras do Complexo de Suape, acusando de “mesquinha e fora do comum a atitude do Instituto Arqueológico de Pernambuco contra a sua realização”. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 06/07/1973).

Aqui lemos a forma agressiva de como o vereador retrata o posicionamento do Instituto ao adjetivar o pensamento do Instituto como mesquinho, já que para o vereador a preservação da área de Suape só serviria como um benefício para os integrantes do Instituto. E ele qualifica também como fora de comum, já que para o vereador, qualquer posicionamento contrário ao da construção do CIPS seria algo impensável.

No discurso do vereador, ele argumenta sobre a falta de legitimidade do IAHGP em questionar as ações do Estado:

O vereador argumentou que a praia do Suape nunca foi olhada com atenção antes e que, agora, “quando o Governo procura solucionar os problemas de Pernambuco, através da construção do terminal marítimo, do estaleiro e da refinaria de petróleo, é que aparecem estes senhores, querendo entravar o progresso do Estado e do nosso município”. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 06/07/1973).

Como lemos, para o vereador, o IAHGP nunca tinha se dedicado a preservação da área de Suape. O vereador atribui a atitude do Instituto como uma forma de impedir os planos do Governo de solucionar os problemas referentes à economia. Ele acredita que as ações do IAHGP são empecilhos para o desenvolvimento econômico do estado. Contudo, isso pode ser

facilmente contestado, já que o próprio IAHGP teria feito recentemente estudos na região que já foram apresentados. Como também, dentro do próprio ofício enviado ao governador, o IAHGP apresenta uma alternativa à questão econômica que seria um investimento no setor turístico da região.

Enfim, o vereador apresenta o argumento sobre o desenvolvimento econômico que Suape trará para região:

Para o presidente da Câmara Municipal do Cabo, as obras de Suape representarão “a redenção do Estado e do município”, fornecendo "emprego para a mão-de-obra ociosa da cidade e escoando toda a produção das indústrias do Nordeste. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 06/07/1973).

O argumento do progresso econômico, ou melhor, o impedimento da realização do Projeto Suape, seria uma forma de causar um desconforto aos intelectuais que se puserem contra o Projeto. Os discursos a favor da construção do CIPS utilizam da premissa de que quem for contra Suape é contra o progresso e consecutivamente contra o Estado.

Podemos perceber que as críticas ao ofício do IAHGP não se restringiram aos agentes do Estado. Membros dos setores econômicos do estado se posicionaram a favor do CIPS e contra o IAHGP. Isso foi o caso do conselheiro Boanerges Alves, representante da Associação Comercial de Pernambuco (ACP), que retratou os intelectuais do IAHGP como:

(...) dos que trabalham contra o progresso de Pernambuco procurando destruir um projeto da mais elevada importância para a Região, alegando-se a necessidade de se conservar a paisagem turística histórica, só agora descoberta pelos que querem apenas aparecer, ou projetar os seus nomes. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Este depoimento somado ao do vereador Benedito Alves dos Santos se assemelham no nível de agressividade como eles retratam o Instituto e seus interlocutores. Contudo, Boanerges Alves vai além do insulto e acusa os integrantes do IAHGP de serem oportunistas e que só querem promover-se às custas do desenvolvimento do Estado.

A questão do progresso também está presente no depoimento do prefeito de Ipojuca, Jaime de Agostinho Lins:

Não aceitaremos de braços cruzados que o progresso de nossa cidade seja entravado por homens que, em seus gabinetes, desconhecem a realidade e as necessidades de um povo tão esquecido e só agora lembrado pelo digno governador do Estado, que vem cumprindo todas as reivindicações que lhe foram feitas no memorável encontro de Palmares. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 10/07/1973).

O depoimento do prefeito de Ipojuca é bem intrigante, pois não só ele faz uma crítica ao depoimento do IAHP, mas também faz uma crítica aos antigos governantes de Pernambuco, que para ele, não deram assistência aos ipojuquenses. Essa questão é bem interessante, pois o prefeito admitiu que o município tem um histórico de falta de comprometimento político sobre as questões básicas da população de seu município.

3.5 Reunião com empresários

A próxima investida que o Governo de Pernambuco foi legitimar o Projeto Suape através do apoio de várias entidades e pessoas públicas que tem grande impacto no cenário sociopolítico de Pernambuco como: o Conselho Estadual de Cultura, na figura de seu presidente Gilberto Freyre, o prefeito do Recife Augusto Lucena, o Clube de Diretores Lojistas, a Federação do Comércio Varejista e a Associação Comercial Pernambucana.

Para realizar essa tarefa, a DIPER organizou junto com os políticos aliados do Governo e as entidades comerciais uma reunião para apresentar as propostas do Projeto Suape. Essa foi a forma que o Governo optou para divulgar aos empresários como se dará a construção do CIPS e também criticar o posicionamento dos opositores do Projeto.

Nesta reunião, o prefeito do Recife Augusto Lucena compartilha a opinião das pessoas a favor da construção do CIPS e se solidariza com a proposta do governador do Estado, Eraldo Gueiros ao expressar sua indignação aos opositores do Projeto Suape:

Os planos denunciados caso existentes, contra as realizações da administração do Estado, especialmente contra a construção do porto e do complexo industrial de Suape, jamais se concretizarão, de certo, porque para destruí-los estão preparados os verdadeiros pernambucanos, de opinião firmada quanto à eficiência e às grandes responsabilidades do atual Governo, na tarefa ingente de construir o futuro do nosso Estado, fazendo-o marchar, a passos largos, em demanda das grandes conquistas que haverão de mantê-lo, por tão nobres motivos, na tradicional liderança da região nordestina (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Sobre o discurso do prefeito de Recife, podemos analisar a forma como ele trata os opositores da construção do CIPS ao chamá-los de antipatriotas ou que não são “verdadeiros” pernambucanos. Podemos perceber que os agentes do Estado querem criar uma imagem negativa dos manifestantes do Projeto Suape representando-os como expurgos sociais. O prefeito afirma que a execução do Projeto Suape é a forma do estado equiparar-se as regiões mais abastadas do país e retomar as glórias do passado.

O presidente do Clube de Diretores Lojistas do Recife, Wilson Calado, pronunciou-se durante um almoço assembleia do CDL em favor da construção do CIPS e fazendo críticas à postura dita antiprogressista do IAHGP lembrando de outros empreendimentos públicos em que o Instituto também foi contra a execução:

Já é tempo de darmos um basta a esse Instituto Histórico que por várias vezes como no caso da Ponte da Boa Vista, da Igreja dos Martírios, etc. e agora com o Complexo do Suape pretende entrar o progresso do Recife e do país, para salvar os pontos históricos que vivem ao abandono e nunca foram lembrados (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

A partir do depoimento do Wilson Calado, podemos analisar que o presidente do CDL não tem nenhum interesse pela preservação do patrimônio histórico e natural de Pernambuco. E acredita que o IAHGP entrava o desenvolvimento do Estado com suas intervenções sobre as ações do Estado. Todavia, o empresário tange numa discussão importante que deve ser destacada que é a questão do abandono dos monumentos históricos do Estado.

Não existia na época uma política pública de salvaguarda efetiva que atendesse às necessidades de proteção dos vários monumentos históricos do Estado. Com isso, os monumentos acabam sendo abandonados e tendo condições precárias de uso. Este tipo abandono do Estado com relação aos monumentos históricos é uma estratégia para ter uma maior aceitação da população das políticas intervencionistas.

O presidente do CDL do Recife ainda foi enfático ao afirmar que:

[...] se assim não agirmos, quem mais tarde irá responder pelo desemprego? Quem responderá pelo retrocesso de nossa economia? Serão essas relíquias que se pretendem conservar? (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Como podemos analisar no depoimento do Wilson Calado, o empresário atribui o desemprego do estado com a inexistência de empreendimentos de grande porte como o CIPS. Calado atribui a culpa da falta desses investimentos econômicos do Estado às instituições de preservação, como o IAHGP, que acabam entrando o desenvolvimento do estado por causa de sua política de proteção. Podemos perceber que o presidente da CDL do Recife foi irônico ao categorizar os monumentos históricos e naturais como relíquias, objetos de adoração, que dependem da fé de seu usuário para lhe atribuir um sentido. Essa forma de pensamento expressa pelo Wilson Campos demonstra a sua falta de interesse sobre a preservação dos monumentos históricos e naturais.

O presidente da Federação do Comércio Varejista de Pernambuco, José Anchieta Alves, segue o mesmo posicionamento que o presidente da CDL ao afirmar solidariedade ao Projeto Suape e fazer críticas ao posicionamento do IAHG:

Não devemos permitir – acentuou – que se mude a orientação do Complexo de Suape, como quer o Instituto Arqueológico, sob a simples alegação de manter a beleza de nossas praias e resguardar monumentos, em prejuízo do grande impulso econômico que será propiciado à Região com essa monumental obra, fruto de cansativos e objetivos estudos de uma equipe de Governo interessada em realizar programa do mais alto relevo dentro do processo de desenvolvimento nacional, regional e estadual. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Seguindo a premissa dos simpatizantes da construção do CIPS, José Anchieta Alves critica o argumento de preservação do meio ambiente apresentado pelo IAHG, pois recorre a algo subjetivo como a noção de beleza. O presidente da Federação do Comércio Varejista de Pernambuco reafirma sua posição em favor do Projeto Suape como uma forma de aceleração do desenvolvimento do Estado.

O vice-presidente da Associação Comercial de Pernambuco, Cristóvão Pedrosa da Fonseca, em sua entrevista convoca as classes produtoras do estado a se unirem em favor do CIPS para assim transformar o Estado em um grande polo de desenvolvimento do Nordeste.

(...) em nome de todo o povo pernambucano, se unisse aos homens de empresa para que os esquecidos monumentos históricos de Suape não venham a prejudicar o complexo industrial, agrícola e turístico projetado pelo Governo Eraldo Gueiros para aquela área litorânea (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Neste depoimento, o vice-presidente da ACP reafirma o posicionamento de abandono dos monumentos históricos presentes na microrregião de Suape. Todavia, o vice-presidente apresenta informações novas sobre o Projeto Suape que não haviam sido ainda divulgadas pela DIPER. O empresário afirma que vai ser construído na região um complexo agrícola e turístico. Essas informações apresentadas pelo vice-presidente da ACP são uma forma de deslegitimar o discurso do IAHG, pois eles apresentam como alternativa investir no setor de turismo de Suape.

Contudo, vale salientar que já existia uma proposta levantada pelo vereador Benedito Alves dos Santos de construir um hotel de luxo no município do Cabo de Santo Agostinho. Essa proposta foi exposta no I Congresso dos Municípios da Área Metropolitana do Recife que foi realizada nos dias 5 a 10 de junho de 1973. Sobre a proposta:

A cidade do Cabo (tese do vereador Benedito Alves dos Santos) defende a construção de um hotel de luxo, numa de suas praias, em atendimento ao surto de progresso decorrente da transferência do eixo industrial da margem da BR-101 para a orla marítima, com a implantação do porto de Suape. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 31/05/1973).

Podemos perceber que mesmo não tendo uma proposta concreta de construção de um complexo turístico em Suape, já existiam políticos que pensavam em construir um hotel de luxo na região. O vereador acredita que um investimento no setor hoteleiro auxiliaria o desenvolvimento econômico da região que sofreria com as intervenções do Projeto Suape.

No fim da reunião dos lojistas, o presidente da DIPER, Anchieta Hércias, relata aos empresários do comércio o que representa para Pernambuco e o Nordeste a construção do CIPS:

Um projeto integrado que envolverá investimentos na infraestrutura, até 1980, um total de US\$ 100 milhões e criará 20 mil novos empregos e, o que é mais importante, dará a Pernambuco uma indústria de base (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Sobre o discurso de Hércias, podemos perceber que seu depoimento foi centrado nas questões econômicas dando ênfase na captação de novos empregos e com isso um grande retorno financeiro nos setores comerciais. Podemos perceber que o discurso foi direcionado para os comerciantes presentes, já que o público estava interessado nos benefícios que o CIPS poderia trazer ao setor comercial.

Continuando com os discursos em prol da implantação do CIPS, o industrial José Paulo Alimonda ironiza a preocupação de preservar a baía de Suape ao afirmar que:

Vamos fazer o porto de Suape, minha gente. Praias bonitas, temos muitas; o importante é criarmos a infraestrutura de estradas de rodagem e de ferro vinculadas ao novo porto, tão necessário a Pernambuco. Vamos fazer o povo ganhar dinheiro para comprar. De que serve ter tanta praia bonita, que só tem pescador e, assim mesmo sem dinheiro para comprar barcos e pescar? (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/08/1973).

Analisando o depoimento do industrial Alimonda, pode-se perceber que o principal interesse na construção do CIPS seria o retorno financeiro que o setor industrial traria para os setores comerciais, no qual ele seria um dos beneficiados. Para isso, o industrial enfatiza o direito ao consumo como necessidade fundamental para os pernambucanos.

Outro ponto que deve ser questionado é sobre a falta de empatia do industrial com as comunidades pesqueiras que vivem na microrregião de Suape. Com a construção do CIPS,

esses pescadores perderiam não só sua moradia, mas também seu ambiente de trabalho. Contudo, o industrial foi enfático ao afirmar que não adianta ter o espaço preservado, pois os interesses financeiros sobressaem à beleza paisagística e à manutenção da tradição pesqueira.

Analisando o conjunto de depoimentos dos líderes de entidades comerciais, percebemos que as questões ambientais e patrimoniais não são de interesse desse grupo. Já que o que foi mais focado em todos os discursos foram os benefícios comerciais/financeiros que esse empreendimento trará para a economia pernambucana e conseqüentemente a eles próprios.

Todavia, esse posicionamento hostil que a opinião dos agentes está tendo sobre o historiador e o próprio IAHGP, foram criados a partir de depoimento de políticos e líderes de entidades. Como também não podemos esquecer o papel da própria mídia pernambucana em divulgar depoimentos hostis que aumentaram exponencialmente o acesso a esses discursos.

3.6. Gilberto Freyre e a questão de Suape

Um dos mais importantes aliados que o Governo de Pernambuco conseguiu cooptar para se posicionar a favor de Projeto Suape foi, sem dúvida, o presidente do Conselho Estadual de Cultura, o sociólogo Gilberto Freyre. Não só por ser o representante estadual sobre os assuntos referentes à cultura, mas também pelo seu prestígio como grande intelectual que contribuiu aos estudos científicos.

Seu depoimento a favor da construção do CIPS veio durante a reunião que o CEC onde o presidente da DIPER, Anchieta Hércias, apresentou dados sobre os estudos preliminares que a companhia fez na microrregião de Suape. A reunião do CEC contou com a participação de vários intelectuais da época. Além do presidente Gilberto Freyre, tivemos a presença de: Nilo Pereira, Luiz Delgado, Mauro Mota, Cussy de Almeida, Flávio Guerra e Paulo Fernando Craveiro. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Esses intelectuais reunidos no CEC foram unânimes em apoiar o projeto do CIPS. E após a decisão, o sociólogo Gilberto Freyre apresentou uma proposição, aprovada por todos os membros do Conselho, no sentido de enviar um documento ao governador Eraldo Gueiros Leite, informando-o oficialmente a posição assumida pelo Conselho em dar amplo apoio ao programa de desenvolvimento para Suape.

O sociólogo Gilberto Freyre apresentou uma proposição, aprovada por todos, no sentido de se enviar um documento ao Governador Eraldo Gueiros Leite, informando-o oficialmente

da posição assumida pelo Conselho em dar amplo apoio ao programa de desenvolvimento projetado para Suape. Ele solicitou à Câmara Municipal e à Assembleia legislativa, no sentido de evitar mal-entendidos, já que não existem motivos para uma oposição do Conselho ao Complexo de Suape. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Como podemos analisar, a questão do Projeto Suape foi apresentada pelo CEC e os intelectuais assumiram a posição a favor da construção do CIPS enviando um documento referendando seu posicionamento. Durante a reunião do CEC, o presidente Anchieta Hércias apresentou aos membros do Conselho as propostas do Governo de Pernambuco sobre a preservação dos monumentos históricos e naturais da região de Suape.

Por parte do Conselho, as explicações foram plenamente aceitas e o sociólogo Gilberto Freyre fez questão de ressaltar que a questão do tombamento é de responsabilidade exclusiva do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco e que não deve ser confundida como uma posição daquele Conselho que “respeita o progresso e acredita que a preservação dos monumentos do Cabo de Santo Agostinho, bem como a preservação de sua paisagem, já é o bastante para provar que o Governo do Estado está bem intencionado e não teve pretensões predatórias ao elaborar o projeto do Complexo de Suape”. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Podemos perceber que Freyre acredita que o Projeto Suape trará o progresso para o estado e que a criação do CIPS não afetará os monumentos do Cabo de Santo Agostinho e a preservação de sua paisagem. Isso foi uma forma de afastar do posicionamento do IAHGP com o seu pedido de tombamento da região de Suape. O sociólogo foi categórico ao afirmar que confia nas intenções do Governo ao elaborar o Projeto Suape tanto na questão patrimonial como na questão econômica.

Num segundo ponto da reunião, o sociólogo Gilberto Freyre reforça o seu posicionamento a favor do CIPS ao afirmar que:

Os tecnicistas têm a tendência, até certo ponto respeitável, o que mostra como eles estão identificados com sua missão, de ser intransigentes. O que nós procuramos, no caso, é uma possível conciliação. Repito o que disse no início - acentuou o sociólogo – nós do Conselho estamos a favor completamente da implantação do projeto do Terminal de Suape. Quanto à paisagem, nós aceitamos este sacrifício ao desenvolvimento socioeconômico do Estado, da Região e do País. Nós desejamos o máximo possível de conciliação e não podemos perturbar o que há de grandioso, essencial e importante no projeto industrial de Suape. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Comparando os dois fragmentos do depoimento de Freyre perante a questão ambiental, podemos perceber que o sociólogo aceita a destruição/perda de parte do patrimônio natural e cultural do estado em nome do desenvolvimento econômico. O que não está claro é o quanto se abre mão do patrimônio por quanto de desenvolvimento visto que são duas variáveis difíceis de se mensurar e de se comparar.

Mesmo tentando mostrar uma postura conciliadora com relação à implantação do Projeto Suape, Freyre mostra, neste momento, a favor da intervenção na microrregião de Suape independente de mecanismos de controles para dos riscos ambientais que este empreendimento trará a região.

Por fim, o sociólogo tenta apaziguar a opinião pública referente à posição do IAHGP, e principalmente a figura do José Antônio Gonçalves de Mello, ao propor que se chegue a um acordo entre IAHGP e DIPER:

A partir daí – disseram – se pode chegar a uma posição conciliatória, com o Instituto [IAHGP] aceitando a preservação, constante do projeto do Governo do Estado, dos sítios históricos, monumentos históricos da área de Santo Agostinho. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/07/1973).

Através desse depoimento, podemos perceber que Gilberto Freyre não seguiu a opinião dos empresários e políticos ao não encerrar o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, diretor do IAHGP, como inimigo do progresso de Pernambuco. Mas como um intelectual que está fazendo seu trabalho questionando e interpretando os sentidos dos atos e ações humanas, no caso as consequências do Projeto Suape trariam a preservação dos monumentos históricos e naturais.

Através de trechos desconexos da fala integral do sociólogo reproduzidos pelo Diario de Pernambuco na ocasião da reunião do CEC, deu a entender que Freyre não se importava com a preservação paisagística de Suape. Com isso, ele pediu direito a resposta ao jornal para esclarecer o que foi pronunciado na ocasião. O sociólogo explica que:

Prejudicadas por várias incorreções as reportagens aparecidas na imprensa do Recife sobre a reunião do Conselho Estadual de Cultura, na qual o colegiado definiu mais uma vez sua atitude em face do "caso de Suape"; não ser de modo algum contra a implantação do Terminal Industrial, que considera de máxima importância para o desenvolvimento; bater-se pela preservação de um trecho típico ou expressivo, dessa paisagem, certo como parece que essa preservação de um trecho típico ou expressivo, dessa paisagem, certo como parece que essa preservação é possível sem danos para aquele desenvolvimento. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/07/1973).

Como podemos perceber neste novo depoimento, o sociólogo afirma sua posição a favor da implantação do CIPS, contudo ele alega que o jornal transcreveu e publicou de forma errônea seu depoimento. Freyre ressalta a importância de criar um espaço de preservação ambiental, um parque natural, para de certa forma conseguir conciliar os interesses do Estado, que seria a construção do CIPS, com os interesses do IAHGP, que seria a preservação dos monumentos históricos e naturais de Suape.

Por isso, o sociólogo propõe que seja reservado "*um trecho típico ou expressivo*" da região para destinar a preservação do meio ambiente. Por ter esse posicionamento, o sociólogo acabou sendo difamado e pressionado a mudar de opinião e ser totalmente em prol da construção do CIPS sem que as questões ambientais sejam levadas em consideração.

Gilberto Freyre publica no DP outro texto sobre a questão de Suape e seu depoimento no CEC para esclarecer as divergentes opiniões apresentadas na mídia pernambucana:

Assim definida minha atitude – que exposta na última reunião do Conselho Estadual de Cultura, teve a imediata compreensão do Diretor do Desenvolvimento Industrial do Estado, nela presente – pouco se me dá que continue, contra mim, a campanha de telefonemas na qual sou cavilosamente considerado anti-Suapista, como se ser Suapista no aliás tão importante, para Pernambuco e para o Brasil, setor tecnológico-econômico. Não é. Suape é, para nós, ainda mais do que essa imensidade. Representa, além dela, a definição de uma política nacional na qual, para se evitem no Brasil em desenvolvimentos, desequilíbrios ecológicos – mal que o mundo superdesenvolvido acaba de descobrir com horror ser uma das suas mais dramáticas deficiências pelo que significa de rompimento anti-humano nas relações do Homem com a Natureza – se junte ao progressismo o ecologismo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/07/1973).

Freyre reafirma sua posição perante o Projeto Suape, em que relata a necessidade da construção do mesmo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Contudo, ele apresenta a importância da preservação do meio ambiente como forma reaproximar as relações dos seres humanos com a natureza.

Como estudioso Freyre levanta a questão dos desequilíbrios ecológicos que foi uma das pautas levantadas pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente que deu origem a Declaração de Estocolmo, de 1972 que recomenda para os países em desenvolvimento priorizarem a preservação do meio ambiente para combater a poluição industrial.

Gilberto Freyre reitera sua posição oficial através de um ofício enviado ao governador do Estado e aos presidentes da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal. No ofício o sociólogo esclarece que:

Como órgão cultural, o Conselho tem debatido, em inúmeras sessões, o assunto do aproveitamento de Suape para fins industriais sem jamais ter se afastado do ponto de vista – que é o mesmo do Executivo de Pernambuco – de que o cultural e o ecológico devem coexistir com o processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/07/1973).

A partir desse e do trecho anterior, podemos analisar que ficou clara a posição do CEC e do próprio Gilberto Freyre sobre a questão ambiental de Suape. As ideias apresentadas por Freyre indicam uma proposta de ecodesenvolvimento, no qual teria a obtenção de um crescimento econômico necessário para o Estado de Pernambuco garantindo a preservação do meio ambiente de Suape.

Contudo, o posicionamento de Gilberto Freyre foi valorizado pelo presidente da DIPER, Anchieta Hércias que, ao falar sobre o processo de licitação do PD de Suape, apontou as contribuições que, para ele, considerou aperfeiçoamento do projeto. Em depoimento Hércias afirma que:

(...) de certa forma, a celeuma criada em torno do projeto Suape, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, mais particularmente, pelo sociólogo Gilberto Freyre, foi favorável, pois despertou a atenção do povo, já que o assunto estava sendo tratado superficialmente pela imprensa. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/09/1973).

Sobre o que foi apresentado pelo presidente da DIPER, as discussões sobre a questão ambiental causaram certos transtornos para o desenvolvimento do projeto, contudo pelo massivo ataque de políticos e empresários fizeram com que os intelectuais que mesmo apoiando a implantação do CIPS parecessem como opositores e antiprogressistas.

Ainda sobre o discurso de Hércias, mesmo não citando o IAHGP, ele rebate as propostas levantadas pelo Instituto em seu ofício ao afirmar que:

Finalmente, no final, tudo foi resolvido. Algumas pessoas queriam que nós preservássemos em seu estado natural toda aquela área, o que seria impossível. Mas, dentro das limitações, tudo faremos para conservar o aspecto quase "selvagem" das praias (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/09/1973).

Primeiramente, devemos analisar que o presidente da DIPER encara as reivindicações tanto do IAHGP, quanto as colocações do IPHAN e de Gilberto Freyre como sendo uma

disputa de poder, sendo o Governo de Pernambuco o vencedor, pois mesmo com as pressões causada por esses intelectuais, a implantação do CIPS está seguindo seu curso com a licitação do PD.

Outra questão que deve ser pontuada, é que mesmo não citando o IAHGP diretamente, a resposta sobre a questão de conservar as praias foi uma resposta direta as propostas levantadas pelo IAHGP. Mais uma vez, um agente do estado reforça a ideia que o Governo de Pernambuco está atuando na preservação dos monumentos naturais do Estado e com isso deslegitimando o posicionamento dos opositores do CIPS.

Por fim, o Anchieta Hércias retruca o posicionamento do IAHGP referente à questão do investimento do setor turístico da região quando afirma que:

Além disso, ao contrário do que pensavam os que reagiram contra o projeto, não citados acima, vamos dar uma grande parcela de contribuição para o desenvolvimento turístico da região, pois está dentro dos planos a construção de hotéis 'A' naquela área. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 18/09/1973).

Novamente, o presidente da DIPER faz ataques diretos às propostas apresentadas pelo IAHGP que sugeria ao Governo de Pernambuco invés de investir na construção de um CIPS, seria mais viável investir no setor do turismo. Quando Hércias reforça que o Governo planeja desenvolver o setor turístico, ele enfoca que o Projeto Suape transcende a ideia de que a região vai transformar-se em apenas um parque industrial, mas que a região como um todo vai sofrer transformações em diversos setores econômicos para atender as demandas sociais do estado.

As declarações feitas pelo presidente da DIPER não foram bem recepcionadas pelo CEC. Então o Conselho escreveu uma nota de esclarecimento sobre a suposta celeuma que o sociólogo Gilberto Freyre teria proporcionado à implantação do CIPS. Em nota:

(...) na edição de 18 do corrente, do DIÁRIO DE PERNAMBUCO, declaração do diretor do Diper, até agora não desmentida, que atribui ao escritor Gilberto Freyre, a responsabilidade de haver criado celeuma em torno da implantação do chamado complexo Suape. (...) No Conselho Estadual de Cultura, a que pertencem os que assinam esta nota de desagravo à conduta, no caso do seu precioso presidente manifestou este, claramente, sua atitude animada por elevado espírito de conciliação entre os interesses em jogo: o histórico e o sócio-econômico. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 21/09/1973).

Podemos analisar que a maneira como o presidente da DIPER dirigiu-se ao presidente do CEC foi desaprovada pelos componentes do CEC que foram em defesa a Gilberto Freyre.

O CEC reforça sua proposta conciliadora em defender tanto o desenvolvimento do Estado quanto a preservação dos monumentos históricos e naturais.

Por fim, percebemos como a temática do CIPS foi algo amplamente discutido dentro dos jornais pernambucanos. Tanto os agentes do Estado como intelectuais utilizaram desse veículo para divulgar suas posições perante a implantação do Projeto Suape e a preservação ambiental.

Através da imprensa, diferentes agentes públicos – gestores do Estado, políticos, intelectuais – disputaram os significados e as representações associadas ao espaço natural. Neste caso, o espaço natural de Suape representa um semióforo, algo que foi retirado do seu uso habitual e ganhou novos significados. E estes significados foram o que estavam sendo disputados através dos depoimentos dos atores sociais envolvidos.

Vemos aqui, aquilo que na introdução alertamos como disputa simbólica no interior do campo do imaginário pela definição dos significados da microrregião de Suape. Os agentes do Estado representando Suape como espaço para desenvolvimento econômico e progresso da região e os intelectuais da cultura representando o espaço de Suape como lugar de fruição e memória social.

CAPÍTULO 4 – O MANIFESTO DOS INTELECTUAIS SOBRE A LIMITAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO

Após a primeira reação ao Projeto Suape protagonizada pelo IAHGP, novos agentes se colocaram no debate tendo, cada qual, seu relevo e suas possibilidades de interlocução pública. Vimos que a questão fundamental do debate apresentado pelos membros do IAHGP foi a preservação dos monumentos históricos e culturais presentes na região. Diferente do posicionamento do IAHGP, o Manifesto dos Intelectuais abrange questões técnicas e econômicas do projeto, analisando a conjuntura socioeconômica do estado e refletindo sobre as questões paisagísticas.

Como dito na introdução, a história é feita a partir de fontes. O que não exclui o entendimento de que muitas outras ações e sujeitos agiram nesses processos sem, contudo, ter deixado vestígios de si e de suas opiniões e interesses. Analisaremos o Manifesto Suape, documento produzido por cientistas e intelectuais pernambucanos que teve uma grande repercussão nos jornais da época relatando as opiniões divergentes entre esses atores sociais e os agentes do Estado.

Tratemos aqui daqueles que conseguiram deixar traços na documentação coletada. Personalidades públicas que tiveram acesso aos veículos de comunicação, mesmo dentro de um regime autoritário que praticava atos de censura a manifestações contrárias aos interesses do Estado. Contudo, por terem grande prestígio social e estarem inseridos dentro de uma rede de amizades e de sociabilidades, esses intelectuais conseguiram, até certo ponto, dialogar com as autoridades da época para questionar o desenvolvimento do CIPS.

4.1. Manifesto Suape: uma nova discussão sobre o CIPS

Após o lançamento do PD realizado pela empresa Transcon S.A. surge um novo manifesto que faz uma série de críticas à construção do CIPS. Este manifesto foi publicado no seminário Jornal da Cidade e no Diário de Pernambuco no dia 05 de abril de 1975. O manifesto foi organizado por grandes figuras da intelectualidade pernambucana, pertencentes as mais diversas instituições e entidades de ensino e pesquisa do estado. Sobre os signatários do manifesto está a figura do diretor do IAHGP, o historiador e professor da UFPE José Antonio Gonsalves Melo, que na matéria do jornal esta informação foi ocultada dando a

entender que o jornal não queria relacionar esse novo manifesto com o ofício lançado pelo IAHG.P.

Sobre os integrantes que subscreveram o manifesto, temos o ecólogo Vasconcelos Sobrinho, professor da UFRPE, sendo uma das figuras mais emblemáticas sobre a defesa do meio ambiente. Ele traz em sua biografia ser um dos responsáveis pela criação do Jardim Zoobotânico de Dois Irmãos, em 14 de janeiro de 1939, durante o Governo de Agamenon Magalhães. Ele também foi um dos responsáveis pela federalização da UFRPE. E introduziu no ensino superior pernambucano os estudos sobre Ecologia Conservacionista (GASPAR, 2009).

Outro signatário do manifesto é o economista e diretor do Departamento de Economia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Clóvis Cavalcanti. O economista foi professor da UFPE criando a cadeira de Economia do Meio Ambiente. Ele também vai dedicar-se, boa parte de sua vida, militando a favor da preservação ambiental e fazendo uma série de críticas as ações governamentais em Suape.

Os demais cientistas que subscreveram o manifesto foram o economista Renato Duarte, do curso de Mestrado em Economia da UFPE; os sociólogos Roberto Martins, coordenador do curso de Mestrado em Sociologia da UFPE e Renato Carneiro Campos, diretor do Departamento de Sociologia do Instituto Joaquim Nabuco e o nutricionista Nelson Chaves, professor da UFPE.

A partir dessa breve biografia acadêmica dos manifestantes, podemos perceber que são pessoas como grande prestígio social. Os autores do manifesto são pertencentes a uma elite intelectual que veio através do manifesto ir de contra os interesses do Estado apontando certos pontos divergentes sobre a construção do CIPS.

O manifesto intitulado “A propósito de Suape,” publicado no dia 05/04/1975, inicia comentando sobre o modelo econômico brasileiro que incentiva o investimento público na construção de grandes obras alegando que essas iniciativas eram de interesse público sem ter feito uma consulta prévia a população. O texto do manifesto revela que:

Tem-se firmado como tradição do estilo recente de promover o desenvolvimento econômico [...], o lançamento pelo governo de grandes projetos de sua iniciativa, que as autoridades presumem consultar o interesse público e julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Como podemos perceber no trecho acima, os manifestantes questionam a intenção do Governo de Pernambuco em promover grandes empreendimentos insinuando que existiriam outros interesses não explícitos na promoção do CIPS. A falta de consulta pública sobre o assunto reforça essa ideia, já que os políticos e técnicos que promovem o empreendimento dão como certo o interesse público em construir o superporto em detrimento da destruição ambiental.

No decorrer do documento, outros pontos são abordados como a insatisfação dos manifestantes sobre o Projeto Suape e, principalmente, da ideia de como a mídia pernambucana relatam uma visão unânime sobre projeto, principalmente da aceitação da população pernambucana ao CIPS.

Isto não impede, todavia, que pessoas interessadas e grupos de indivíduos manifestem sua opinião a respeito de tais projetos e empreendimentos, reagindo contra a pretensão de transformar em verdade indiscutível a tradição autocrática de não fazer a confecção de grandes projetos ser precedida de consulta as aspirações da coletividade. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Neste trecho, os manifestantes são mais enfáticos ao afirmar a autocracia do Governo de Pernambuco ao criar políticas públicas sem que haja a consulta aos interesses públicos. Mostrando divergências de pensamentos sobre a ação do Estado perante os interesses públicos e reafirmando a necessidade de questionar essas ações que eles consideram impróprias para convivência na coletividade.

O manifesto relata seu caráter de dissonância aos discursos em prol do Projeto Suape ao não aceitar a sua realização. Os autores são enfáticos ao afirmar que o propósito do mesmo não está relacionado a critérios emocionais, mas sim científicos:

[...] a ideia de realização do complexo industrial portuário de Suape não é aceita pacificamente por todos os cidadãos que, além de pagar impostos, se sentem responsáveis pela elucidação de aspectos de interesse vital para a vida da população pernambucana. E não se trata, por outro lado, de mera reação suscitada por interesses feridos, a desses cidadãos preocupados com o bem-estar comum. O que há de relevante a examinar no que toca a Suape são variáveis que envolvem, inclusive, uma apreciação baseada em critérios puramente econômicos, dentro do figurino do mais rigoroso raciocínio analítico, da significação em termos sociais do projeto. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Os manifestantes apontam os objetivos do manifesto ao declararem sua preocupação com o bem-estar da população pernambucana ao preservar a microrregião de Suape. Como

também, eles corroboram a ideia de que os motivos para criação do manifesto não são emocionais, como foi denegrido o ofício do IAHP, mas sim de caráter econômico. Vale destacar o papel do cidadão apresentado pelos manifestantes reforçando a ideia que suas reivindicações têm a intenção de salvaguarda o bem-estar social dos pernambucanos.

Sobre as análises econômicas feitas pelos manifestantes referentes ao Projeto Suape, os manifestantes relatam os custos referentes à sua execução sendo ela exorbitante se comparada com outros programas econômicos do mesmo período que o Governo do Estado já estava envolvido.

Com efeito, a crer nas próprias informações do governo pernambucano, o total de investimentos previstos para o complexo envolvendo recursos públicos e privados, é da ordem de três bilhões de dólares, ou seja, cerca de 23 bilhões de cruzeiros, cifra que é mais da metade dos fundos que se investirão, no período 1975-79, no colossal Programa de Industrialização do Nordeste e quase oito vezes mais que os recursos consignados ao Polonordeste nos anos 1975-77, ambos de iniciativa federal e considerados projetos-impacto. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Ao comparar os custos do Projeto Suape com os outros programas econômicos que iriam ser investidos em Pernambuco, os manifestantes querem reiterar o seu posicionamento com relação aos recursos financeiros que seriam investidos em um só projeto econômico e que isso poderia ser prejudicial para economia do país. Essa crítica fica mais evidente no manifesto quando eles levantam suspeitas sobre como foi elaborado o Projeto Suape.

[...] Suape implica numa certa configuração do destino concebido para alocação de recursos, é de se esperar que o governo haja contemplado caminhos alternativos, configurações alternativas para o uso dos recursos envolvidos, de tal modo que, pesando benefícios e custos das diversas rotas por que poderia optar, resolveu, avaliando através de coeficientes técnicos relevantes, seguir o caminho de Suape. Indaga-se: o governo fez isto? Certamente que não, parece ser a resposta, tal a maneira quase histérica com que se fala do projeto, anunciando-se tão só suas vantagens sem nenhuma alusão àquilo que os economistas em seu esoterismo vocabular classificam de "custos de oportunidades". (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Podemos perceber nesta parte do texto que eles criticaram as decisões econômicas que o Governo de Pernambuco está tomando seguindo com a realização do Projeto Suape. Os autores levantam as questões da falta de uma avaliação sobre os impactos econômicos que esse investimento trará aos cofres públicos, a negligência de investir em outras alternativas

econômicas para o Estado e qualificando o Projeto Suape como uma verdade irreversível e irrefutável.

Uma das alternativas proposta pelos manifestantes em detrimento da construção do CIPS é investir no setor do turismo. Promovendo ações turísticas na região de Suape, que é ressaltada como um lugar de beleza paisagística notável, seria uma forma de trazer investimentos econômicos à região sem que o meio ambiente local seja destruído.

Assim, de um prisma estritamente econômico, a decisão do projeto continua controvertida, na medida em que Suape permite imaginar outros usos para sua feliz dotação de beleza natural e de outros recursos para o lazer, além de ser sítio histórico do maior interesse. A ideia do turismo, por exemplo, vem de imediato à mente quando se pensa em aproveitar recanto de tão comovente harmonia estética. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Como lemos no trecho acima, a alternativa dada pelos manifestantes ao projeto de construção do complexo industrial seria um investimento no setor do turismo que seria uma forma de manter os monumentos naturais e históricos preservados e com isso ampliava a oferta de lazer a região. Esta proposta também foi elucidada pelo ofício produzido pelo IAHGP que também tinha como meta a preservação dos monumentos históricos e naturais da região.

Outro ponto que é levantado pelos manifestantes é a opção do Estado em investir no Projeto Suape, em detrimento de outros projetos econômicos que seriam tão efetivos, na visão deles, que o CIPS. Para os manifestantes, ao optarem pelo Projeto Suape, os agentes do Estado não avaliariam o quão danoso seria para os cofres públicos que a obra não fosse concluída.

Afinal de contas, vai se permitir que o governo sacrifique um número incalculável de projetos de menores dimensões, mas de alcance social talvez maior, investindo formidável e maciçamente numa obra que pode até - se faltarem fundos em instantes críticos - terminar como um dos mais conspícuos elefantes brancos da megalomania algo irresponsável de tantos exemplos da atividade governamental no Brasil? (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Ao indagar sobre as escolhas de políticas econômicas do Governo de Pernambuco, o manifesto evidencia a fragilidade do Projeto Suape que, para ser realizado, demandaria grandes investimentos públicos, de um longo prazo para sua realização e de um retorno financeiro incerto. Sobre essa questão das incertezas do Projeto Suape, os manifestantes são enfáticos ao afirmarem que:

Vale a pena também refletir no fato de que os possíveis empreendimentos que se dizem atraídos por Suape são frutos de entendimentos verbais com grandes grupos multinacionais, e que esses entendimentos não necessariamente resultarão em inversões. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Este trecho do manifesto é bem interessante para dialogar com os discursos em prol da construção do CIPS, pois o próprio presidente da Diper ressalta os interesses de empresas em se instalarem em Suape. Mas a própria Diper diz que não existe nada de efetivo sobre a instalação das mesmas. Esses acordos informais e verbais serviam mais para endossar uma narrativa positiva sobre o CIPS, através de notícias vinculadas aos jornais da época, contudo vale ressaltar que a execução do Projeto Suape dependeria de grandes investimentos, os quais até o momento não existiam.

O manifesto dos intelectuais retorna as críticas sobre a fragilidade do Projeto Suape sobre a perspectiva econômica ao afirmar que:

De fato, o grupo técnico que definiu em documento para a DIPER a viabilidade de Suape buscou amparar-se em instrumentos metodológicos de rigor bastante discutível, usando para projeções que atingem até o ano 2005 hipótese cuja solidez é frágil e cuja confiabilidade não merece respeito. (...) basta mencionar a esse propósito, que as projeções de demanda que lastreiam a recomendação de quais indústrias localizadas no complexo padecem de erros analíticos e que as previsões relativas ao comércio internacional não são visceralmente ligadas a estudos sérios que caracterizam perspectivas realísticas para o intercâmbio de bens e serviços em escala mundial nos próximos 25 anos. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Os manifestantes fazem sérias acusações sobre a qualidade dos estudos feitos pela Transcon S.A., empresa que ganhou o consórcio e realizou os estudos técnicos para executar o PD de Suape. Através das informações lançadas pelos manifestantes, o Projeto Suape tem várias falhas referentes a questões logísticas de posicionamento das empresas e até relativas ao mercado internacional. Isso nos informa que o PD não foi executado com cautela, pois deixou falhas graves que foram perceptíveis pelos manifestantes. Um dos motivos que pode ter ocasionado essas falhas foi a pressa para conclusão do mesmo para que o Projeto Suape seja incluído no II PND.

O manifesto não traz grandes discussões sobre os impactos ambientais que poderá acontecer caso o empreendimento do CIPS desse continuidade, contudo ele apresenta algumas informações referentes a questão ambiental:

Deformando-se a paisagem com obras de infra-estrutura que transformarão Suape em feio canteiro de obras e que eventualmente poderão não ter utilidade, se os investimentos não forem cristalizados, ter-se-á cometido o crime irreparável de deformar a paisagem e profanar um sítio histórico – tudo isso em vão. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Em consonância com o manifesto do IAHGP, o Manifesto dos Intelectuais utiliza-se da paisagem dita privilegiada de Suape como argumento de preservação. Diferente do manifesto do IAHGP, este manifesto utiliza-se de recursos narrativos para convencer o leitor que a execução do Projeto Suape seria um ato criminoso. Para os autores, não existia nenhuma garantia que o projeto seria bem-sucedido e como consequência desse ato impensável, a paisagem de Suape seria profanada. O manifesto retoma o argumento de preservação da paisagem de Suape:

Uma palavra por outro lado para o admirável cenário, verdadeiro patrimônio artístico, que a natureza ergue em Suape. Pode se apodar de romântica a posição, mas o fato é que, se não houvesse outra escolha econômica para o local em questão a não ser o porto e se os recursos que este envolve estivessem efetivamente sendo otimizados nesta utilização comparativamente com qualquer outra, ainda caberia discutir a sabedoria de se alterar irreversivelmente a paisagem de que Suape foi dotada. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

No trecho destacado acima, vemos como a beleza paisagística de Suape tornou-se o critério que os intelectuais utilizavam para preservar a microrregião de Suape. Também vale destacar que foi a primeira vez que os manifestantes contra o Projeto Suape qualificam os monumentos naturais de Suape como patrimônio pernambucano. Essa forma de referenciar a paisagem de Suape demonstra o interesse dos intelectuais em preservar o meio ambiente local.

Reforçando a ideia de preservação do meio ambiente de Suape, os manifestantes são enfáticos ao afirmarem que:

Permitir que no sítio escolhido se construa um porto e um complexo de fábricas implica em perda definitiva de uma riqueza que faz parte do acervo de Pernambuco. (...) é lícito especular sobre os benefícios esperados no longo prazo superarão com tranquila margem aquilo que se imporá à paisagem – para não trazer à baila problemas igualmente relevantes relacionados com a poluição do meio ambiente que grandes projetos industriais inevitavelmente acarretam. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Neste momento, o manifesto expõe os danos ambientais que o CIPS poderá trazer a região se o projeto der continuidade. Ressaltando que mesmo se o Projeto Suape estimular a

economia do Estado poderá trazer um problema sério referente a poluição. Como vimos no capítulo referente ao meio ambiente e as ações coletivas, os grupos ambientais, tanto no Brasil como no mundo, discutem os problemas referentes a poluição industrial, principalmente a atmosférica. Avaliando que o bem-estar social e uma qualidade de vida digna reside num meio ambiente equilibrado ecologicamente. O manifesto vai mais além sobre os impactos da poluição que CIPS pode trazer ao estado ao se referir que:

Não é só Suape que pagará, em termos de mutilação do meio ambiente e de deterioração da qualidade da vida, por conta do complexo que se deseja irrefletidamente, (...) instalar ali. Todo um conjunto de recantos preferidos por uma população que se descobre asfixiada no ambiente despojado de locais de finalidade recreativa do Recife serão também sacrificados, numa proporção cujos contornos certamente se ignoram no momento. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Podemos analisar que os manifestantes querem apresentar ao público em geral que a problemática de Suape não só afetará a população que vive nas áreas afetadas diretamente pelo Projeto, mas sim toda a população mundial. Os autores são mais enfáticos em restringir sua ação aos habitantes da RMR, pois eles seriam os principais leitores do manifesto. Assim, para sensibilizar a população local, eles atribuem a proteção ambiental à manutenção dos espaços de lazer.

No tópico final os manifestantes, apontam a fragilidade do pensamento unicamente voltado ao bem-estar material, sendo que para se obter esse tipo de benefício econômico teria um sacrifício ambiental em forma de destruição e poluição. Os intelectuais endossam essa ideia ao relatar a situação de países desenvolvidos que investiram na industrialização e que amargam com problemas referentes a poluição e fazem críticas ao processo de industrialização acelerada, sem que haja um planejamento sobre o tratamento dos resíduos industriais.

[...] convém que se enfatize o perigo que é para nosso mar a instalação de fábricas gigantescas de fertilizantes e de alumínio junto à costa pernambucana, a lançar continuamente seus excrementos industriais em águas que ora são admiradas por uma festejada e cada vez mais rara pureza. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/04/1975).

Mesmo não apresentando dados mais precisos sobre os impactos ambientais que os dejetos industriais trazem ao meio ambiente, foi importante pontuar que as indústrias são grandes responsáveis por ampliarem a poluição dos grandes centros urbanos tornando cada vez mais difícil encontrar fontes de água potável. Essa questão sobre os problemas ambientais decorrentes das ações industriais foi pauta da CNUMA, que como vimos anteriormente, a

Declaração de Estocolmo avaliou os impactos ambientais causados pelas potenciais industriais, apontando uma série de problemas que essas ações causariam para população mundial.

Por fim, os manifestantes pedem para que o Governo do Estado, através de seus agentes, abram um debate sobre os impactos econômicos e ambientais que o Projeto Suape trará para região. Para que assim haja uma forma de reverter este empreendimento que, para os manifestantes, é nocivo tanto na perspectiva econômica como na perspectiva ambiental.

4.2. Repercussões sobre o Manifesto Suape

Após a divulgação do Manifesto dos Intelectuais, o Serviço de Imprensa de Pernambuco (SIP) lança uma nota oficial do governo do Estado sobre as acusações feitas pelos intelectuais. Neste documento, argumenta-se haver uma superficialidade sobre o entendimento do Projeto Suape, como também uma posição emocional perante a preservação dos monumentos naturais. A nota ainda nega as falhas técnicas apontadas no manifesto referentes à falta de consulta à comunidade, a ausência de preocupação aos resultados econômicos e aos impactos ambientais.

No primeiro momento, o SIP contesta os gastos apresentados pelos manifestantes sobre os custos da obra de infraestrutura do CIPS.

(...) ao falar que "a alocação de recursos públicos e privados é da ordem de três bilhões de dólares, ou seja 23 bilhões de cruzeiros", distorce um dado real e lança um argumento falso as previsões para recursos de três bilhões de dólares não se relacionam com infraestrutura como deseja fazer crer o documento, mas sim com captação de investimentos em grandes projetos industriais capazes de gerar riquezas para o Estado e sua comunidade. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Na nota, o SIP revela que o dinheiro referente à construção do CIPS não seria aquele apresentado pelos manifestantes. Contudo, ele deixa vago como captará os recursos necessários para execução do conjunto da obra. Isso indica que não existe um planejamento financeiro adequado para iniciar e concluir a construção de um empreendimento dessa magnitude, sendo mais uma especulação do que um projeto econômico efetivo.

Dando continuidade à nota lançada pelo SIP entre outros aspectos que é apontado seria o caráter social do Projeto Suape que foi integrado ao II PND e a partir disso:

(...) ele trará emprego, melhorará as condições de vida das populações do Estado e dará condições de aumentar a

produtividade dos campos de Pernambuco e da região. Ele absorverá o excedente da população do meio rural da micro-região onde se localizará. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Quando o Projeto Suape foi inserido na política federal econômica o projeto ganhou mais legitimidade, pois tendo o incentivo federal todas as alegações sobre a melhoria do bem-estar social se tornam mais legíveis. Mesmo assim, a idealização do CIPS precede a integração ao II PND, então é necessário reforçar que se não tivesse um apoio do Governo Federal o empreendimento dificilmente conseguiria ser efetivado. Sobre a questão levantada pelos manifestantes referente ao afastamento do Governo de Pernambuco de outros programas econômicos o SIP revela que:

O Projeto de Complexo de Suape não obriga o Governo a recusar nenhum projeto menor. Pelo contrário, ele integrará Pernambuco a um processo de industrialização sólida, pois suas indústrias detêm poder germinativo podendo atrair outros empreendimentos fabris, tanto urbano quanto agroindustriais. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Novamente, o SIP tenta desconstruir o argumento do manifesto afirmando que o Projeto Suape não vai interferir no desenvolvimento de outros projetos socioeconômicos, mas sim de agregar, pois a região atrairia investimentos no setor industrial e com isso Pernambuco expandiria no processo de industrialização. Como vimos anteriormente, existia um interesse do Estado em investir na Região Nordeste para diminuir as disparidades regionais perante a região Sudeste do país. A industrialização era o caminho mais lógico que o Estado previa para alcançar esse objetivo, por isso o grande interesse em estimular a criação de indústrias no estado.

Sobre a questão da poluição levantada pelos intelectuais, o SIP revela que:

(...) o documento não pode falar em análise pouco cuidadosa, até porque nesse aspecto entra em contradição, pois alega ao fazer a defesa ecológica do local que as indústrias pesadas, fruto dessa análise, poderão poluir o local. E quanto à poluição não existe esse perigo: há ao projeto e será executado uma central de tratamento de resíduos, que os autores do documento não enxergaram. Há também uma barreira de proteção ecológica, com reflorestamento, etc. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Para se referir a questão ambiental, o SIP utiliza-se de argumentos que falam sobre a não existência da poluição, pois as empresas não foram ainda instaladas. E sobre os dejetos industriais, o SIP informou que vai ser construída uma central de tratamento de resíduos no local e que também existirá uma barreira de proteção ecológica. Contudo, nesta nota ainda não informa os danos ambientais que implicará a instalação e a construção do CIPS.

Essa questão da poluição industrial dos rios da Região Metropolitana do Recife vai ser discutida com mais detalhes no próximo capítulo, contudo deve ser ressaltado que neste mesmo ano entraria em vigor o Decreto-lei Nº 1.413 que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais. E que esta lei entrou em vigor por causa da série de denúncias feitas por intelectuais que apresentaram estudos sobre os danos que as indústrias brasileiras trouxeram para o meio ambiente. Como também por uma série de acordos nacionais e internacionais que o Brasil se comprometeu a cumprir sobre proteção de seus ambientes naturais.

Sobre a questão da falta de recursos financeiros para completar o Projeto Suape, o SIP revela que:

Quanto à possibilidade de vir a faltar recursos, não se pode admitir, tendo em vista a decisão de dois Governos, o Federal e do Estadual. Essa decisão está expressa no Programa do Governo Estadual no II PND e no Polonordeste. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Podemos perceber que o SIP utiliza da autoridade dos Governos Federal e Estadual para legitimar o compromisso com as obras do Projeto Suape. E que os recursos financeiros estão acordados dentro dos planos econômicos. Esse discurso também reforça a ideia do Brasil está em pleno desenvolvimento econômico afastando da imagem de crise econômica que o país tinha passado a pouco tempo atrás.

Sobre as afirmações referentes às especulações de empresas que irão instalar-se em Suape após a construção do CIPS, o SIP revela que:

Quanto à afirmação de que as perspectivas existentes "são fruto de entendimentos verbais" a resposta está nos documentos de grupos empresariais solicitando participação nos polos de fertilizantes, de alumínio, de cimento, de siderurgia, de industriais mecânicas e eletro-mecânicas. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Neste trecho, podemos perceber que existe uma formalização de intenção feita por grupos empresariais ao Governo de Pernambuco, contudo essa participação relatada pela nota do SIP não esclarece até que ponto vai à participação no sentido de que investirão na região ou se quererem fornecer seu serviço ao Estado.

Sobre a alegação dos manifestantes referente a falta de consulta pública, o SIP relata que:

As consultas se fizeram, pois, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto através do PRAC, e os órgãos de classe e Clube de Serviço debateram e deram seu apoio. A Assembleia Legislativa inclusive, enviou aplausos ao presidente Ernesto Geisel, pela

inclusão do projeto Suape no II PND. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Para afirmar que houve consulta pública sobre o Projeto Suape, o SIP relata que o projeto foi apresentado aos deputados estaduais que são os representantes dos pernambucanos. Vale lembrar que estamos dentro de um sistema político autoritário em que foram retirados direitos políticos de vários cidadãos. A escolha de seus representantes era limitada a candidatos partidários aos interesses do Governo. Então não se pode creditar que a população pernambucana foi consultada só com o aval dos políticos e representantes comerciais.

A nota do SIP alega que o presidente da DIPER apresentou o projeto para os representantes comerciais que aprovaram o projeto. O Governo entendeu que o setor comerciário seria o principal interessado no desenvolvimento do CIPS já que um novo sistema portuário facilitaria o transporte de suas mercadorias.

O que podemos perceber pela nota do SIP é que não foi realizada uma consulta pública direta, principalmente com as comunidades que vão ser afetadas diretamente ao Projeto Suape. Ao mesmo tempo que vemos que, na visão do SIP, a consulta às associações empresariais supria a necessidade de uma consulta a sociedade.

Por fim, a nota do SIP critica a atitude dos intelectuais em propor um investimento no setor turístico de Suape ao afirmar que:

Não há portanto, a possibilidade de Suape torna-se um "feito canteiro de obras". Por tudo isso, é lamentável que se pretenda criticar um projeto argumentando em benefício de alguns (turistas) e em detrimento de todos, do desenvolvimento, que é o objetivo final. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Podemos analisar que o SIP, ao apresentar sua resposta às críticas ao Projeto Suape, insinua que a preservação da área seria um benefício de alguns poucos habitantes e turistas que usufruem das opções de lazer que Suape oferece. E não visto como um direito ou mesmo que a área seja um patrimônio.

Em seu conjunto, a nota deixa ver que, qualquer alternativa que for de encontro aos interesses do Governo no caso do CIPS, vai ser interpretado como empecilho para o desenvolvimento econômico do Estado. Devemos entender que o Governo não qualifica a região como patrimônio cultural, mesmo que uma série de intelectuais reafirme sua posição perante a preservação daquele local, mas como um ativo econômico a ser mobilizado para a industrialização do Estado.

Ainda sobre a repercussão do Manifesto Suape, o deputado estadual Roberto Freire, através da Assembleia Legislativa, convoca o secretário de Indústria e Comércio do Estado,

Anchieta Hércias, e os cientistas que escreveram o manifesto para debaterem sobre a viabilidade do projeto. O deputado reafirma a posição do Governo ao referir o Projeto Suape como algo incontestável e inquestionável.

(...) apresentado pelo Governo de Pernambuco como sendo a alternativa viável, e talvez a única solução para quebrar o desenvolvimento econômico do Estado, o Complexo de Suape tornou-se algo incontestável e inquestionável. A opinião pública hoje sufocada e sem maiores formas de expressão, aceitou a colocação governamental e Suape passou a ser sinônimo de 'take-off' de economia pernambucana. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Através do pronunciamento do deputado, podemos perceber algumas questões que ele pontou. A primeira seria uma contradição ao afirmar que o Projeto Suape seria uma alternativa dando a entender que existiam outras formas de investimento econômico para região, como aquelas apresentadas pelo manifesto. Mostrando que existiria uma possibilidade de reverter a implantação do CIPS.

Depois o deputado afirma que o CIPS é algo incontestável e inquestionável, sendo enfático a dizer que o Estado não tem alternativa para o desenvolvimento econômico. O argumento apresentado pelo deputado reforça a ideia que Pernambuco necessitava desse empreendimento para sair da situação econômica subalterna perante o Centro-sul do país.

Outro ponto interessante que o deputado aponta é que a opinião pública estava sufocada e que acabou acatando as imposições do Estado. O deputado mostra através de seu discurso que a participação pública nas decisões do Governo não existia, pois a população não tem espaço para expressar a sua vontade e que o Governo executava o que ele achava melhor para o Estado.

O deputado estadual Marcos Cunha congratula com a opinião do deputado Roberto Freire sobre a oportunidade de ampliar a discussão sobre o Projeto Suape sendo uma forma de divulgação do empreendimento a população pernambucana. Para seu entendimento:

O conteúdo da declaração tomando partido contra a construção do superporto industrial na baía de Suape, representa a abertura da discussão em torno de um problema que interessa, de perto, ao povo pernambucano. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Na opinião do deputado Cunha, a abertura para discussão do Projeto Suape era um meio de informar a população pernambucana sobre os benefícios que o CIPS traria para o estado. Portanto, a discussão seria uma formalidade para apresentar a sociedade o projeto e não para discutir sua viabilidade. Ainda sobre o debate que estava ocorrendo na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Wandenkolk Wanderley relata que:

(...) conheço o que foi publicado a época em que se estudava a implantação do sistema. Os breves comentários dos cientistas que se mostram contrários aos estudos não me capacitam a mudar o pensamento que me ocorreu de início. A implantação de Suape propiciará ao Nordeste e ao Brasil o maior sucesso e o melhor êxito em nosso desenvolvimento. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

O deputado estadual Wandenkolk Wanderley é direto ao afirmar seu posicionamento a favor da construção do CIPS tratando com certo desdém o manifesto dos cientistas ao qual se referiu com “*breves comentários*”. Ao utilizar o termo comentário, o deputado quer deslegitimar o discurso dos manifestantes, pois um comentário não necessariamente precisa de um embasamento teórico e científico para ser proferido. Diferente do que foi executado pelos manifestantes, já que foi feito uma análise socioeconômica do estado trazendo informações históricas, geográficas e econômicas que questionam a implantação do CIPS.

Tendo um posicionamento contrário aos demais deputados, o opositorista Manoel Gilberto indaga que:

Há mais de dois anos venho pedindo, na Assembleia Legislativa, explicações do Governo do Estado a respeito da problemática de Suape. Pedi, certa vez, ao ex-governador Eraldo Gueiros, que mandasse esclarecer a Assembleia Legislativa o que realmente estava acontecendo com o Projeto. Infelizmente, a bancada do Governo não permitiu que minha indicação fosse aprovada, certamente porque partira da Oposição. Agora, no entanto, quando cientistas dos mais renomados, através de manifesto, fazem ver a realidade de Suape, esperamos que a liderança do Governo permita o livre debate em torno do assunto, o que não ocorreu no governo do Sr. Eraldo Gueiros. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/04/1975).

Através do depoimento do deputado estadual Manoel Gilberto, podemos perceber que mesmo os deputados não sabiam direito sobre o que era o Projeto Suape, ou mesmo suas implicações econômicas e ambientais. Diferente do pronunciamento do deputado Wandenkolk Wanderley, o deputado Manoel Gilberto foi enfático a destacar o prestígio social que os cientistas que se manifestaram contra o projeto têm perante a sociedade pernambucana.

O deputado afirmou que durante o Governo de Eraldo Gueiros não foi possível que ocorresse debates sobre o Projeto Suape. Essa afirmação pode ser comprovada através das críticas que o IAHP recebeu em 1973, após o lançamento do ofício, que seus representantes foram retratados de antipatriotas e antiprogressistas pelos aliados do Governo.

O manifesto assinado por diversos intelectuais e cientistas de Pernambuco fez com que agentes políticos – SIP e deputados estaduais – se posicionassem sobre o projeto. Não só se posicionarem, mas divulgarem seus entendimentos na mídia pernambucana. Dessa forma, a

sociedade poderia ter acesso a mais informações sobre o processo de implantação do CIPS e tirar suas próprias conclusões sobre o empreendimento.

Ainda sobre a opinião pública referente ao Projeto Suape, não foi possível encontrar fontes que expresse a opinião dos pernambucanos, pois todas as informações estão sendo transmitidas nos jornais são dos agentes do Estado ou de militantes dos movimentos ambientais e da oligarquia pernambucana. Essa ausência dos cidadãos comuns pernambucanos, principalmente dos moradores das áreas que vão ser afetadas diretamente pelo projeto, diz muito sobre o perfil autoritário do empreendimento.

O que ocorreu foi uma grande pressão política para que o empreendimento fosse aprovado. Advinda dos setores do grande capital que tinha interesses financeiros na exploração da área. Isso pode ser visto pelos depoimentos dos representantes comerciais que foram unânimes em apoiar a execução do CIPS.

Mesmo sem um entendimento amplo sobre o Projeto Suape, grande parte dos políticos pernambucanos era a favor do CIPS. Sua posição favorável pode ser analisada através de uma série de fatores como: solucionar os problemas socioeconômicos do estado, aprofundar as redes de sociabilidade com os setores financeiros, ampliar a industrialização do estado para competir com os demais mercados, protagonizar a execução de uma obra de grande escala para se promover perante seu eleitorado e manter as relações sociopolíticas com os demais líderes políticos.

Vimos que o Manifesto Suape foi protagonizado por cientistas e professores universitários, representantes da intelectualidade pernambucana. Este perfil social pode ser visto no primeiro manifesto que veio através dos membros do IAHGP. Diferente da proposta do primeiro manifesto, que pedia o tombamento da microrregião de Suape, através de discursos memorialistas reconhecendo a região como patrimônio histórico e cultural de Pernambuco. O segundo manifesto apresenta argumentos econômicos criticando a execução do projeto. Os cientistas analisaram os documentos produzidos pelo estado e fazem críticas aos gastos públicos do empreendimento.

As primeiras críticas do IAHGP estavam calcadas no valor histórico-cultural da região. Isso pode ser evidenciado na criação de narrativas que abordam passagens históricas que qualificavam aquela região como um patrimônio cultural dos pernambucanos. Esse discurso pode ser produzido, pois o IAHGP realizou no Cabo de Santo Agostinho um levantamento arqueológico apresentando objetos da cultura material relevantes do período holandês em Pernambuco.

Esta segunda crítica questiona a viabilidade econômica de uma intervenção dessa magnitude na microrregião de Suape. Para isso, os manifestantes apresentando uma série de dados mostrando os custos que o empreendimento desse porte precisaria para ser executado e como o Estado não tinha condições financeiras de arcá-lo.

Por fim devo destacar que o Manifesto dos Intelectuais apresenta uma nova perspectiva sobre as ações coletivas dentro do Regime Militar. O documento revela a linha tênue que os intelectuais poderiam negociar-se com o poder do Estado. Esse manifesto faz críticas diretas à forma de governabilidade, mesmo sendo críticas referentes ao projeto desenvolvimentista do Governo de Pernambuco, este discurso abre uma discussão sobre um governo mais participativo.

CAPÍTULO 5 – A ASPAN E O PARQUE METROPOLITANO

ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTI

5.1 O processo de metropolização do Recife

Para Neves e Cruz (2010), o processo de metropolização acontece a partir da polarização de uma região em torno de uma grande cidade. Esse processo é caracterizado pela alta densidade demográfica, pela alta taxa de urbanização e por relações de interdependência socioeconômica.

A compreensão do processo de metropolização dá-se através da satelitização de cidades circundantes a um centro urbano. Podemos denominar esse fenômeno demográfico como região ou área metropolitana. Através da etimologia da palavra metrópole, que vem do grego *meter* (mãe) e *polis* (cidade), percebemos como a dinâmica socioespacial determina a formação das regiões metropolitanas (NEVES & CRUZ, 2010).

Em paralelo a essa transformação sociourbana, temos a construção de um imaginário social que promove algumas cidades como sendo grandes centros regionais. Isso ocorreu com a cidade do Recife em que jornais e demais veículos de comunicação promoveram a cidade como centro de serviços e de oportunidades de emprego dentro da região nordestina. Em seus discursos são elencados elementos geográficos como determinantes para o êxito do Recife em frente às demais cidades do Nordeste.

Há mais de três séculos que o Recife suporta as consequências de ser a metrópole regional do Nordeste. Desde que os holandeses incendiaram Olinda, em novembro de 1613, o Recife passou a ser "de fato" a capital de Pernambuco, se bem que somente em 15 de fevereiro de 1827 lhe tenha sido conferida, oficialmente, a categoria de sede do governo da Província. Mas, àquele tempo, o antigo ancoradouro de Olinda já garantira para a povoação quinhentista, que surgira à sua margem, o papel de metrópole de toda uma região brasileira, que o Recife nunca mais perdeu, para sua grande honra e ainda maior sofrimento [...] Em 1944, o mestre geógrafo Aroldo de Azevedo vulgarizou, em difundidos livros didáticos, o fato de ser o Recife "uma verdadeira metrópole regional". E dez anos depois, o Padre Lebre, analisando as condições econômicas-sociais da capital pernambucana vinculados aos da região geográfica, de que ele é o centro econômico e social. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20/04/1958).

O geógrafo e historiador Tadeu Rocha ao analisar o aumento demográfico do Recife apresenta uma visão ufanista do passado da cidade expressada no trecho acima. O autor revela a intenção de solidificar a representação de Recife como o centro urbano por conta não só por suas características geográficas, mas também por toda a sua história. Para isso o autor utiliza-se de uma série de literaturas que qualificam a cidade como metrópole do Nordeste.

A representação da cidade do Recife como sendo um grande centro urbano se contrapunha a uma série de constatações sobre as precárias condições socioeconômicas dos seus habitantes. Os problemas sociais enfrentados pela cidade não enfraqueciam os discursos dos intelectuais que elevavam o potencial econômico do Recife ressaltando as qualidades geográficas e históricas da cidade. Contudo, para que essas transformações acontecessem, a cidade necessitaria de iniciativas radicais em sua estrutura econômica através da industrialização.

Ao lado das elevadas taxas de crescimento demográfico, o fenômeno das secas, os males do latifúndio improdutivo, as deficiências de distribuição de energia elétrica, as deficiências de transportes, o analfabetismo, a mortalidade infantil, as endemias e a carência alimentar compunham o quadro aterrador do Nordeste e, particularmente, da sua metrópole regional - o Recife. Assim, nos anos 50, como de há muito, a cidade refletia a situação de paralisação econômica por que passava a região Nordeste. (PONTUAL, 2001, p. 430).

Pontual (2001) analisou que a cidade do Recife passava por uma série de problemas sociais que restringia o seu desenvolvimento socioeconômico. A potencialização desses problemas veio com o crescimento populacional advindo do processo de metropolização da cidade e a migração dos habitantes do interior para a metrópole. A cidade do Recife não conseguia dar acesso a seus habitantes serviços fundamentais para o bem-estar social e com isso quebrava a imagem positiva, construída por alguns intelectuais, que a metrópole seria o local de oportunidades para uma melhor qualidade de vida.

Este processo de crescimento demográfico ocorreu em decorrência da “modernização” agrária associado ao monopólio das terras causando uma degradação das estruturas sociais tradicionais. Os grandes latifundiários expulsavam os camponeses de suas terras que migravam para as periferias das grandes cidades.

A metropolização é a contrapartida da 'modernização' agrária: milhões de camponeses expulsos de suas terras concentram-se miseravelmente na periferia das grandes cidades. O processo é rigorosíssimo: a grande maioria é superexplorada nas indústrias e vive com precárias condições de trabalho ou subempregada, sem condições de satisfazer suas mínimas

necessidades alimentícias. As metrópoles latino-americanas são a expressão concentrada da degradação sócio-ambiental: a grande maioria da população bebe água contaminada, não dispõe de esgotos, respira ar contaminado e é muito vulnerável a epidemias e desastres naturais (inundações, terremotos). A metropolitização produz o colapso dos sistemas de serviços públicos: água, esgoto, transporte, educação, saúde. (VIOLA & LEIS, 1991, p. 155).

Os problemas enfrentados pelos habitantes da metrópole eram dos mais diversos, pois eles viviam num ambiente inadequado para sua vivência. Diferente das áreas rurais, em que os camponeses poderiam tirar sua subsistência do plantio, os habitantes das metrópoles estavam presos aos trabalhos precários oferecidos nas cidades. Com o advento da industrialização, os camponeses transformam-se em operários que ficam reféns do sistema capitalista e ainda tendo que sobreviver nas condições adversas descritas.

Para melhor administrar os problemas sociais enfrentados pela cidade do Recife, o engenheiro Antônio Baltar, na década de 1950, defendeu em sua dissertação intitulada: "Diretrizes de um Plano Regional para o Recife", que tinha como proposta de analisar a necessidade de um planejamento metropolitano para a cidade de Recife.

toda área entre cujo território e a cidade propriamente dita se estabelecem relações de troca permanentes e dotadas de um ritmo mais ou menos constante e paralelo aos diferentes ritmos das necessidades dos seus habitantes (BALTAR, 1951, p.91).

No documento, o engenheiro observa os problemas urbanísticos do Recife através das condições geográficas, topográficas, econômicas e culturais, equacionando-as sob a observação analítica do processo de modernização da cidade, do estado atual dos agrupamentos urbanos e as perspectivas futuras sobre o desenvolvimento urbano. Através desse conceito, o engenheiro analisa o planejamento urbano encarando questões referentes ao aproveitamento dos recursos naturais de modo a permitir melhor utilização do solo e a adaptação do ambiente, de modo a se harmonizar com a paisagem local.

Dentro desse processo de metropolização, podemos destacar algumas transformações sociais que ocorrem no Recife. A migração de habitantes de regiões próximas para esses centros urbanos, a emergência de novos grupos sociais e a formação de periferias, novos conflitos sociais decorrentes da falta de acesso a serviços públicos e a direitos sociais.

Assim, o modelo de organização do espaço, na fase inicial de formação das metrópoles brasileiras, baseava-se na existência de um centro e uma periferia, definindo uma forma específica de apropriação social, econômica e política do território. O centro concentrava as principais atividades econômicas, públicas ou privadas, as infra-estruturas urbanas e as áreas

habitacionais de mais alto nível de renda. A periferia servia para abrigar a massa da população migrante, de baixa renda. Eram formadas por meio de invasões, loteamentos populares e/ou clandestinos, conjuntos habitacionais e outras formas típicas de ocupação das grandes cidades dos países periféricos. (LACERDA ET AL., 2000, p. 78).

A paisagem das cidades brasileiras foi se alterando e se adequando as necessidades do Estado e das elites. Segregação da cidade, segmentação das atividades econômicas, concentração dos serviços urbanos nos bairros mais abastados do território, ampliação do sistema viário, criação de espaços de lazer entre outras transformações urbanísticas para satisfazer a elite metropolitana. Esse fenômeno ocorreu em Recife como nos informa Lacerda (2000), que em meados da década de 1970 ocorre transformações sociourbanísticas na RMR influenciada pelo processo de valorização e de desvalorização de áreas da cidade. Este processo foi impulsionado pela especulação imobiliária e pela verticalização da cidade ocorrendo um movimento de procura de novos espaços para criação de novas áreas centrais.

A substituição do estoque construído existente deu-se por meio da verticalização de áreas residenciais de alta qualidade ambiental e bem localizadas relativamente às infra-estruturas e aos serviços. Os bairros tradicionais de baixa densidade e alta qualidade ambiental foram as principais vítimas da intensa verticalização. Esse movimento foi, e ainda o é, provocado pela migração intra-urbana, causada pelo processo de ascensão social e, sobretudo, pela busca de símbolos como status, poder e prestígio. Alimentado pela especulação imobiliária, significou um permanente e diferenciado processo de valorização e desvalorização da terra urbana e do estoque de edificações para gerar novas centralidades. (LACERDA et al., 2000, p. 79).

Como podemos perceber, a especulação imobiliária modificou os centros tradicionais da cidade, criando e transformando novos ambientes em locais de prestígio e poder social. Essas mudanças ocorreram principalmente pelo fenômeno da verticalização da cidade, em que as empresas imobiliárias precisavam de espaços para construir seus prédios e impulsionaram novas centralidades dentro da configuração da cidade.

Com o reconhecimento do fenômeno da metropolização, desde a década de 1950, foi instaurado formalmente a Região Metropolitana do Recife (RMR) através da Lei Complementar de nº 14, de 8 de junho de 1973, junto a outras regiões metropolitanas brasileiras – inicialmente as de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Fortaleza e Belém. Desde então, técnicos e gestores públicos chamavam a atenção para a necessidade de um planejamento econômico que integrasse as atividades locais e regionais.

Durante o governo estadual de Nilo Coelho (1967-1971), foi nomeada a Comissão do Grande Recife que, no ano de 1971, definiu quais os municípios que integrariam a área metropolitana. Foram eles: Recife, Olinda, Paulista, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Moreno e São Lourenço da Mata.

Estes estudos serviram de base para a Região Metropolitana do Recife ser oficializada durante o Governo de Eraldo Gueiros (1971-1975). A Lei de Nº 6708 de 17 de junho de 1974 delimitou os municípios que a compõe e criou os Conselhos Deliberativos e Consultivos da Região Metropolitana do Recife.

Os Conselhos Deliberativos eram formados por cinco membros, sendo obrigatória a presença do secretário de coordenação geral que exerceria a função de presidente do Conselho. Os outros integrantes eram indicações feitas pelos prefeitos dos municípios que compunha a RMR.

Dentre as atribuições do Conselho Deliberativo estavam a promoção do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana (PDI-RMR) que elaboraria um primeiro diagnóstico apontando os principais problemas da RMR. Este Plano destacava a estrutura econômica e a gestão da política habitacional, apontando a necessidade de um planejamento integrado que tivesse como objetivo uma estratégia de ataque frontal à pobreza urbana a partir de uma política complementar de fortalecimento regional.

A partir desse diagnóstico preliminar, estabelecer-se-iam as diretrizes de intervenção em matéria de habitação, saneamento básico e transportes urbanos pautadas pelo contexto da pobreza urbana. Com o PDI, destacou-se o número de casas populares construídas pelo poder público, entretanto não havendo modificações substanciais sobre a situação habitacional da RMR (FIDEM, 1987). Apontou-se para algumas questões impeditivas a uma melhor atuação da política habitacional. Com base nessas questões, o diagnóstico apresenta como proposta uma política de reserva de áreas destinadas para lotes urbanizados.

A institucionalização da RMR ocorreu em pleno período militar de forma que o Conselho Deliberativo do PDI impulsionou a criação do processo organizacional de estudos e de tratamento das questões metropolitanas. A Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), criada em 1975, cumpriu esse papel constituindo como o principal arcabouço institucional para o tratamento dos problemas sociais da época.

A FIDEM elabora, em 1975, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife (PDI-RMR), que teve como objetivo dar um direcionamento para

tratar das questões metropolitanas, através da articulação de programas e investimentos nos diversos setores. O PDI deu origem à elaboração de vários outros planos, programas e projetos metropolitanos, definindo os seguintes objetivos: a) fortalecimento de base econômica, b) integração social, c) ocupação racional do espaço, d) adequação da oferta de serviços urbanos e político-institucional. (FIDEM, 1987).

Devido à natureza socioeconômica dos principais problemas da RMR, a ênfase nos esforços de investimentos não deverá ater-se aos problemas propriamente urbanísticos mas, fundamentalmente aos problemas socioeconômicos e, em particular, ao emprego e à renda [...] o problema básico da RMR não consiste exclusivamente em estabelecer racionalidade e ordenar a urbanização descontrolada, senão em gerar a dinâmica de desenvolvimento econômico e social que se apresenta extremamente insuficiente (FIDEM, 1975).

Os estudos que subsidiaram o PDI mostram a preocupação da FIDEM em criar estratégias socioeconômicas para atração de novos investimentos para a RMR. A partir dessa análise, os esforços do Estado passam a ser direcionados para a criação e o fortalecimento de novos núcleos metropolitanos, geração de novas economias e estabelecimento de melhor distribuição e fixação da população metropolitana.

O Projeto Suape enquadra-se em uma das estratégias do Estado em promover o desenvolvimento econômico da RMR, já que a construção do CIPS atrairia novos investimentos para o estado. Outro benefício do Projeto Suape seria de atender a demanda socioeconômica da população metropolitana por emprego e renda.

Todavia, era necessário articular esta política econômica com outros interesses sociais pulsantes da época. Entre eles podemos destacar a preservação ambiental e a demanda por espaços de lazer e cultura no interior da região metropolitana, território em que se encontra Suape.

5.2. Ação militante da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza

A Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN) foi fundada em 05 de junho de 1979, na cidade do Recife, como sendo uma entidade civil de direito privado, ambientalista, autônoma e sem fins lucrativos. A ASPAN tem como finalidades culturais e técnico-científicas na área de meio ambiente e fundamenta-se na concepção de natureza que compreende o ser humano e demais seres vivos, associado ao meio físico, cujo equilíbrio e harmonia devem ser defendidos para esta e as futuras gerações (SILVA, 2013, p.53).

A Associação tem como proposta estatutária a defesa da natureza, dos recursos naturais para assim promover uma melhor qualidade de vida das pessoas em geral. A ASPAN tem como objetivos contribuir para a tomada de consciência pela comunidade de sua responsabilidade histórica face a natureza; promover e/ou apoiar todas as ações que visem a defesa da natureza e da saúde humana; exercer vigilância sobre as atividades que visem a exploração dos recursos naturais; combater todas as ações que possam contribuir para a degradação da natureza, entre elas a exploração do homem pelo homem; e realizar e/ou incentivar pesquisas de interesse ecológico e cultural.

Sobre suas linhas de atuação, vale destacar que a ASPAN possui sete posicionamentos que caracterizam o grupo dentro variantes do pensamento sobre preservação ambiental, a saber: fiscalização, denúncias e acompanhamento de grandes projetos e problemas ambientais; campanhas e manifestações públicas; sensibilização e educação ambiental; ações jurídicas e aperfeiçoamento da legislação ambiental; documentação e informação ambiental; articulação do movimento ambientalista e desenvolvimento de projetos ambientais e pesquisas técnico-científicas.

Isso posiciona a ASPAN dentro do pensamento ambientalista da época que é a integração de intelectuais pertencentes a instituições ou entidades científicas que se reúnem em grupo que tem como propósito fazer frente as ações depredatórias dos governos sobre os ambientes naturais.

Em sua fundação, a ASPAN possuía 55 associados, entre estudantes universitários, professores, profissionais liberais, funcionários públicos, entre outros integrantes da intelectualidade pernambucana. Dentre os membros fundadores, vale destacar a figura do ecólogo João de Vasconcelos Sobrinho.

Como foi explanado, o ambientalista foi uma das figuras mais importante dentro do cenário de luta pela proteção ambiental da América Latina. Vasconcelos Sobrinho exerceu uma série de funções durante sua vida: foi professor, pesquisador e reitor da UFRPE, sendo titular na cadeira de Botânica; professor catedrático da cadeira de Botânica Tecnológica da UFPE; consultor da SUDENE e Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (GASPAR, 2009). Ele foi um dos responsáveis pela criação e direção do Jardim Zoobotânico de Dois Irmãos. Como também um dos responsáveis pela federalização da UFRPE e a criação de disciplinas como Ecologia Conservacionista e Desertologia.

O ecólogo deixou uma grande contribuição aos estudos ecológicos através de seus trabalhos. Foram publicados mais de 20 livros que retratam seu posicionamento conservacionista em relação à proteção do meio ambiente. Para melhor exemplificar o papel

social que Vasconcelos Sobrinho representou para a ciência ecológica, o Manoel Correia de Andrade (2005) descreve o ecólogo como:

[...] Vasconcelos Sobrinho não era apenas um Botânico, área em que iniciou as suas atividades científicas, nem um ecólogo, área em que deu uma grande contribuição na maturidade e na velhice, mas também um geógrafo, na ocasião em que a geografia pernambucana se destacava no cenário geográfico brasileiro, pela sua diversificada e profunda contribuição, onde se destacavam, entre outros, Gilberto Osório de Andrade, Mario Lacerda de Melo, Dardano de Andrade Lima e Rachel Caldas Lins, que plantaram as sementes da atual geografia pernambucana e vários alunos, hoje professores, que desenvolveram estudos de Geografia propriamente dita e de Meio Ambiente.

Desde o início de sua atuação, as atividades promovidas pela ASPAN possuem uma amplitude de temas, uma diversidade de problemas, bem como a distribuição geográfica das atividades da entidade. Uma das principais lutas que a ASPAN se engajou foi contra a construção do CIPS, mais precisamente a destruição e o aterramento dos manguezais no município do Cabo de Santo Agostinho. A associação promoveu uma série de discussões sobre a atuação do Estado em preservar seus ambientes naturais como também denunciar as ações depredatórias que a política econômica atuava sobre o meio ambiente.

Em abril de 1980, a ASPAN lança um estudo relatando os impactos ambientais que o CIPS causou no ecossistema de Suape. O parecer técnico intitulado: “Sobre a proposta de implantação do Complexo Industrial-Portuário de Suape”, deu maior ênfase na degradação do ecossistema marinho, pois o Governo do Estado começou a realizar as primeiras obras de infraestrutura na região com a dragagem na baía de Suape e a associação através de seus estudos apontaram os riscos ambientais que essas obras causaram na microrregião de Suape.

Podemos apontar que a ASPAN divulgava suas ações de diferentes formas para sociedade civil. Dentre os instrumentos utilizados pelo grupo a produção de panfletos, cartilhas e jornais foram importantes veículos para circulação das reivindicações do grupo. A Associação também era atuante no meio acadêmico, promovendo cursos, seminários, oficinas, encontros e eventos públicos, dentre eles: II Encontro Nordeste de Ecologia (1981); Ciclo de Debates sobre as Propostas para a Constituinte Federal (1985); II Encontro de Entidades Ambientais do Nordeste (1986); I Curso de Ecologia e Jornalismo (1989), entre outros eventos.

O estudo apresenta uma breve história das reivindicações que ocorreram em Suape. Eles iniciam o histórico das manifestações a partir do Manifesto dos Intelectuais de 1975, no

qual Vasconcelos Sobrinho, um dos membros fundadores da ASPAN, estava diretamente envolvido.

Contudo, em abril de 1975, um grupo de intelectuais pernambucanos subscreveu pela imprensa local um manifesto no qual se posicionava contrariamente ao empreendimento, por razões de ordem ecológica, de ordem econômica e de ordem social. Assinaram o chamado "Manifesto dos Intelectuais" os Economistas Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, o Médico Fisiologista Nelson Chaves, os Sociólogos Roberto Martins e Renato Carneiro Campos, o Historiador José Antônio Gonsalves de Mello Neto e o Ecólogo João Vasconcelos Sobrinho. (ASPAN, 1980, p. 3-4).

Dentro do que foi apresentado pelo parecer da ASPAN, este seria o primeiro manifesto organizado contra a construção do CIPS que destacava a proteção ambiental. Contudo, tanto a solicitação de tombamento feita pelo IAHGP quanto os textos publicados no Diário de Pernambuco feito pelo Gilberto Freyre foram esquecidos dentro do histórico apresentado pelo grupo.

Pela repercussão que o ofício dos membros da IAHGP como os pronunciamentos do Gilberto Freyre teve na mídia pernambucana, seria improvável que os integrantes da ASPAN desconhecêssem do fato. Essa ocultação da informação poderia ser indício de divergências políticas ou mesmo para reafirmar seu protagonismo na defesa ambiental em Pernambuco.

A seguir, apresentamos trechos do manifesto que merecem uma análise detalhada, dentre os pontos apresentados no parecer está a escolha do local de atuação do Projeto Suape, em que afetaria a vida de comunidades locais.

[...] o anel viário em áreas cultivadas por pequenos agricultores, associados da Cooperativa Rural do Tiriri e de sítiantes que residem em terras de usinas de açúcar daquela região. (ASPAN, 1980, p. 17).

Neste trecho, percebemos que a área destinada ao Projeto não só englobava ambientes naturais, mas sim de ambientes habitados por residentes que tiravam o próprio sustento daquela mesma área. Com os processos de desapropriação das áreas do Projeto Suape, as comunidades que viviam e trabalhavam na região tiveram que ser retiradas sem o apoio financeiro adequado do Governo.

Contudo, não entrarei na discussão sobre o processo de desapropriação dos moradores pertencentes às áreas destinadas ao projeto. As informações referentes às áreas habitadas destinadas ao Projeto Suape são para informar ao leitor que o ambiente social de Suape já passava por transformações. Através da prática da agricultura entre outras atividades socioeconômicas, os moradores de Suape modificaram o espaço natural local, os não-

moradores de Suape também influenciaram nos impactos ambientais na região, com o despejo de dejetos industriais nos rios e mangues.

No ambiente aquático outra ordem de impactos se fará sentir com a construção do porto e destruição de grande parte dos mangues existentes para implantação das indústrias. Tal degradação decorrerá de modificações na morfologia dos estuários, na natureza dos sedimentos (substratos) e nas condições físico-químicas das águas estuarinas e na própria enseada, atualmente protegida pelo cordão de recifes que ocorre paralelo àquele litoral. (ASPAN, 1980, p. 17).

Com a dragagem da baía de Suape e o aterramento dos mangues, Suape sofreu grandes impactos ambientais que modificou todo o seu ecossistema marítimo e sua vegetação local. O Projeto Suape previa a abertura do arrecife de corais para navegabilidade dos grandes navios aportarem e pudessem descarregar no porto seus produtos. O relatório da ASPAN afirma que os impactos ambientais seriam nocivos para o ecossistema aquático.

A projetada abertura da linha de recifes para a entrada dos navios, associada com a construção dos molhes externos, modificará o sistema de circulação da zona do chamado "mar de dentro" e poderá acarretar problemas de erosão marítima no litoral. (ASPAN, 1980, p. 18).

A erosão marítima é um dos principais problemas que ocorreu na baía de Suape, isso afetou a formação de corais causando sua destruição como também a mortandade e a migração de muitas espécies de animais marinhos que habitavam a região. Tirando que a erosão marítima provocou um acúmulo de sedimentos na região que seriam necessárias constantes dragagens para a preservação batimétrica e consequente circulação dos navios.

No relatório, os ativistas relatam outras consequências que o CIPS trouxe a referente a qualidade da água de Suape.

As obras portuárias trarão também consequências para as águas que circulam nos estuários e enseada. Haverá, sem dúvidas, modificações nas características físico-químicas das águas, uma vez que a penetração da maré salina será facilitada, aumentando a influência do mar sobre as águas fluviais. Modificações do PH, oxigênio dissolvido da água, turbidez, temperatura, taxa de sedimentação e velocidade do fluxo e refluxo das águas. (ASPAN, 1980, p. 18).

Essas mudanças do PH da água fizeram com que os peixes e outros organismos marinhos fugissem para outras áreas com melhores condições de sobrevivência e aqueles que não conseguiram escapar acabaram morrendo neste complexo estuarino. Com a mudança drástica da qualidade da água de Suape, a produção de peixe teve um forte impacto fazendo com que os pescadores locais tivessem mais dificuldade de conseguir o seu sustento e também

fez com que o preço do peixe aumentasse na região. Percebemos que as mudanças ambientais em Suape não só afetaram a vida dos moradores que estavam sobre a presença do Projeto Suape, mas sim de todos os moradores da RMR.

Outro ponto fundamental que o relatório aborda foi a questão das barragens. É fundamental contextualizar que no período próximo Recife tinha passado por um grande surto ocasionado pelo boato do rompimento da barragem de Tapacurá e ocasionando a inundação da cidade. Com isso, vimos que a associação ao abordar a questão das barragens trouxe à tona um dos grandes temores da sociedade da época fazendo com que se sensibilizassem com a causa.

A barragem de Ipojuca, poderá ser totalmente comprometida para as suas finalidades se não for contida a poluição do rio Ipojuca. É importante citar que o Rio Ipojuca é um dos cursos d'água mais poluídos do Estado de Pernambuco, uma vez que recebe despejos de cinco cidades situadas a montante da projetada barragem. Indústrias e usinas de açúcar, também utilizam o Ipojuca como receptor de resíduos. Observe-se que os resíduos industriais e os esgotos domésticos são ricos em elementos nutrientes. Estes nutrientes, principalmente os componentes químicos que contém fósforo e nitrogênio, que não podem ser retirados das águas por tratamentos convencionais, são capazes de provocar o fenômeno de eutrofização nas águas do reservatório. (ASPAN, 1980, p. 19).

Como podemos perceber através desse fragmento do parecer “Sobre a proposta de implantação do Complexo Industrial-Portuário de Suape”, os rios da região do Projeto Suape já tinham altos índices de poluição, principalmente pelos dejetos industriais e domésticos que eram despejados sem tratamento adequado nos rios e mananciais. Contudo, o relatório é enfático ao afirmar que os dejetos industriais têm um potencial poluente muito maior do que os domésticos. Isso pode ser constatado através do fenômeno da eutrofização que é responsável pelo crescimento exagerado de algas e plantas aquáticas, causando mortandade de peixes nas barragens (BRAGA, 1980).

Para divulgar essas conclusões, a ASPAN promoveu diversas ações que tiveram grande repercussão na mídia pernambucana. A principal e de maior visibilidade, foi a Carta Aberta enviada aos jornais denunciando as práticas de depredação ambiental praticadas pelo Governo estadual na região de Suape.

A Associação Pernambucana de Defesa da Natureza, Aspan, distribuiu, ontem, à Imprensa, uma Carta Aberta à população, onde repudia a dinamitação do arrecife de Suape. A Aspan, depois de considerá-lo como "um ato ilícito", uma vez que "as decisões são tomadas à revelia de uma discussão ampla", acusa o Governo estadual de "tentar vender uma imagem de

preocupação com o meio ambiente. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20/04/1980).

Podemos perceber que as declarações proferidas pela ASPAN eram divulgadas na mídia pernambucana, mesmo trazendo essas informações de forma negativa, o Diario de Pernambuco reproduziu o conteúdo completo da Carta. Com isso, os leitores pernambucanos tiveram conhecimento das reivindicações apontadas pelo grupo sobre as ações do Governo. Dentre os pontos mais enfatizados pelo grupo, está a falta de participação pública nas decisões do CIPS.

Infelizmente a "participação" tem sido um rótulo e não o conteúdo. Mesmo a nível interno, as decisões são tomadas à revelia de uma discussão ampla. Não é por outro motivo que o Programa Ecológico e Cultural foi extinto, ou que as conclusões da consultoria dada pela C.V.R.D. sobre a inadequabilidade da instalação da Alune em Suape foram ignoradas, ou que os resultados de pesquisadores do Lacimar propondo que se encontrasse outra alternativa para a área, devido a riqueza de fauna e flora, foram engavetadas (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20/04/1980).

Percebemos no trecho acima que os membros da ASPAN apresentam uma série de fatos que ocorreram na história da implantação do CIPS que negam a imagem que o Governo Estadual quer construir sobre sua preocupação com a preservação ambiental. Esse desmonte de todos os empecilhos interno do Governo foram formas de acelerar o processo de implantação, como também de negar essas informações. Sobre essa prática falaciosa de preservação ambiental é abordada pela ASPAN de maneira incisiva ao afirmar que:

Mas o que importa é vender a imagem à opinião pública. A partir daí, as áreas de preservação poderão ser dilapidadas até a extinção. Para isto, monta-se um esquema de propaganda massificadora, na tentativa de obter o apoio de uma população ainda pouco organizada, saindo de um período de escuridão total (DIARIO DE PERNAMBUCO, 20/04/1980).

Neste trecho, percebemos que a ASPAN faz uma denúncia da prática do Governo de Pernambuco de criar uma imagem positiva para população referente à questão da preservação ambiental, sendo que na prática, os interesses desenvolvimentistas do Estado não devem ser afetados por posicionamentos contrários. Vale destacar que desde o Manifesto dos Intelectuais, de 1975, cientistas e professores universitários pernambucanos que eram contra a construção do CIPS argumentam sobre uma maior participação social sobre as decisões do Estado.

A ASPAN faz alusão ao termo escuridão total para representar o período próximo em que a sociedade era criminalizada por reunir-se ou mesmo protestar publicamente contra o

Governo sem que haja uma represália política ou cassação de seus direitos políticos. Com uma mudança das oportunidades políticas advindas do processo de abertura democrática, as associações ambientais tiveram espaço para reivindicar suas pautas sem que fossem criminalizadas ou que passassem por censura prévia.

O que difere a ASPAN dos manifestos anteriores não é o conteúdo em si, mas o perfil. Antes, os manifestos eram protagonizados por intelectuais, indivíduos que se sensibilizaram com a causa e reuniam-se para contra-argumentar as ações do Estado. A ASPAN é uma entidade coletiva que tem o objetivo a proteção da natureza em Pernambuco. Suas reivindicações apresentam como argumento central as questões ecológicas. Diferente do ofício do IAHGP que utiliza de argumentos históricos e culturais e do Manifesto dos Intelectuais que utiliza de argumentos econômicos. Essa mudança tanto do perfil do manifesto e dos manifestantes agrega uma nova dinâmica nas discussões ambientais de Suape.

5.3 A idealização de um parque ecológico em Suape

Como vimos nos capítulos anteriores, o Projeto Suape recebeu uma série de críticas de diversos atores sociais e entidades científicas da época que questionaram seu planejamento e sua execução desde critérios de base econômica a socioambientais.

Como estratégia para responder a essas críticas advindas dos opositores do Projeto Suape, o Governo de Pernambuco firmou convênio com o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) por intermédio da Secretária de Planejamento (SEPLAN) e do CONDEPE criou o Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial Portuário de Suape (PECCIPS) em 1977 sendo extinto no final de maio de 1979, quando o Governo do Estado não renovou o convênio com o CNRC (ALEPE, 1979).

O PECCIPS foi composto por um grupo de cientistas e técnicos que levantaram uma série de dados e documentos, de ordem ecológica e cultural, relacionando com o espectro de problemas suscitados pela construção do CIPS. O PECCIPS possuía quatro objetivos gerais:

- a- Obter um conjunto de indicadores que permita uma visão da situação ecológica da região de Suape, de forma a possibilitar a elaboração de alternativas de solução, visando a manutenção de suas características relevantes, bem como a melhor rentabilidade sócio-econômica de seus recursos ambientais;
- b- Obter uma visão da situação cultural, a fim de apresentar alternativas para a conservação e o estímulo das dinâmicas culturais e das vocações regionais que se demonstrem relevantes para o bem estar da população

- local, assim como para a adequada absorção das novas dinâmicas advindas da instalação do Complexo Industrial-Portuário;
- c- Obter um quadro da ocupação da região de Suape, bem como da situação dos monumentos e sítios históricos, a fim de propor alternativas visando a adequação do Complexo às características ecológicas e culturais da área, além das medidas necessárias à restauração e reanimação de seu patrimônio paisagístico e arquitetônico;
 - d- Utilizar a experiência adquirida no decorrer do PROGRAMA para o estudo de modelos alternativos de desenvolvimento, adaptáveis a outras realidades semelhantes, que se harmonizem com o ambiente ecológico e cultural, e que integrem o homem, de modo satisfatório, no processo de transformação (CONDEPE, 1978, p. 18).

Os objetivos do PECCIPS determinam que a proteção ambiental pretendida pelo Estado não deve interferir no processo de construção do CIPS. Dentro do próprio objetivo do programa o meio ambiente transformasse em recurso econômico tem como propósito explorá-lo para servir aos interesses industriais. Então, os critérios propostos pelo programa não atendiam o caráter ecológico, mas sim de caráter econômico.

Como também vale destacar que o PECCIPS tinha como objetivo de estabelecer uma normativa referente à atuação do estado na proteção ambiental em frente ao desenvolvimento industrial. Através do entendimento final do Programa, essa prática de preservação iria ser utilizada em outras ocasiões em que a sociedade civil questionasse a atuação do estado tocante à questão ambiental. As pesquisas elaboradas pelo PECCIPS foram bases para diversos projetos e planos governamentais, a saber: o Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila de Nazareh e Povoados de Gaibu e Suape (1979), o Plano Diretor de Suape (1983) e subsídios documentais para o processo de Tombamento estadual da região de Suape (1983).

Dentro das propostas de proteção ambiental que o PECCIPS idealizou para microrregião de Suape, uma delas foi a criação de um parque ecológico que reservaria parte significativa da paisagem local. Vale destacar que essa ideia já foi apresentada como alternativa para a salvaguarda dos monumentos naturais de Suape.

O manifesto do IAHGP já falava sobre a importância histórica e arqueológica da região, ressaltando seu valor cultural através da série de monumentos históricos que representam parte significativa da memória pernambucana e como elementos identitários da cultura pernambucana. Através da solicitação de tombamento da região, o Instituto ressalta a beleza paisagística de Suape que merecia ser preservada.

O Manifesto dos Intelectuais relata as fragilidades econômicas que o Projeto Suape tem em sua formulação, destacando os custos que o empreendimento traria para os cofres públicos. Os cientistas solicitam ao Estado rever a construção do CIPS como alternativa econômica para região. Os cientistas ressaltam a excepcionalidade da paisagem local proporcionando uma experiência ímpar para seus visitantes, com isso o Governo deveria investir no setor do Turismo.

Contudo, foi com o depoimento de Gilberto Freyre que a ideia de reservar uma área natural de Suape foi indicada. O sociólogo em meio a discussão sobre a implantação do CIPS posicionou-se como mediador de conflitos apresentando a alternativa de dar continuidade ao Projeto Suape, mas, em contrapartida, o Governo se responsabilizava por criar uma zona de proteção ambiental.

Para coordenar a iniciativa de construção do parque ecológico é chamado o arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti. Contudo, ele não pode ver seu projeto finalizado, pois acabou falecendo pouco depois da inauguração do mesmo. Armando de Holanda Cavalcanti (1940-1979) foi um arquiteto modernista pernambucano que ficou conhecido por ser o idealizador do Parque Nacional Histórico dos Guararapes, em Jaboatão dos Guararapes, e pelo livro Roteiro para Construir o Nordeste.

Em seu livro, percebemos que o arquiteto tinha um respeito sobre os ambientes naturais e ele acreditava que existia uma relação harmoniosa entre a natureza e a arquitetura: “Conviver com a natureza: estabeleçamos com a natureza tropical um entendimento sensível de forma a podermos nela intervir com equilíbrio” (HOLANDA, 1976). Com esse trecho, podemos destacar a sensibilidade do arquiteto sobre o meio ambiente natural e como ele atribui uma visão conciliadora entre os bens naturais e artificiais.

O arquiteto era uma pessoa de credibilidade no Governo de Pernambuco para assumir o papel de idealizar um novo parque ecológico para o estado. Por ter idealizado o Parque Nacional Histórico dos Guararapes, o Governo já sabia sobre a competência do arquiteto em criar um espaço que atenda às necessidades do Estado, como da população que vai usufruir do local.

Com relação à credibilidade que o arquiteto teria com a intelectualidade pernambucana, analisaremos o depoimento de Clóvis Cavalcanti, grande opositor do Projeto Suape, ao se referir ao arquiteto durante seu encontro no Instituto Joaquim Nabuco para apresentar o material produzido pelo PECCIPS.

O protesto dos cientistas conseguiu, na verdade, que o governo do estado encomendasse a uma equipe chefiada pelo arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti (1940-1979) a elaboração de um plano de proteção ambiental (ou "Programa Ecológico e Cultural", no jargão das autoridades) para a região de Suape. Esse plano me foi mostrado por Armando de Holanda, que me procurou por recomendação do secretário Luiz Otávio. Foi a meu escritório no Instituto Joaquim Nabuco em maio de 1978 levando uma documentação rica de mapas, desenhos, perspectivas. Algo feito com muito esmero e atenção a detalhes. Armando de Holanda era uma pessoa sensível e preocupada. (CAVALCANTI, 2008, p. 19).

Como podemos perceber pela descrição do Clóvis Cavalcanti, havia um respeito pelo trabalho que o arquiteto estava desempenhando em Suape. Sua preocupação em proteger os monumentos naturais era legítima e reconhecida pelos próprios ativistas ambientais pernambucanos. Contudo, o próprio Clóvis Cavalcanti (2008) nos esclarece o porquê de desacreditar no trabalho do PECCIPS.

Depois que mostrou tudo e descreveu como seriam as providências para proteger a ecologia, a cultura e o patrimônio histórico (tão ameaçados ali, e hoje efetivamente conspurcados) de Suape, perguntei: 'Que garantia você tem de que isso vai ser feito?' Respondeu-me com franqueza exemplar e ar perplexo: 'nenhuma'" (CAVALCANTI, 2008, p. 19).

O economista nos relata que a estratégia do Estado em tentar apaziguar as ações dos ativistas ambientais com relação à proteção de Suape foi ineficaz. Clóvis Cavalcanti só acreditaria que o Estado estava preocupado com a proteção ambiental de Suape com a implementação de uma política pública de preservação efetiva. Mesmo o estudo apresentando propostas que dialogavam com o entendimento preservacionista da época, seu estudo não tinha força para barrar as ambições desenvolvimentistas do Estado.

Com a desvinculação do PECCIPS, o parque ficou sob a responsabilidade da Empresa Suape – Complexo Industrial-Portuário que foi instituída através da Lei Nº 7763 de 07 de novembro de 1978. Após analisar a área de interesse industrial, seria reservada uma área de proteção ambiental em Suape. Por isso que o Clóvis Cavalcanti foi enfático a desacreditar na proposta do estado em criar um espaço de proteção ambiental efetivo na região de Suape.

É certo que, em decorrência de seu trabalho dedicado, conseguiu-se ainda reservar uma área de 270 hectares do Cabo de Santo Agostinho para implantação do Parque Histórico Metropolitano que hoje tem o nome de "Armando de Holanda Cavalcanti". Existir um verdadeiro parque no local não se pode afirmar que ocorra. De concreto, ele está simbolizado por um inspirado monólito em lugar de belíssima vista (de onde se descortinam o azul do mar e a linha de recifes do

embevecimento de Darwin), colocado ali pelo próprio Holanda Cavalcanti. (CAVALCANTI, 2008, p.19).

O economista relata o zoneamento do Parque Metropolitano de Santo Agostinho que foi implementado em fevereiro de 1979 através do Decreto Estadual Nº 5554 que reserva uma parte da região do Cabo de Santo Agostinho para construção do parque ecológico. Contudo, ele faz uma crítica referente ao entendimento do Governo de Pernambuco sobre o que seria um parque ecológico.

Entende-se que um parque ecológico é uma unidade de conservação, terrestre e/ou aquática, de grande extensão, destinada à proteção de áreas representativas de ecossistemas, podendo ser dotadas de atributos paisagísticos notáveis (BOLAND, 2001). Se formos pegar nesse sentido o PMAHC poderia se abrigar um parque ecológico, já que a região foi atribuída de grande beleza paisagística como foi abordado pelos cientistas do IAHGFP no terceiro capítulo ou de grande representatividade ecológica como foi apresentado pela ASPAN.

Contudo, devemos nos ater que a finalidade de um parque ecológico é resguardar os atributos excepcionais da natureza conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais existentes naquele ecossistema. Como isso não era o foco do projeto/estudo que deu origem ao PMAHC o Cavalcanti não o considera como um parque ecológico. Ao contrário diz que boa parte do ecossistema foi destruída em detrimento da criação do CIPS.

Sobre o processo de destruição do ecossistema de Suape, o CONDEPE lançou em 1983 o documento intitulado: “caracterização do Complexo Estuarino-lagunar da área de Suape/PE” em que analisa a estrutura estuarina e lagunar da Baía de Suape após a dragagem e destruição dos recifes de corais e da queimada da vegetação do mangue.

1 – Mudanças drásticas na situação ecológica, como por exemplo, o aumento da turbidez das águas provocada pelas dragagens, prejudicando diretamente a fauna e a flora aquática, e indiretamente as populações circunvizinhas, que vivem em funções desses recursos biológicos;

2 – A destruição do manguezal, por aterros para instalação e ampliação do CIPS, seria acompanhada da diminuição de certas espécies de valor comercial, que obrigatoriamente vivem nesse ambiente, como, por exemplo, o caranguejo-uçá, o siri-de-mangue e os aratus. Além disto, o desaparecimento do substrato adequado provocaria a extinção da taioba e da unha-de-velho. Os peixes, que em sua fase jovem vivem na Baía de Suape, serão afastados pela ausência de alimentos e demais condições favoráveis ao seu desenvolvimento. (CONDEPE, 1983).

O relatório produzido pelo órgão do estado reconhece as grandes mudanças no ecossistema aquático da região de Suape. As obras do CIPS modificaram a reprodução das

espécies marinhas da região fazendo com que ocorresse a mortandade de várias espécies. Não só a questão ecológica foi prejudicada, mas a social também, já que as obras do CIPS afetaram a vida da comunidade pesqueira. Várias espécies de peixes que eram vendidos nos mercados da RMR tiveram uma queda substancial.

Essa questão também foi apresentada pelo historiador Denis Bernardes, em 1980, quando ele fez um trabalho de campo no momento em que estava ocorrendo a dragagem da região.

Ele [pescador local] nos disse a vida já está se tornando difícil aqui, que a pesca já não dá como antes, os trabalhos iniciados já espantam os peixes, da draga já gritam para ele se afastar com sua jangada e redes de determinados lugares. (BERNARDES, 1980, p. 18).

Esse relato coletado por Bernardes (1980) mostra que o processo de afastamento da comunidade local em decorrência das obras do CIPS. Mesmo antes do processo de desapropriação de várias comunidades pesqueiras que viviam no litoral do Cabo de Santo Agostinho. As obras impediam que os pescadores/moradores da região pudessem sobreviver vinda as condições em que estava seu local de trabalho.

Vale destacar que o processo de ocupação do litoral por grandes empreendimentos era recorrente na época. O sociólogo Roberto Motta (1979, p. 241) relata outros casos de ocupação das faixas litorâneas de Pernambuco:

Se não surgisse o projeto do complexo industrial-portuário, o que aconteceria a Suape? Não convém ser futurólogo, mas tudo indica que a “integração” se converteria em “absorção” pela própria expansão das áreas industriais e residenciais urbanas do Recife. Se a especulação imobiliária não efetuasse antes certa substituição de população – o que provavelmente ocorreria, como tem sido o caso de Boa Viagem, Candeias, Pau Amarelo, Maria Farinha e, até certo ponto, de Itamaracá e São José da Coroa Grande – é possível que Suape acabasse transformado noutra Brasília Teimosa.

Fazendo esse comparativo sobre o possível destino de Suape se não ocorresse a criação do CIPS. Como o próprio autor apresenta no trecho acima, a especulação imobiliária estava visando áreas praieiras para atender as necessidades de uma parcela da sociedade mais abastada, como foi o caso da Praia do Paiva. Ou o processo de “favelização” de áreas não interessantes para a especulação imobiliária, como no caso de grande parte do município de Ipojuca. Estes processos de valorização e desvalorização de espaços ocorreram durante o processo de metropolização do Recife que ocorreu uma mudança do perfil populacional de vários pontos da RMR antes habitados por comunidades pesqueiras.

Como foi descrito anteriormente, a criação do PMAHC se deu através do Decreto Estadual N.º. 5554 de 06 de fevereiro de 1979 que recortou 270 hectares no Cabo de Santo Agostinho para a criação do Parque Metropolitano de Santo Agostinho. Sua denominação foi mudada posteriormente para Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti através do Decreto Estadual N.º 5765 de 15 de setembro de 1979. Homenageando o arquiteto que havia falecido em 15 de maio de 1979.

Essa ação foi a forma do Governo de Pernambuco atender as demandas sociais através de uma medida mitigadora aos impactos socioambientais em que o CIPS causaria a região. Como também uma forma de mostrar a sociedade que o governo estava preocupado com a preservação do patrimônio ecológico e histórico do litoral cabense.

Apesar de não revogar a decisão de implantação do Complexo, o Estado tentou contemporizar o projeto aos pedidos de preservação formalizados por ações de agentes sensíveis as questões ambientais que de forma isolada ou em conjunto; articulados ou não, discutiam maneiras de proteger os monumentos naturais de Suape. Mesmo não conseguindo impedir que a obra seja executada, a militância ambiental conseguiu trazer essa discussão não só para os setores de poder do estado, como também abriu a discussão através da veiculação de suas reivindicações nos jornais locais.

Como passo seguinte o Governo Estadual, através da Fundação de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pernambuco (FUNDARPE) e da Empresa Suape contrataram a elaboração do Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila de Nazaré e Povoados de Gaibu e Suape. Este PD foi executado após o desenvolvimento de Pesquisa Histórica e Arqueológica da área, que ficou sob responsabilidade da empresa Sena Caldas & Polito Arquitetos Associados Ltda. (SENA CALDAS & POLITO, 1979).

5.4. O Tombamento do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti

Outro passo importante referente à história da luta pela preservação ambiental de Suape deu-se com o tombamento do Cabo de Santo Agostinho que oficializado pelo Edital de Tombamento publicado no Diário Oficial do Estado e reproduzido pelo Jornal do Comércio, em 14 de abril de 1983.

O Parecer Técnico Consultivo sobre o tombamento da área do Cabo de Santo Agostinho revela a formação do polígono:

O polígono tornado imune a edificações começa no local denominado Pontal de Suape, próximo às ruínas do Forte Dussen, e dali parte em linha reta até à intersecção da estrada que liga a PE-60 ao povoado de Suape, à propriedade de Nazareth ou Cabo de Santo Agostinho e à propriedade Suape. Prossegue pela divisa o Cabo de Santo Agostinho e a propriedade Tiriri, até encontrar a divisa da propriedade Gaibu, onde dobra para leste, até o encontro com o litoral, continuando pelas praias de Santo Agostinho e Suape, até o ponto inicial. (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 14/04/1983).

Como podemos perceber a delimitação do tombamento do Cabo de Santo Agostinho abrange grande parte dos monumentos históricos e culturais presentes no município. O Parecer Técnico Conclusivo sobre o Tombamento da área em questão, de dezembro de 1992, descreve as qualidades estéticas da paisagem do Cabo de Santo Agostinho.

[...] Deleitar-se hoje com essa visão excepcional, lamentavelmente não é mais possível, embora grandes esforços tenham sido despendidos pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco em 1973, no sentido de salvar esse patrimônio, quando foi solicitado ao então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, o tombamento desta paisagem notável. Única em Pernambuco está comprometida desde o início da década de 70, com as obras de um porto industrial, as quais interferem drasticamente no conjunto [...] Desde que foram danificados parte dos elementos que compunham a estrutura da paisagem, no caso, com a intersecção da linha de arrecifes que da barra do Cabo de Sto. Agostinho se estende até a praia do Cupe e a construção de um píer no sentido transversal aos arrecifes, a paisagem ficou irremediavelmente prejudicada em seus elementos essenciais. [...] Ficaram igualmente comprometidos os usos alternativos que se queria dar ao Cabo e seu entorno natural, considerados potencialmente excepcionais para o lazer, o turismo e a cultura, visto que o sítio está localizado na área metropolitana do Recife. (FUNDARPE, 1992).

Mesmo com essa observação sobre os efeitos negativos do empreendimento sobre a área natural, a exposição de motivos do Parecer Técnico conclui pelo posicionamento favorável da FUNDARPE ao tombamento do Parque do Cabo de Santo Agostinho e da baía de Suape até a extremidade do Pontal. Alega que, apesar dos danos causados pelo CIPS, esta paisagem possui excepcional beleza. Também aponta que o patrimônio são as realizações do povo, que tem o direito de transmitir suas experiências às futuras gerações. O polígono do tombamento, acordado entre a FUNDARPE e a Empresa Suape corresponde à superfície do PMAHC e a faixa litorânea costeira de Suape.

O Tombamento do Cabo de Santo Agostinho já tinha sido proposto anteriormente, em 1978, no Plano de Preservação dos Sítios Históricos (PPSH) da RMR. Esse plano visava a

preservação do patrimônio cultural da RMR e enquadrava-se na postura que vinha se tomando no país, desde o início da década, em realizar trabalhos técnicos de levantamento e catalogação dos bens patrimoniais existentes nas cidades brasileiras.

O objetivo principal desses levantamentos e catalogações girava em torno do tombamento do bem patrimonial e da conseqüente proteção que tal ato provocaria. No entanto, a falta de recursos e de políticas adequadas impediram uma proteção efetiva dos bens selecionados. Este foi o caso dos monumentos naturais de Suape que foram violados com a implementação do CIPS por causa do interesse do governo de estado em expandir o setor industrial.

O PPSH da RMR veio proporcionar a disposição do Estado de Pernambuco em pronunciar-se oficialmente sobre seu papel na preservação dos bens culturais e de atender aos compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971). Nesses documentos, eles reconhecem a necessidade da ação supletiva dos estados e municípios junto à atuação federal na proteção patrimonial. Dessa forma, o PPSH implantado na RMR veio em auxílio às ações do IPHAN.

O PMAHC é o resultado da pressão social exercida pelo ativismo ambiental. Denunciando os impactos que o CIPS traria para o ambiente de Suape. Os manifestantes se fizeram ouvir pelo Governo do Estado em jornais, manifestos, estudos científicos e manifestações públicas.

Mesmo não atendendo as demandas iniciais expostas pelos ativistas ambientais – a não implantação do CIPS – a criação do PMAHC conseguiu, de certo modo, materializar a discussão sobre o papel do Estado na preservação de monumentos naturais. Essas ações provocaram uma série de compromissos ambientais que o Governo de Pernambuco se comprometia a executar.

O processo de metropolização da RMR se relaciona com as reivindicações da sociedade civil que vê a região de Suape como um local de manutenção de práticas de lazer, com a utilização das praias, como prática de manutenção da memória, pela preservação dos monumentos históricos e naturais da região.

O PMAHC foi incluído em 1980 pela FIDEM no Plano Diretor do Sistema de Parques Metropolitanos da Região Metropolitana do Recife (PDSPM-RMR), seguindo as proposições levantadas pelo PDI da RMR que propunha a criação de espaços de lazer e cultura para a população metropolitana. O PMAHC aparece junto com outros vinte parques pertencentes ao

Sistema de Parques Metropolitanos (SPM) formadores de uma rede de espaços de lazer público (CAVALCANTI, 2005).

A criação do PMAHC solucionaria uma série de problemas enfrentados pelo Governo de Estado sobre a questão de Suape. Primeiro, que o parque atenderia parte das necessidades da vida metropolitana, pois manteria os principais monumentos históricos e naturais locais e ainda criaria um espaço de lazer para a contemplação da paisagem da região. Segundo, criaria uma narrativa positiva sobre a responsabilidade do Estado em proteger e preservar seus ambientes naturais e culturais. E por fim, responderia as ações militantes que questionavam a efetividade da criação de um espaço de proteção ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as reivindicações sociais pela preservação ambiental na área do CIPS e as ações do Estado para responder a estas pressões. Observamos que o grande resultado desse processo foi a criação do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC) e seu posterior tombamento como patrimônio cultural do estado.

Ainda que tenhamos clareza das limitações do processo de construção do conhecimento histórico, entendemos a importância de conhecer a nossa identidade epistemológica para compreender as mudanças no tempo. Ao elaborar nossas histórias, estamos dando orientações para vida prática. Mesmo que essas explicações passem por nossos filtros contemporâneos, existem critérios científicos que qualificam nosso trabalho dentro do campo. O procedimento metodológico é a forma de apresentar aos leitores os processos cognitivos que levaram a formular a nossa representação do passado como discurso do ocorrido.

A construção da narrativa histórica sobre o processo de implantação do CIPS é importante meio para consolidar informações sobre o início do pensamento preservacionista em Pernambuco. Todavia, ele também nos permite identificar as estratégias de mobilização social em torno das questões ambientais durante o regime autoritário de 1964-1985, bem como as estratégias do aparato estatal para respondê-las.

A discussão presente nos manifestos ambientais questiona o modelo econômico capitalista do Estado em apropriar-se de espaços naturais e utilizarem para fins desenvolvimentistas sem pensar nos riscos ambientais que tais empreendimentos causaram para sociedade. Os movimentos ambientais atribuíram aos espaços naturais aspectos não só paisagísticos, mas ecológicos em que a sua preservação significa a preservação da vida humana.

Ao longo desse processo, vemos diferentes atores sociais fazendo uso de diferentes ferramentas e argumentos para produzir um significado para a microrregião de Suape. Com isso, entendemos que ocorreu uma disputa simbólica para poder consolidar uma representação, um significado para esse território que esteja alinhado aos interesses pessoais desses próprios atores.

Ao utilizar o imaginário como ferramenta de compreensão das imagens produzidas em Suape, analisamos que o meio ambiente era entendido como um semióforo. Algo que foi retirado de ser lugar-comum e que ganhou novos significados. Estas representações dependem dos seus interlocutores que podem qualificar Suape como: lugar de memória, espaço de lazer, paisagem notável, local de exploração industrial, entre outros. Mesmo com esses diversos sentidos, muitas vezes contraditórios, Suape tornou-se palco de uma série de disputas simbólicas que fizeram com que esse espaço fosse repensado através da implantação de políticas públicas de preservação dos espaços naturais em Pernambuco.

Para o Estado, o meio ambiente de Suape era representado através da ótica do desenvolvimento econômico da região. Suape seria um espaço de exploração industrial, seu ambiente e seus recursos naturais serviam de elementos constituintes para implementação do Projeto. O Governo de Pernambuco idealizava aquela região, com a execução do Projeto Suape, como a salvadora do estado para seus problemas socioeconômicos.

Já os ambientalistas desejavam construir uma representação da área como um espaço a ser preservado. Suape era representado como uma paisagem de beleza excepcional. Por seus atributos naturais notáveis, viam-se como um lugar de lazer e de fruição. O ecossistema da região era ressaltado através da descrição dos elementos naturais que compõe a fauna e a flora local. Por esses motivos que os intelectuais criaram narrativas sobre a relação identitária que os pernambucanos têm com aquele espaço, sendo atribuído como patrimônio natural.

O entendimento desta disputa simbólica precisa considerar diversas redes de significados que circulavam pela sociedade a época. A “perda” da modernidade sólida através da liquidez das estruturas sociais apresenta uma nova visão sobre as ações sociais, em que indivíduos fragmentam suas pautas através de interesses pessoais.

Dentro desse cenário, vemos de um lado a emergência do pensamento ambiental no cenário internacional questionando as ações humanas perante os ambientes naturais. Através das conferências internacionais foram discutidos problemas referentes à industrialização e assim idealizando a criação de uma política internacional de proteção dos espaços naturais. No Brasil, vimos que o pensamento ambiental da época circulava pelos intelectuais brasileiros que se organizavam em associações para militar em favor da conservação da natureza.

De outro lado, vimos a força dos interesses econômicos assentados no aparelho do Estado produzindo um sentido econômico para o território de Suape através do processo de industrialização do país. A criação de complexos industriais e portuários eram propostas do

Regime Militar, tanto na promoção da região do Nordeste como para o incentivo à economia de exportação.

Através do que foi apresentado neste trabalho, vimos a emergência do pensamento ambientalista e o surgimento dos primeiros compromissos internacionais em prol do meio ambiente. Esses encontros deram-se ao longo dos anos 1970 e 1980 a partir da série de impactos negativos que o processo de industrialização causou em várias partes do mundo. A poluição industrial e seus males era uma das temáticas mais discutidas nos eventos ambientais que tentavam reduzir os resíduos industriais através da criação de uma política ambiental internacional.

Muitas das recomendações prescritas nos eventos internacionais sobre o meio ambiente tornavam-se leis de proteção ambiental no Brasil. Mesmo assim, a política desenvolvimentista era o principal objetivo dos países em crescimento econômico. E a criação de parques industriais e complexos portuários em regiões naturais, eram maneiras de competir com os grandes mercados internacionais.

Os empreendimentos públicos para estimular a economia nacional vieram com a construção de complexos industriais e portuários. Essa medida governamental representava uma política de incentivo à industrialização nacional com propósito de exportação de produtos para os mercados internacionais. Para alcançar a competitividade internacional, o Brasil necessitava modernizar e ampliar o setor industrial e portuário do país. Durante meados dos anos 1970 houve o que foi intitulado de “milagre brasileiro” com o Governo Federal financiando uma série de obras públicas.

Dentro desse contexto histórico, aparece o Projeto de construção do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) como uma maneira de desenvolver a economia não só da Região Metropolitana do Recife (RMR), mas de todo o Pernambuco, e do Nordeste como um todo. A criação de complexos industriais e portuários atrairia investimentos na região e amenizaria uma série de problemas sociais referente ao grande índice de desemprego. Mas aprofundava a falta ou a precariedade de serviços públicos básicos como: saneamento básico, distribuição de água e luz, acesso à educação e saúde, entre outros problemas sociais que a região nordestina apresentava na época.

Suape, região litorânea do Cabo de Santo Agostinho, foi escolhida como região alvo para a implantação de um CIP por uma série de fatores. O primeiro – e o mais importante – foi a questão geográfica. Suape apresentava características morfológicas adequadas para

comportar a construção de um porto de grande calado e um parque industrial. Segundo ponto seria a questão regional, já que o CIPS atenderia a interligação do Cabo de Santo Agostinho com a capital fazendo com que houvesse uma nova dinâmica que atenderia um dos princípios do PDI da RMR.

Contudo, a criação do CIPS foi constantemente questionada por cientistas e professores universitários que apontavam os riscos que este empreendimento causaria não só na economia estadual, e principalmente ao meio ambiente local. Estes manifestantes questionaram as ações do Estado apresentando uma série de narrativas que comprovam a importância histórica, cultural e ecológica da microrregião de Suape, como também desqualificam o Projeto Suape por sua fragilidade econômica e seus impactos socioambientais.

O primeiro questionamento que temos nota foram dois ofícios produzidos pelo IAHGP ainda no ano de 1973. Neles, pedia-se o tombamento da região, alegando a excepcionalidade da paisagem local. Seu pedido foi categoricamente negado pelo Governo do Estado, através da figura do Anchieta Hércias, diretor da DIPER, que alegou um caráter emocional no pedido. O presidente do IAHGP, José Antonio Gonsalves de Mello, ainda foi acusado de antiprogressista e antipatriota por agir contra os interesses do Estado.

Após a divulgação desse ofício, o Governo de Pernambuco, através de seus agentes, começou a campanha de apresentar o Projeto Suape a uma série de setores estratégicos do estado para assim legitimar o empreendimento. Dentre os setores escolhidos, os setores comerciais foram um dos primeiros a apoiarem o projeto. Através de depoimentos, os empresários do comércio defendem a implantação do CIPS reforçando a ideia de progresso econômico. Por atribuírem o CIPS como algo fundamental para o desenvolvimento econômico de Pernambuco, os setores comerciais foram incisivos nas críticas aos opositores do Projeto Suape.

Outro potencial aliado que o Governo de Pernambuco tentou cooptar foi o presidente do CEC Gilberto Freyre. Como um grande intelectual, seu depoimento favorável ao Projeto traria uma maior legitimidade ao empreendimento. Contudo, as opiniões de Freyre publicadas nos jornais pernambucanos tornaram-se mediadoras, pois mesmo afirmando ser a favor do desenvolvimento econômico do estado, o sociólogo pedia cautela na execução do plano para avaliar os impactos ambientais que causaria na região e ainda pedia que fosse reservada uma parte da área do projeto para construção de um parque ecológico. Freyre acreditava no

compromisso do Governo de Pernambuco em preservar os monumentos históricos e naturais do estado. De qualquer forma, seu depoimento fez com que o CIPS fosse mais discutido dentro da mídia pernambucana apresentando aos leitores um entendimento mais amplo sobre o Projeto Suape.

No segundo momento, após lançado o Plano Diretor (1975) para executar as obras de implantação do CIPS, outro manifesto é lançado. O Manifesto dos Intelectuais protagonizado por um grupo de cientistas e professores universitários produziram um documento alertando os prejuízos econômicos e ambientais que o CIPS causaria a microrregião de Suape.

No manifesto, os cientistas apontam que o projeto necessitava de um grande investimento financeiro público e que não tinha garantias que o projeto fosse finalizado com sucesso. Em detrimento a isso, seria sacrificada a paisagem local por um empreendimento que não se sustentava. Este manifesto foi duramente questionado pela DIPER que argumentou o desconhecimento dos integrantes do manifesto sobre o Projeto Suape e que o Governo tinha uma proposta de preservação ambiental para região.

No terceiro ato, vemos o surgimento de uma entidade ambientalista que se organizava em forma de associação. Diferente dos demais manifestos, o manifesto da ASPAN (1980) foi idealizado com propósitos ecológicos. Seus objetivos previam a preservação dos espaços naturais e o combate às ações predatórias do Governo de Pernambuco. A ASPAN representa uma mudança qualitativa da forma de se contrapor aos planos de ação do estado. Apresentando dados sobre os danos ambientais que a região sofreu com a implementação do CIPS, vimos pela primeira vez o argumento ecológico protagonizando a discussão. A formalização da ASPAN representa a ampliação do ideal de preservação ambiental pernambucano, já que a institucionalização do grupo ampliou sua atuação.

Após essa série de pressões causadas pelas ações coletivas contra o Projeto Suape, o Governo de Pernambuco cria o Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial-Portuário de Suape (PECCIPS) como uma forma de mostrar para sociedade que o Estado está preocupado com a preservação dos monumentos históricos, culturais e naturais. Como também, o Programa tinha como proposta tornar um modelo de atuação para as próximas iniciativas de ocupação dos espaços naturais em detrimento da industrialização.

O PECCIPS previu a reserva de um espaço para preservação ambiental em Suape através do argumento que o espaço apresentava uma riqueza da fauna e da flora local. Contudo, o zoneamento proposto pelo PECCIPS foi negado, pois tinha como proposta a

preservação dos manguezais que seriam área de interesse para implantação das indústrias do Projeto Suape. O PECCIPS acabou sendo cancelado e a responsabilidade do zoneamento do parque ecológico ficou com o departamento de engenharia da Empresa Suape. No novo zoneamento, as áreas de interesse do Projeto foram mantidas e uma reserva de 270 hectares foi preservada.

Assim, percebemos que as medidas de salvaguarda dos monumentos históricos e naturais da região não foram feitas sob a ótica ecológica, mas sim pelo aspecto político. O Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC) foi constituído pela pressão das ações coletivas contra o CIPS que através de sua luta conseguiu proteger uma parte da região de Suape. Mesmo sendo uma medida compensatória para os contestadores do Projeto Suape, a efetivação do PMAHC não atende as exigências feitas pelos ativistas ambientais e a luta pela preservação de Suape continua.

Até mesmo a nomeação do parque foi uma forma do Estado deslegitimar a ação dos ativistas ambientais. O ato de atribuir ao parque o nome do arquiteto que produziu um projeto que atendia os interesses do desenvolvimento econômico é mais uma cartada do campo do imaginário. É mais uma forma de dizer que a visão de preservação ambiental que prevaleceu foi a que permite o desenvolvimento econômico.

Por fim, na disputa política entre o desenvolvimento e a preservação o Projeto Suape foi implantado na região. Mesmo com a desaprovação de vários intelectuais e especialistas de diversas áreas da ciência, mesmo sem a aprovação da população pernambucana, mesmo com os impactos ambientais que foram apresentados pelos documentos produzidos pelo ativismo ambiental e mesmo sem nenhuma garantia de viabilidade do empreendimento. O CIPS foi implementado de forma impositiva e autoritária pelo Estado, modificando toda a paisagem do Cabo de Santo Agostinho e causando sérios prejuízos ao ecossistema local, impactando até os dias de hoje como se percebe a relação desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

AB' SABER, Aziz. Mesa-redonda: patrimônio natural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, 1987, p. 217-232.

ALEPE, Ata da Quinquagésima Oitava Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. In: **Anais da Assembléia legislativa do Estado de Pernambuco**. Recife, 01 jun. 1979, p. 34-74. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.bbr/sistemas/anais/pdf/002_09-1-001-1-058.pdf>, Acesso em: 30 jan. 2016.

ALMEIDA, José Elesbão de; ARAÚJO, José Bezerra de. Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE. **Revista Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v. 12, Nº 23, p. 97-128 novembro, 2004.

ALMEIDA, Júlio Sergio Gomes. As financeiras na reforma do mercado de capitais: o descaminho do projeto liberal. **Tese de mestrado**. Unicamp, 1980.

ALMINO, João. **Naturezas Mortas**: ecofilosofia das relações internacionais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e Estratégia na formação do Movimento Ambientalista Brasileiro. **Revista Novos Estudos**, Nº 79, Vol. 08, nov., 2007, p. 151-167.

ANDRADE, Manoel Correia de. Prefácio da reedição. In: SOBRINHO, Vasconcelos. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. CONDEPE: Recife, 2005.

ANTUNIASSI, Maria Helena. **Movimentos ambientalista em São Paulo**: análise sociológica de um movimento social urbano. São Paulo: Ceru, 1989.

ASPAN. Sobre a proposta de implantação do Complexo Industrial-Portuário de Suape. Recife, 1980.

ASSIS, Hortência Maria Baroza. Cartografia Geomorfológica do município do Cabo de Santo Agostinho/PE. CPRM/FIDEM, **Série Cartas Temáticas**. Vol 04, Recife, 1999.

- BALTAR, Antônio Bezerra. **Diretrizes de um Plano Regional para o Recife**. Tese de concurso para o provimento da cadeira de urbanismo e arquitetura paisagística na escola de Belas Artes da Universidade do Recife, 1951.
- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **Diário de Suape**. 1980, p. 18-42.
- BERQUE, Augustin, (org.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Paris: Champ Valon, 1994.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável *IN: Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife – PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1994.
- BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79). Brasília: Imprensa Oficial, 1977.
- BRASIL. **Drawback**. Brasília: Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais, 2014. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/regimes-e-controles-especiais/regimes-aduaneiros-especiais/drawback>>. Acesso em: 23.mar. 2016.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula – 2ª ed. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.
- CARNEIRO, Augusto Cunha. **A história do ambientalismo: o socialismo, a direita e o ecologismo**. Porto Alegre: Editora Segra Luzatto, 2003.
- CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e Meio Ambiente: O Conflito do Complexo Industrial-Portuário de Suape, Pernambuco. In: **Anais do IV Encontro Nacional da Anppas: Brasília, 2008**.
- CAVALCANTI, Maria José Marques. Parques Metropolitanos - Gestão e proteção de áreas especiais. **Dissertação em Desenvolvimento Urbano**, UFPE: Recife, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense -Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. São Paulo: **Estudos avançados**, vol.5, n.11 Jan./Apr. 1991.

_____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013.

CONDEPE. **Suape, ecologia e cultura**. Recife: Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco/Secretaria de Planejamento/Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

CONDEPE. Caracterização do complexo estuarino-lagunar da área de Suape (Pernambuco - Brasil) - Síntese ecológica. Recife, v. 1, 1983.

CZAPSKI, Silvia. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília: Ministério de Educação e do Desporto, 1998.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: História e Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DOSSE, François, **A História**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

DUNCAN, James. **The city as text**. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.

FELIPE, Israel. **História do Cabo**. Recife: Arquivo Público/Imprensa Oficial, 1962.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. Contexto: São Paulo, 2015.

FIDEM. **Cidade do amanhã: Região Metropolitana do Recife**. Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife: Recife, 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2005.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. In: **Textos de história**, vol. 17, nº1, 2009, p. 59-84.

FRANCO, José Luiz de Andrade Franco e DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

FREELAND, Steven. Human rights, the environment and conflict: addressing crimes against the environment. São Paulo: **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**. Vol. 2, Nº 2, 2005, p. 112-139.

GAMSON, William. The social psychology of collective action. In: MUELLER, Carol McClug; MORRIS, Aldon D. (org.). **Frontiers in social Movement Theory**. New Haven/Londres: Yale University Press, 1992.

GASPAR, Lúcia. Vasconcelos Sobrinho. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 13. set. 2015.

GODOY, José Henrique Artigas de. Leret e o Novo Desenvolvimento no Nordeste: economia, humanismo e a formação do Complexo Industrial Portuário de Suape. In: **Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política**. Curitiba, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2012.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigma clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro. UFRJ/SPHAN, 1996.

GRANZIEIRA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

HOLANDA, Armanda de. **Roteiro para construir no Nordeste**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Faculdade de Arquitetura, UFPE: Recife, 1976.

JASPER, James. The art of moral protest. **Culture, biography and creativity in social movement**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

LACERDA, Norma; MENDES ZANCHETI, Sílvio; DINIZ, Fernando. **Planejamento metropolitano**: uma proposta de conservação urbana e territorial. EURE (Santiago), Santiago, v. 26, n. 79, dez. 2000.

LAGO, André Aranha Côrrea do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasil. Thesaurus Editora. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEBRET, Louis Joseph. Estudos sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias, Interessando Pernambuco e ao Nordeste. **Série Planificação Econômica III**. Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco: Recife, 1955.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

MARQUES, Paulo Roberto Vieira. A reestruturação industrial e a questão ambiental: estudo de Caso em uma empresa de médio porte. **Dissertação de mestrado**. Centro Universitário de Araquara, 2005.

MACHADO, Aletheia de Almeida. **Ambiental internacional**: A construção social do acidente químico ampliado de Bhopale da convenção 174 da OIT. Rio de Janeiro, vol. 28, no 1, janeiro/junho 2006, p. 07-51.

MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. CEPE: Recife, 2012.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Para uma história do Instituto Arqueológico: as sedes. **Revista da Academia Pernambucana de Letras**, Recife, ano 84, n. 30, p. 75-82, de 1985.

MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento. **Novos Estudos Cebrap**: São Paulo, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. Campinas: Contexto, 2002, p. 29-64.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: EDUFSC, 2008.

MOTTA, Roberto. **O povoado de Suape**: Economia, Sociedade e Atitudes. Recife: PECCIPS, Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial-Portuário de Suape - GOVERNO DO

ESTADO DE PERNAMBUCO - SEPLAN/CONDEPE; CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural, 1979.

NASCIMENTO, Marcos A. L. do; SOUZA, Zorano S. de. Granito do Cabo de Santo Agostinho, PE: único granito conhecido de idade cretácea do Brasil. In: WINGE, M. (ED.) et. al. **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: CPRM, 2009.

NEVES, Geraldo; CRUZ, Jório. **Modelos de Governança Metropolitana**, Editora Nossa Livraria: Recife, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

ONU. **Declaração de Estocolmo de 1972**. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 26 jul 2012.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor R. (Org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: AIRI; PUC-RJ, 1991, p. 135-161.

PEREIRA, Elenita Malta. Deus, Pátria e Educação: Roessler, um defensor da natureza. In: **Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações**. Florianópolis: UFSC-CFH-Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

PERNAMUCO, **Suape**: Ecologia e Cultura. Recife: Secretária de Planejamento/Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco - CONDEPE, 1978.

PERNAMUCO, **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife**. Recife. Secretária de Planejamento/Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FIDEM, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de Uma Outra História: Imaginando O Imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

_____. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A investigação da Natureza no Brasil Colônia**. São Paulo, Annalume/Fapesp, 2000.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 42, p. 417-434, 2001.

PORTO, Maria de Fátima M. M. **Educação Ambiental: conceitos básicos e instrumentos de ação**. Belo Horizonte: FEAM, 1996.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos Avançados 24** (68), 2010.

_____. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROCHA, Danielle de Melo. Global e Local: a metamorfose dos lugares no litoral sul do Cabo de Santo Agostinho. **Dissertação de Mestrado em Geografia**. UFPE: Recife, 2000.

ROCHA, Danielle de Melo; CAVALCANTI, Helenilda Wanderley de Vasconcelos. Socioespaciais e culturais nos municípios do Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco. In: **Anais do XVI ENANPUR**: Belo Horizonte, 2015.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado: Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SÁ, Maria Evelina Menezes de. Análise comparativa entre os portos do Recife e de Suape: desafios para a Gestão Ambiental. **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente**. UFPE: Recife, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. **História & Documento e método de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. Companhia das Letras: São Paulo, 2015.

SENA CALDAS & POLITO Associados Ltda. Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila de Nazareth, Povoados de Gaibu e Suape - Plano Preliminar. Recife, 1979.

SILVA, Laudiecio Ferreira Maciel da. Educação Ambiental de Pernambuco (1979 a 1988). **Dissertação em Educação**. UFPE: Recife, 2013.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. Expansão dos Espaços de Pobreza no contexto do desenvolvimento da região de Suape Deslocamentos populacionais atraídos pelos empregos diretos e indiretos. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Águas de Lindóia, 2012.

SNOW, David A.; ROCHFORD, E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. **Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation**. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, 1986, p.464-481.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Podremos vivir juntos?** Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1997.

TOZONI-REIS, Marília Freitas Campos. **Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição**. *Ciência & Educação*, v.8, nº1, p.83 – 96, 2002.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível: aventuras do movimento ambientalista no Brasil São Paulo**: Editora Fundação Peirópolis Ltda., 2001.

VAINSENER, Semira Adler. Suape - Porto e Complexo Industrial. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 27/05/2015.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIEIRA, Evaldo. **A Ditadura Militar 1964-1985: momentos da República brasileira**. Cortez: São Paulo, 2014.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (São Paulo) Vol. 1, Nº 3, 1987.

VIOLA, E.; LEIS, H. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. (Org.) **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

WHITE, Hayden. Teoria Literária e Escrita da História. Trad. Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1991.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

Legislação

BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm>. Acesso em: 24.ago.2016.

_____. Exposição de motivo interministerial nº 325, de 14 de outubro de 1977. In: IPEA, Instituto de Planejamento Econômico e Social. **O complexo industrial portuário de Suape: relatório do grupo de trabalho interministerial encarregado do projeto**. Brasília: IPEA, 1977, P. 19-27.

_____. Processo de tombamento 875-T-73, de 22 de junho de 1973. Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho.

PERNAMBUCO. Decreto Estadual nº 2845, de 27 de junho de 1973.

_____. Processo nº 0166/82: tombamento do Cabo de Santo Agostinho. Recife: FUNDARPE, Processo Interno.

_____. Lei Estadual nº 7.763, de 7 de novembro de 1978. Cria a empresa pública SUAPE-Complexo Industrial Portuário. In: FIDEM, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti: dossiê**. Recife: FIDEM, 1998.

_____. Decreto Estadual nº 5.554, de 6 de fevereiro de 1979, Cria o Parque Metropolitano de Santo Agostinho. In: FIDEM, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti: dossiê**. Recife: FIDEM, 1998.

_____. Decreto Estadual nº 5765, de 15 de maio de 1979. Dá nova denominação ao Parque Metropolitano de Santo Agostinho In: FIDEM, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti: dossiê**. Recife: FIDEM, 1998.

Fontes de jornais

Diario de Pernambuco. **Governo deu importante passo para construir Porto de Suape.** Recife, 6 de janeiro de 1973, Economia e Finanças, pág. 8.

Diario de Pernambuco. **Pesquisadores descobrem materiais arqueológicos.** Recife, 5 de abr. de 1973, Local & Estadual, pág. 13.

Diario de Pernambuco. **Instituto tem novas instalações.** Recife, 12 de abr. de 1973, Municípios, pág. 11.

Diario de Pernambuco. **Prefeituras entregam teses sobre Área Metropolitana.** Recife, 31 de mai. de 1973, Política & Governo, pág. 5.

Diario de Pernambuco. **Instituto Histórico pede reexame dos estudos em Suape.** Recife, 2 de jul. de 1973, pág. 1.

Diario de Pernambuco. **Instituto quer preservar Suape.** Recife, 2 de jul. de 1973, Local & Estadual, pág. 3.

Diario de Pernambuco. **Diper diz que vai manter monumentos da Baía de Suape.** Recife, 3 de julho de 1973, pág. 1.

Diario de Pernambuco. **Diper não acredita no tombamento de Suape.** Recife, 3 de jul. de 1973, Local & Estadual, pág. 3.

Diario de Pernambuco. **Vereador acusa Instituto e defende obras de Suape.** Recife, 6 de jul. de 1973, Política & Governo, pág. 5.

Diario de Pernambuco. **Complexo Suape beneficiará 6 municípios, diz prefeito.** Recife, 7 de jul. de 1973, Municípios, pág. 8.

Diario de Pernambuco. **Prefeito de Ipojuca diz que defenderá Complexo de Suape até na Justiça.** Recife, 10 de jul. de 1973, Local & Estadual, pág. 5.

Diario de Pernambuco. **Suape ganha apoio das forças vivas do Estado.** Recife, 11 de jul. de 1973, pág. 1.

Diario de Pernambuco. **Lucena defende implantação do Complexo Suape.** Recife, 11 de jul. de 1973, Local & Estadual, pág. 3.

Diario de Pernambuco. **Lojistas denunciam entrave ao progresso.** Recife, 11 de jul. de 1973, Local & Estadual, pág. 3.

Diario de Pernambuco. **Gilberto Freyre dá apoio ao Complexo de Suape.** Recife, 11 de jul. de 1973, Política & Governo, pág. 5.

Diario de Pernambuco. **Freyre esclarece a posição do conselho.** Recife, 12 de julho de 1973, Local & Estadual, pág. 2.

Diario de Pernambuco. **A propósito de Suape.** Recife, 15 de jul. de 1973, Opinião, pág. 4.

Diario de Pernambuco. **Gilberto Freyre confirma posição quanto a Suape.** Recife, 27 de jul. de 1973, Local & Estadual, pág. 7.

Diário de Pernambuco. **Lojistas aprova Suape.** Recife, 2 de ago. de 1973, Municípios, pág. 10.

Diario de Pernambuco. **Eraldo inspeciona Suape e diz que Plano Diretor interessa 16 firmas.** Recife, 1 de set. de 1973, Local & Estadual, pág. 12.

Diario de Pernambuco. **Comissão julga proposta de Suape.** Recife, 18 de set. de 1973, Local & Estadual, pág. 6.

Diário de Pernambuco. **Conselho desmente Gilberto esteja criando celeuma quanto a Suape.** Recife, 21 de set. de 1973, Política & Governo, pág. 5.

Diario de Pernambuco. **Eraldo recebe 1º. Projeto para Suape.** Recife, 13 de out. de 1973, Economia & Finanças, pág. 6.

Diario de Pernambuco. **Plano Diretor de Suape começa hoje.** Recife, 21 de nov. de 1973, Economia & Finanças, pág. 7.

Diario de Pernambuco. **Embrafertil leva projeto à Sudene.** Recife, 17 de ago. de 1974, Economia & Finanças, pág. 7.

Diario de Pernambuco. **Associação Comercial faz nova reunião com técnicos sobre Complexo do Suape.** Recife, 7 e 8 de set. de 1974, Economia & Finanças, pág. 24.

Diario de Pernambuco. **Deputado aplaude inclusão do Complexo Suape no PND.** Recife, 13 de set. de 1974, Política & Governo, pág. 5.

Diario de Pernambuco. **Governo e BNB assinaram convênio para Suape.** Recife, 8 de dez. de 1974, pág. 1.

Diario de Pernambuco. **Manifesto critica complexo de Suape.** Recife, 5 de abr. de 1975, pág. 1.

Diario de Pernambuco. **Cientistas protestam contra superporto na baía de Suape**. Recife, 5 de abr. de 1975, Local, pág. 6.

Diario de Pernambuco. **Cientistas e secretário debatem problema Suape**. Recife, 8 de abr. de 1975 – Política & Governo, pág. 5.

Diario de Pernambuco. **Nota oficial diz que a posição dos cientistas sobre Suape é emocional**. Recife, 8 de abr. de 1975, Política & Governo, pág. 5.

Diario de Pernambuco. **Aspan condena explosão**. Recife, 20 de abr. de 1980, Geral, pág. 18.

Diário Oficial de Pernambuco. **Edital**. Recife, Governo do Estado de Pernambuco / Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes / Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 14 de abr. de 1983, p. 20-21.

Jornal do Comércio. **Engenheiros franceses estudam porto de Suape**. Recife, 17 de nov. de 1974, Cad. II, pág. 5.

Jornal do Comércio. Missão japonesa que vai estudar o Complexo de Suape chega ao Nordeste. Recife, 17 de jan. de 1976, Cad. I, pág. 12.